

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

BIANCA POLINE DANTAS DE MEDEIROS

O ATO DE APELIDAR:
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITOS EM JARDIM DO SERIDÓ-RN

NATAL

2020

BIANCA POLINE DANTAS DE MEDEIROS

O ATO DE APELIDAR:
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITOS EM JARDIM DO SERIDÓ-RN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Varella Bezerra de Faria

NATAL

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Medeiros, Bianca Poline Dantas de.

O ato de apelidar: construção identitária de sujeitos em
Jardim do Seridó-RN / Bianca Poline Dantas de Medeiros. - 2020.
154f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Varella Bezerra de Faria.

1. Linguagem - Dissertação. 2. Identidade Cultural -
Dissertação. 3. Apelido - Dissertação. 4. Jardim do Seridó (Rio
Grande do Norte) - Dissertação. I. Faria, Marília Varella
Bezerra de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 81'33

Às minhas avós (*in memoriam*), por serem fortalezas, mesmo ausentes.

AGRADECIMENTOS

Sorte de quem consegue ter pessoas maravilhosas o apoiando nos seus mais variados tempos... E que sorte a minha, então! No decorrer desta pesquisa, deparei-me com alguns momentos de incertezas, angústia, insegurança, mas também de alegria, superação, (re)descobrimto, e pude ver como fui (e sou) privilegiada por estar rodeada de pessoas que souberam (e sabem) tão bem ser abrigo e vibração. Por isso, deixo registrada aqui minha eterna gratidão a cada um que, em palavras e abraços, soube dividir sua força comigo para eu terminar esta jornada.

O meu primeiro agradecimento vai para minhas avós (*in memoriam*) que passaram a ser meus anjos da guarda no decorrer desta pesquisa. Vovó Novinha, mulher forte e sertaneja, ensinou-me como a sabedoria popular é rica e como nunca devemos deixar de acreditar em nós mesmos. Vovó da Guia, poetisa e doceira de mão cheia, mostrou-me como as palavras são fortes e o mundo é cheio de poesia. Gratidão por me ensinarem a forma mais linda de amar.

Aos meus pais, minhas pessoas preferidas, por me ensinarem a ser humilde, saber escutar e entender a importância do respeito ao outro; às minhas irmãs, por conhecerem até minha pior versão e, ainda assim, não perderem as esperanças em mim, ensinando-me a melhorar cada vez mais. Saibam que esta conquista é nossa.

Aos meus familiares – agregados ou não –, por cada um, no seu jeitinho singular de ser, preocupar-se tanto comigo e me mostrar como sou privilegiada por ter uma família tão amorosa e querida. É muito bom poder partilhar a vida com vocês.

Aos meus amigos, por serem tão compreensíveis com meus sumiços e tão bons ouvintes nos meus momentos de angústia. Ter vocês comigo, durante esta jornada, foi bastante importante para eu conseguir finalizá-la; vocês são a melhor família de coração que poderia adotar.

À minha orientadora, Prof^a. Marília Varella Bezerra de Faria, por ter confiado em mim e me acolhido ainda sem nem me conhecer, bem como por ter partilhado saberes durante estes dois anos e meio de intenso aprendizado. Isso foi muito significativo para meu crescimento.

Aos professores doutores Julie Antoinette Cavnac, Maria da Penha Casado Alves e Hélio Márcio Pajeú, por aceitarem o convite de avaliar esta pesquisa fazendo parte da Banca de Qualificação e de Defesa de Dissertação, bem como pelas contribuições necessárias para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos jardinenses entrevistados, presentes ou não nesta pesquisa, por terem abraçado a proposta e disponibilizado uma parte de seu tempo para realização das entrevistas.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Os sujeitos são nomeados, após seu nascimento, com uma finalidade: serem reconhecidos como cidadãos no meio social. Contudo, atravessando o olhar jurídico, as práticas sociais apresentam formas de nomeação que vão além desse âmbito, chegando a serem consideradas até, em alguns casos, como hábitos de determinada região. Um exemplo disso é o que ocorre em Jardim do Seridó-RN, cujos sujeitos recorrem ao apelido como também uma possível forma de nomeação. Baseando-se nisso, esta pesquisa objetiva compreender a importância do apelido na construção identitária de sujeitos em Jardim do Seridó-RN. Para tanto, apresenta como aporte teórico a concepção dialógica da linguagem, de cronotopia, da alteridade, do ato ético e da ideologia, propostas pelo Círculo de Bakhtin (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018), além de se apoiar nos estudos culturais, com enfoque na noção de identidade cultural, desenvolvida por Hall (2003; 2011) e Bauman (2005). Desenvolve-se, pois, uma pesquisa qualitativo-interpretativista – situada na área da Linguística Aplicada – cuja construção de dados se dá com a realização de entrevistas semiestruturadas com nove jardinenses. Os resultados apontam que a construção identitária dos sujeitos jardinenses sofre a influência do apelido à medida que singulariza esses sujeitos em meio ao todo social, reafirmando a noção de pertencimento à região.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Identidade Cultural. Apelido. Jardim do Seridó.

ABSTRACT

Subjects are named after their birth, with one purpose: to be legally recognized in the social environment. However, through the legal perspective, the social practices present forms of naming that go beyond this scope, even being considered, in some cases, as habits of a particular region. An example of this is what happens in Jardim do Seridó-RN, whose subjects use the nickname as well as a possible form of naming. Based on this, this research aims to understand the importance of the nickname in the identity construction of subjects in Jardim do Seridó-RN. Therefore, it presents as a theoretical basis the dialogical conception of language, chronotopy, alterity, the ethical act and ideology, proposed by the Bakhtin Circle (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018), besides relying on cultural studies, focusing on the notion of cultural identity, developed by Hall (2003; 2011) and Bauman (2005). For this purpose, a qualitative-interpretative research - developed in the area of Applied Linguistics - whose data construction takes place through semi-structured interviews with nine jardinenses. From the preliminary analysis, it appears that the identity construction of jardinenses subject is influenced by nickname as distinguishes these subjects amid the social whole, reaffirming the notion of belonging to the region.

KEYWORDS: Language. Cultural Identity. Nickname. Jardim do Seridó.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - FRAGMENTO DA LISTA TELEFÔNICA “O SERIDÓ” PARA EXEMPLIFICAÇÃO DE SUA ORGANIZAÇÃO.....10
- FIGURA 2** - CONTATOS PRESENTES NA LISTA TELEFÔNICA “O SERIDÓ” COM A INICIAL “Z”34

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DIVISÃO DOS CONTATOS DE JARDINENSES PRESENTES NA LISTA TELEFÔNICA A PARTIR DA POSSÍVEL MOTIVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE SEU APELIDO.....	67
---	----

SUMÁRIO

1. PRA COMEÇO DE CONVERSA: INTRODUZINDO A PESQUISA	9
2. “QUAL A SUA GRAÇA?”: INVESTIGANDO O OBJETO DE ESTUDO	16
2.1 ESTUDO DE NOMES	16
2.2 ADOÇÃO DA NOMENCLATURA “APELIDO” NESTA PESQUISA	23
3. “DE ONDE TÁ FALANDO?”: DESBRAVANDO TERRAS SERTANEJAS	26
3.1 SERTÃO EM FOCO	26
3.2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DE JARDIM DO SERIDÓ E DE SEUS HABITANTES	31
4. “DA PARTE DE QUEM?”: DIALOGANDO COM TEORIAS	37
4.1 CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM	37
4.2 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS	45
4.3 ESTADO DA ARTE.....	50
5. PRA NÃO FICAR ARIADO: ESCLARECENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
5.1 LINGUÍSTICA APLICADA COMO CONTRIBUINTE PARA O ESTUDO DA LINGUAGEM	57
5.2 PESQUISA QUALITATIVA-INTERPRETATIVISTA.....	60
5.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE DADOS	63
5.4 SELEÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	65
6. PROSEANDO COM COMPADRES E COMADRES: ANALISANDO OS DADOS	74
6.1 “É MEU NOME NATURAL”: A FORÇA DO APELIDO FRENTE AO NOME CIVIL.....	74
6.2 “O POVO APELIDA, AÍ FICA, NÉ?”: A EXISTÊNCIA DE VÁRIAS NOMEAÇÕES.....	93
6.3 “SEMPRE EU FALO DO MEU NOME”: A BALANÇA ENTRE O NOME CIVIL E O APELIDO	113
7. PRA ENCURTAR A CONVERSA: APRESENTANDO AS (IN)CONCLUSÕES	128
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada realizada com os sujeitos de nossa pesquisa	137
APÊNDICE B - Divisão dos contatos de jardinenses presentes na lista telefônica “O Seridó” a partir da possível motivação para criação de seu apelido	138
ANEXO A – Poema “Os bichos do meu Jardim”, de Zé Araújo	149
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	151

ANEXO C – Documento rubricado com o apelido.....	154
---	------------

1. PRA COMEÇO DE CONVERSA: INTRODUZINDO A PESQUISA

Estamos tão habituados com o ato de nomear seres e objetos que paramos para pensar nos valores que carregam nosso nome, seja ele o de registro, seja o apelido, parece-nos distante. Isso porque, desde nosso nascimento, é exigida a adoção de um nome civil para que possamos ser reconhecidos como cidadãos. Contudo, nas práticas sociais, esses nomes podem sofrer alterações, e o sujeito, passar a se identificar com outras construções nominais, como os apelidos.

Para tanto, basta analisarmos nossas próprias relações pessoais, em que, provavelmente, surgem vocativos outros – que não só nosso nome de registro – para nos chamarem, os quais, por sua vez, podem ganhar forma e se tornarem apelidos. Por exemplo, em minha vivência, deparei-me com várias nomeações que não só Bianca, nomeação esta que, por sua vez, parece ser mais recorrente em situações formais. Para os familiares, sou Bi, Bia, Bibia, Bibi, Bilica, Biliquinha, Biliks; para os amigos do colégio, sou Bibi; para os do trabalho, Bianquita; para os da faculdade, Bolanca; para os alunos, Bibis ou Biancs, e nesses diversos nomes que vão surgindo, eu vou me identificando para além do que é dito morfologicamente pelo meu prenome ou pelos meus apelidos, de modo a me sentir singular nas mais diversas interações sociais de que faço parte.

E isso está presente nas práticas de meus conterrâneos – conhecidos como jardinenses, por serem habitantes da cidade de Jardim do Seridó¹-RN –, já que alguns, em situações que não exigem tamanha formalidade, (re)significaram seus apelidos, tornando-os parte de si, a ponto de chegarem a se reconhecer mais por estes nomes do que por suas nomeações civis. Esclarecemos, de antemão, que essa outra forma de nomeação, por sua vez, não desmerece os nomes de registro. Na realidade, a nomeação que lhes foi dada ao nascer convive em perfeita harmonia com o apelido referente a cada sujeito; todavia, por ser o apelido carregado de valores atribuídos comunitariamente, ele acaba ganhando tamanha relevância não só para o sujeito jardinense mas também para Jardim do Seridó, ao passar a se constituir como um aspecto cultural da cidade.

¹ Município pertencente à Microrregião do Seridó Oriental e à Mesorregião Central Potiguar, localizado a sudoeste da capital do estado, distanciando-se desta cerca de 224 km. Além disso, ocupa uma área de 368,643 km², cuja população no ano de 2010 era de 12.113 habitantes, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo, pois, até então, o terceiro estado mais populoso de sua microrregião.

O apelido ganhou tanta força para esses sujeitos em suas práticas cotidianas que foi criada, em 1999, uma lista telefônica nesse município, concretizando a arte de apelidar na região, materializando não só a sua importância para os jardinenses como também possibilitando a maior viabilização do contato na região, posto que esses indivíduos geralmente não se reconhecem pelos nomes civis nem por eles são reconhecidos. Assim, foi a partir dessa lista telefônica que surgiu nossa curiosidade sobre a relação dos apelidos com a construção identitária desses sujeitos, em razão de haver o rompimento com estruturas composicionais padronizadas desse gênero, diante da prioridade pelo apelido na sua organização, situando-se somente, logo após a este, o nome de registro, conforme ilustrado na imagem a seguir.

Figura 1 - Fragmento da lista telefônica “O Seridó” para exemplificação de sua organização

Chaguinha (Fca. das Chagas M. Brito)	472-	Dilza de Gileno (M ^o Dilza da S. Paiva)	472-
Chaguito de Dona Gercina	472-	Dió da Caern (Diomedes da Silva)	472-
Chico Assis (Francisco Assis de Medeiros) ..	472-	Disk Gás (Renan Araujo dos Santos)	472-
Chico de Carlos Rufino (Francisco Cun.)	472-	DISK MENSAGENS 24 HORAS	472-
Chico de Dona Brasília	472-	Distribuidora Leal	472-
Chicó de Natércia (Francisco Moraes) ...	472-	Diva de Armédio (Diva Almeida da Silva) .	472-
Chico de Tertó (Francisco Assis de Araujo)	472-	Djalma de Luzia (Djalma M. Nóbrega)	472-
Chico de Zé Matias (Francisco Assis)	472-	Dodeira (José Pedro de Azevedo)	472-
CHICO DO TOURO (Açougue)	472-	Dodôra de Lalá Costa (Maria Aux.)	472-
Chico do Touro (Fco. A. Dantas - Res.) ...	472-	Doidelo (Ivandi Garcia Virgulino)	472-
Chico Jeremias (Francisco A. Medeiros) ...	472-	Dona Novinha (Ana Dantas de Medeiros) .	472-
Chico Martins (Francisco Melo Martins) ...	472-	Dôra Costa (Maria das Dores Costa)	472-

Fonte: Autoria própria

Surgiu, com isso, o interesse em compreender mais o porquê da força maior do apelido não só no reconhecimento do jardinense como na própria organização social em que está inserido, sofrendo influência também pelo fato de ter minhas raízes fecundadas em solo sertanejo, onde passei os primeiros anos da minha infância em meio às veredas do Seridó Potiguar e mantenho, até os dias de hoje, relação de convivência. Propor um estudo voltado para práticas sociais de jardinenses possibilita um maior contato e uma maior compreensão de ações que fizeram e ainda fazem parte da minha história. Integrado a isso, está o desejo de evidenciar traços históricos que constituíram e constituem o *ser-tão* jardinense, mediante a caracterização do sujeito e do espaço em que habita, contextualizando a cultura local e a história da cidade.

Assumirmos, pois, um sertão que é *ser-tão* nos possibilita direcionar um olhar que vai além de informações dadas sobre essa região, na medida em que considera seus mistérios e as singularidades de seus sertanejos, atribuindo valores ao sertão que reforçam sua importância. Isso porque nós, sertanejos, habitamos o sertão ao passo que somos habitados por ele, e é nessa relação afetiva que – independentemente do espaço em que nos encontramos – não nos esquecemos de quem somos: sertanejos vindos de um terra sofrida – já que essa área está sujeita a secas periódicas, dificultando uma agricultura rica –, mas, mesmo com essas adversidades, ricos de sabedoria. Conforme clama o poeta Patativa do Assaré (2008, p. 141), em seu poema “Eu e o sertão”, “Sertão, argúem te cantô, / Eu sempre tenho cantado / E ainda cantando tô, / Pruquê, meu torrão amado, / Munto te prezo, te quero / E vejo qui os teus mistéro / Ninguém sabe decifrá. / A tua beleza é tanta, / Qui o poeta canta, canta, / E inda fica o qui cantá”. Nesse sentido, trabalhar com a forma *ser-tão* nos possibilita a ideia de imensidão de valores que essa região apresenta a partir dos discursos dos sertanejos.

Assim sendo, ao voltarmos o olhar para o *ser-tão* jardinense, enveredamos pelo mundo acadêmico na tentativa de encontrar pesquisas articuladas aos saberes populares e regionais, que analisam a relação entre o apelido e o sujeito em sua construção identitária. Contudo, constatamos uma escassez de trabalhos que dialogam diretamente com a temática aqui proposta – conforme veremos na subseção destinada ao estado da arte –, reforçando a necessidade de uma produção científica que analise mais profundamente acerca deste objeto. Isso, por sua vez, confirma ainda mais a importância de delimitarmos nosso olhar para espaços distantes dos grandes centros, os quais são pouco (re)visitados pelas pesquisas acadêmicas.

Diante disso, ao optarmos por direcionar nosso olhar para sujeitos que estão à margem do enfoque dado pela academia, no caso, sertanejos residentes em Jardim do Seridó, buscamos romper com a hegemonia ocidental, enfatizando a necessidade de também dar visibilidade a esses grupos marginais, por eles fazerem parte do mundo social (KLEIMAN, 2013). Escolher, pois, analisar práticas discursivas de sujeitos jardinenses na tentativa de compreender sua construção identitária nos permite ir além do proposto por essa hegemonia ocidental para se fazer pesquisa à medida que partimos da adoção de algo tão singular como o apelido que particulariza a própria cultura do povo jardinense, evidenciando ainda mais a necessidade de estudar essa região.

Propor, então, um estudo voltado para uma temática pouco investigada, bem como para um espaço não pertencente aos polos acadêmicos centrais reforça a

importância desta pesquisa, já que buscamos estudar a cultura de uma localidade que, até então, está marginalizada dos grandes polos acadêmicos e tentar compreender elementos que marcam sua singularidade e a de seus constituintes, reforçando a importância de pesquisar a temática que aqui apresentamos. Ou seja, uma pesquisa centrada em elementos da linguagem do povo jardinense coloca em evidência a vida e a cultura de um local distinto dos centros de produção científica do país, mostrando também sua relevância.

Logo, considerando que focamos nossa pesquisa na análise da construção identitária dos jardinenses a partir da relação existente entre esses e seus apelidos – já que esta forma de nomeação ultrapassa seu plano linguístico formal ao exercer valores para esses sujeitos na prática discursiva –, propomos um estudo filiado à linha de pesquisa Estudos de Práticas Discursivas. Essa linha de pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada (LA), do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), uma vez que a linguagem é concebida como sendo situada em práticas sociais e, por isso, estabelece um diálogo com questões das Ciências Humanas e Sociais.

Desse modo, temos como aporte teórico a concepção dialógica da linguagem, de cronotopia, da alteridade, do ato ético e da ideologia, propostas pelo Círculo de Bakhtin (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018), o qual compreende a linguagem como um processo de interação situado e dialógico, não podendo ser vista como um sistema autônomo, posto que “toda palavra é um pequeno palco em que as ênfases sociais multidirecionadas se confrontam e entram em embate” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 140). E será nessa tensão de vozes que a palavra assumirá seu caráter vivo, possuindo valores a cada prática discursiva e, por isso, sendo singular e mutável. Assim, não podemos considerá-la como abstrata, concretizando-se em enunciados, nos quais os sujeitos assumem uma atitude responsiva e valorada nas relações sociais. Segundo Bakhtin (2017, p. 44),

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir.

Ademais, integramos à LA a perspectiva dos estudos culturais, haja vista o objeto de estudo proposto nesta pesquisa, a saber: a construção identitária dos sujeitos de Jardim do Seridó-RN a partir da sua relação com seus apelidos. Dessa maneira, apoiamo-nos nos estudos de Hall (2003; 2011) e Bauman (2005) acerca de cultura e identidade, posto que consideramos os jardinenses como sujeitos atuantes no mundo, os quais são moldados e modificados à medida que interferem no meio. Logo, é a partir das práticas discursivas que o mundo vai se constituindo, podendo ser modificado a qualquer momento diante de suas próprias demandas.

Com base nas discussões propostas por esses teóricos, bem como considerando nosso objeto de estudo, norteamos nossa pesquisa tendo como base os questionamentos a seguir.

1. Como o apelido influencia na construção identitária do sujeito jardinense?
2. Qual a relação valorativa desenvolvida entre a criação do apelido e sua adoção?
3. Como o olhar do outro pode interferir no reconhecimento do eu?
4. Como o espaço e o tempo podem influenciar no emprego das diversas nomeações?

Para tanto, no intuito de respondê-los, elencamos os objetivos de pesquisa abaixo.

1. Objetivo geral:
 - Compreender a importância do apelido para construção identitária do sujeito jardinense.
2. Objetivos específicos:
 - a) Verificar os elementos discursivos responsáveis pela adoção e manutenção da prática de se apelidar entre os jardinenses.
 - b) Identificar a relação eu-outro, em função do reconhecimento ou estranhamento do nome de registro e do apelido.
 - c) Analisar a influência do espaço e tempo na adoção do apelido e do nome civil.

No tocante à metodologia, esta pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativista, visto que, por trabalhar com sujeitos reais, situados e históricos, ela vai muito além de dados e números determinados quantitativamente, apresentando uma construção de dados que considera os valores presentes nos enunciados de cada jardinense. Para tanto, fazemos uso da entrevista semiestruturada como mecanismo para geração dos dados, sendo entrevistados nove jardinenses atuantes no comércio da região que possuem não só um apelido como também se identificam por ele, conforme veremos, com mais acuidade, mais à frente.

A fim de possibilitar uma maior sistematização das partes constituintes e norteadoras desta pesquisa, organizamos esta dissertação em sete seções. Nesta primeira seção, denominada “Pra começo de conversa: introduzindo a pesquisa”, apresentamos a justificativa para escolha do tema, definimos nosso objeto de estudo e apontamos o embasamento teórico norteador de seu desenvolvimento, bem como a questão de pesquisa e os objetivos. Já na segunda, intitulada ““Qual a sua graça?”: investigando o objeto de estudo”, delimitamos o olhar para contribuições pertinentes da área da Onomástica para nossa pesquisa, com enfoque na Antroponímia², e justificamos a adoção do termo “apelido” como referente à nomeação dos sujeitos jardinenses que não dizem respeito a seu nome civil. Na terceira, por sua vez, cujo título é ““De onde tá falando?”: desbravando terras sertanejas”, contextualizamos brevemente sobre a formação do sertão, focando no Nordeste, e fazemos a apresentação de aspectos socioculturais de Jardim do Seridó. Na quarta, intitulada ““Da parte de quem?”: dialogando com teorias”, apresentamos o referencial teórico no qual nos embasamos para desenvolver esta pesquisa – destacando-se a concepção dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018) e os conceitos relativos aos estudos culturais sobre identidade, propostos por Hall (2003; 2011) e Bauman (2005) –, bem como o estado da arte. Já na quinta, denominada “Pra não ficar ariado³: esclarecendo os procedimentos metodológicos”, discorremos sobre a área da LA com a qual dialoga nosso trabalho, assim como esclarecemos a opção por adotar uma pesquisa qualitativa-interpretativista. Ademais, descrevemos os fundamentos e procedimentos metodológicos adotados para sua realização e, logo após, situamos os sujeitos de nossa pesquisa. Na sexta, intitulada “Proseando com compadres e comadres: analisando os

² Trata-se de uma das vertentes da Onomástica, a qual focaliza na discussão acerca de nomes próprios de pessoas.

³ Regionalismo utilizado comumente na região Nordeste para designar o sujeito que apresenta pouca concentração ou que está desorientado em determinada situação.

dados”, analisamos os dados gerados com as entrevistas que foram realizadas com os nove jardinenses, sujeitos de nossa pesquisa. Por fim, em “Pra encurtar a conversa: apresentando as (in)conclusões”, título da sétima seção, discutimos os resultados finais e respondemos à questão de pesquisa e aos objetivos que nortearam nosso trabalho, reforçando o seu compromisso com os estudos da linguagem.

Vale ressaltar que a escolha pela nomeação de cada seção foi intencional para reforçar os valores que o *ser-tão* carrega quando apresenta, em suas diversas formas de dizer, construções singulares que respondem aos diversos olhares de seus sujeitos sobre as (próprias) práticas sociais. Desse modo, optamos por expressões regionais características de um desenrolar de uma conversa – geralmente, oral – entre sertanejos, dialogando mais com os saberes desse povo, saberes e construções essas que foram visíveis e interpretadas por nós não só como pesquisadoras em contato com os entrevistados como também em nossas vivências interioranas.

2. “QUAL A SUA GRAÇA?”: INVESTIGANDO O OBJETO DE ESTUDO

Apresentamos, nesta seção, alguns apontamentos da área da Onomástica que foram pertinentes para o desenvolvimento desta pesquisa, haja vista trabalharmos com o apelido, uma das diversas formas de nomeação dos sujeitos. Partindo disso, optamos por dividi-la em duas partes, a saber: *o estudo dos nomes*, na qual contextualizamos sobre essa área, delimitando o olhar para a Antroponímia, uma das suas vertentes que está dedicada a estudar os nomes próprios dos sujeitos; e *a adoção da nomenclatura “apelido”*, na qual justificamos o porquê da adoção dessa nomenclatura na nossa pesquisa para referenciar os nomes – que não são os de registro – com os quais os sujeitos jardinenses se identificam.

2.1 ESTUDO DE NOMES

Entender a organização social de um povo é saber, antes de tudo, que há o uso recorrente da linguagem a fim de possibilitar a interação entre si e com o mundo. Para tanto, cria-se um sistema simbólico de representações de maneira a possibilitar a leitura e a interpretação do mundo. Juntamente a isso, é necessário que os sujeitos se sintam individualizados por esse sistema representativo possibilitando, de início, a confirmação de sua participação como cidadão no meio em que se insere. Surge, pois, a proposta dessa particularização com a escolha e adoção de nomes próprios.

Criada nas relações sociais como forma de singularizar sujeito e regiões, cada nomeação carrega valores, tendo em vista que o ato de nomear pode revelar não só informações de quem o deu como também de quem foi nomeado, em razão de suas diversas (re)significações (STRAUSS, 1999). Em outras palavras, escolher um nome próprio pode dizer tanto de quem nomeia, em virtude de, por exemplo, revelar a vontade da realização de uma homenagem a um familiar, de indicar sua (forte) devoção, de marcar a influência por um nome frequente na época, quanto de quem é nomeado, como ao referenciar uma característica sua física ou moral, a profissão que exerce, sua posição geográfica e, até mesmo, um episódio de sua vida. No meu caso, por exemplo, meu prenome surgiu como uma forma de homenagem que minha irmã mais velha fez à paqueta Bianca da qual ela gostava muito. Logo, o meu prenome surgiu com uma motivação que foi ressignificada durante minha vivência, diante da atribuição de outros

olhares que ele foi ganhando, olhares esses entre os quais, sobretudo, encontra-se o meu.

Em razão dessas diversas possibilidades de leitura que um nome próprio permite, é interessante atentarmos às discussões feitas sobre essas relações de nomeação – especificamente as que focam nos nomes próprios de sujeitos –, situadas na área de estudo denominada *Onomástica*. Isso porque essa área surge como uma forma de interpretar sociedade e cultura à medida que busca compreender as motivações do ato de nomear em suas diversas formas – desde o nome de registro até o apelido – e sua interferência nas relações sociais quando “permite apreender princípios segundo os quais uma coletividade agrupa e distingue seus indivíduos [...] e pode revelar crenças e valores sobre as identidades individuais e coletivas de um grupo” (PIOVEZANI, 2012, p. 15).

Essa área, então, propõe estudar a origem e as alterações sofridas pelos nomes próprios, sejam eles de locais – campo de estudo denominado Toponímia⁴ –, sejam eles de pessoas – campo de estudo denominado Antroponímia. Considerando que nossa proposta está relacionada à compreensão da importância do apelido na construção identitária do jardinese, focamos nosso olhar sobre os apontamentos feitos pelo campo da Antroponímia. Ao fazermos isso, consideramos que os nomes próprios referentes aos indivíduos são decorrentes de registros do cotidiano, os quais se manifestam nas atitudes e posturas sociais, visando diferenciar seus membros, de modo a possibilitar a concretização de seu dinamismo interno (DICK, 1992).

Entre os estudos desse campo, encontramos discussões acerca de prenomes, sobrenomes, apelidos (ou alcunhas) e hipocorísticos⁵, sobre os quais faremos um breve esclarecimento com base na divisão elucidada por Amaral (2011). No que diz respeito aos prenomes e aos sobrenomes, eles são elementos constituintes do nome civil⁶, materializados no momento de registro da criança, feito para que esta consiga ser reconhecida como cidadã, passando a ter seus direitos contemplados; já no tocante aos

⁴ Embora não seja nosso objeto de estudo, um possível foco da Toponímia é a compreensão das nomeações atribuídas às cidades quando assim foram concretizadas, fazendo uma relação com a própria motivação de sua criação ou de elementos culturais da época. Um exemplo disso está visível com a nomeação municípios Currais Novos e Malhada, cuja motivação foi decorrente da cultura do pastoreio que marcou a formação do Seridó potiguar, de acordo com o discutido por Cascudo (2009).

⁵ Conforme veremos adiante, trata-se das formas de nomeação que são criadas a partir de alguma modificação na construção do prenome – presente no nome civil. Por exemplo, a construção Bianquinha é classificada como um hipocorístico do prenome Bianca em virtude de derivar desta construção a partir do acréscimo da forma diminutiva “-inha”.

⁶ Segundo institui o Código Civil, na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seu artigo 16, “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”.

apelidos e aos hipocorísticos, são formas de nomeação criadas a partir de práticas sociais que não estão limitadas à normatividade do nome de registro, de forma que remetam mais diretamente, na maioria dos casos, a aspectos e elementos referentes à vivência do sujeito nomeado.

Sobre os prenomes, eles são considerados o primeiro nome que consta no registro civil do sujeito, antecedendo seu sobrenome e podendo vir na forma simples ou composta⁷. Já o sobrenome faz referência à(s) nomeação(ões) que sucede(m) o prenome por dizer(em) respeito ao nome de família do sujeito, caracterizando uma marcação hereditária, já que se passa essa nomeação de pais para filhos. O conjunto criado por essas formas de nomeação, por sua vez, surge no momento de registro da criança e, por isso, torna um processo obrigatório estabelecido por lei, em que “os pais nomeiam como aqueles que escolhem, segundo querem, um nome. Temos, então, um enunciador-individual” (GUIMARÃES, 2002, p. 36) que acaba sendo influenciado geralmente por construções nominais vigentes da época.

Isso se dá em razão de o nome civil da criança já ser introduzido a ela com valorações que respondem à cultura de uma época. Contudo, pode surgir a problemática da generalização do nome de registro a partir do momento em que o prenome constituinte do nome jurídico dado a criança se torna uma construção padrão e constante da época. Conforme exemplificado por Guimarães (2002), houve um período em que o nome predominante para meninos era Bruno – fato constatado com a publicação de uma reportagem na época –, de modo que isso influenciou pais a atribuírem essa nomeação a seus filhos por ela ser vista como contemporânea, própria da época, resultando na ocorrência de registro de vários Brunos em um mesmo período. Com base nisso, é pertinente afirmar que “o nome próprio de pessoa, que é apresentado como um nome único para uma pessoa única, é na verdade uma construção tal que um *sobrenome* determina um *nome*” (GUIMARÃES, 2002, p. 34, grifo do autor), visto que, em razão da coincidência dessas nomeações registradas e da dificuldade para diferenciação dos sujeitos por seu prenome, necessita-se da presença do sobrenome para delimitar o primeiro nome, já que este pode se tornar comum para os seus sujeitos, por terem vários outros com o mesmo prenome.

⁷ A construção simples ocorre quando, logo após uma forma nominal única, insere-se o sobrenome, como se tem em “Bianca Dantas”, em que Bianca é prenome, enquanto Dantas se trata do sobrenome; já a composta acontece quando o primeiro nome passa a ser constituído por duas construções que, juntas, atuam singularizando o sujeito, e não fazendo referência ao nome de sua família – na forma de sobrenome –, como há em “Bianca Poline Dantas”, em que Bianca e Poline formam o prenome, e Dantas, o sobrenome.

Contudo, delimitando nosso olhar para o Seridó potiguar, é importante lembrarmos que, além de termos nomes populares em distintas épocas, há uma variedade de sobrenomes reduzida, em virtude de a composição de cada família no período da formação de suas regiões ter se dado entre as famílias que ali habitavam. Assim sendo, a recorrência de nomes civis semelhantes ou iguais se tornou mais frequente, sobretudo quando se objetivava nomear um parente atribuindo seu nome à criança que nascera, de modo tal que começou a ser preciso diferenciar esses sujeitos, inicialmente, no próprio momento do registro, identificando a posição hereditária a ser ocupada por eles em sua família.

Surgiu, com isso, a necessidade – e o posterior hábito – do acréscimo de um nome da terceira classe⁸ à composição de seu nome civil em virtude de o sujeito a ser nomeado sofrer, na maioria das vezes, influência de uma construção nominal já criada para um parente. Um exemplo disso ocorre quando se objetiva homenagear o avô dando seu nome civil para o neto, distinguindo-os apenas por essa construção final da terceira classe presente na nomeação do parente mais novo, como se tem em “Ademar Evangelista de Medeiros Neto”, em que o emprego de “Neto” faz referência à posição familiar ocupada pelo sujeito nomeado ao passo que recupera o nome do avô – como uma possível forma de homenageá-lo. Todavia, há situações em que ocorre essa coincidência de nomes, mas com sujeitos cujo parentesco não se enquadra nos primeiros graus. Nesse caso, não se tem como recorrer aos nomes de terceira classe, dificultando ainda mais a distinção desses indivíduos no meio social. A fim de solucionar essa problemática, o apelido aparece como uma forma de maior singularização do sujeito, ao contrapô-lo a uma significação mais geral que o nome civil pode apresentar para o mesmo indivíduo.

Partindo disso, Amaral (2011) apresenta os apelidos e os hipocorísticos como formas aquém da normatividade desse nome civil. Sobre apelido (ou alcunha), o autor compreende que se trata dos nomes atribuídos por outrem a um sujeito, o qual alude, em boa parte dos casos, a uma característica deste, seja física, seja moral, podendo assumir um tom pejorativo ou não. Quanto a hipocorístico, assume que são formas de nomeação criadas a partir de alguma alteração morfológica em seu nome civil, como o acréscimo do diminutivo ou aumentativo a seu prenome, sendo empregadas, geralmente, em situações familiares. Esse autor, inclusive, aponta como distinção entre esses dois tipos

⁸ Guimarães (2002) assim classifica os nomes como “Júnior” e “Filho” que são utilizados para indicar a posição do sujeito na família quando a ele é atribuída uma nomeação que já pertence a um parente.

de nomeação o fato de o hipocorístico ser derivado do nome próprio que já referencia o sujeito nomeado, enquanto o apelido não assume essa vinculação por não estar limitado à mudança morfológica.

É importante pensarmos nessas questões de nomeação para compreendermos que as diferentes práticas sociais podem trabalhar com distintas posições-sujeito como não só determinantes de mas também determinadas por seu nome próprio (GUIMARÃES, 2002) ou por seu apelido. Não podemos ignorar, assim, o nome civil, assumindo uma postura de que o apelido surge para o substituir em todas as situações. Na realidade, não podemos cogitar nem essa possibilidade de substituição – de modo a desconsiderar os valores que o outro nome traz consigo –, tendo em vista que se trata de distintas situações de nomeações, bem como diferentes motivações para sua aparição. Conforme Piovezani (2012, p. 10-11),

a composição de um nome próprio de pessoa e/ou de um apelido não é o simples resultado de uma escolha arbitrária e de uma operação morfológica, mas é também o eco de vozes que precedem e controlam esse processo, conforme os seguintes enunciados, ditos populares e versos de canção: ‘o menino tem que ter o nome do pai’, ‘o nome do filho(a) tem que ter um pedaço do nome do pai e da mãe’, ‘o menino tem que ter nome de gente importante’, ‘a criança tem que ter nome brasileiro/bíblico/de pensador da Grécia/Roma antiga’; ‘meu filho vai ter/nome de santo/quero o nome mais bonito’. Há, portanto, determinações históricas, sociais e culturais na atribuição dos nomes e apelidos, vislumbrando sua condição de sujeito singular e sua integração e valorização social.

Por isso, o nome civil é tão relevante quanto o apelido para se compreender aspectos culturais que perpassaram o ato de nomear. O que muda, na realidade, é que, nas práticas sociais, quando o eu está em constante interação com o outro, o apelido ganha um valor social a ponto de ser mais importante por apresentar significações que estão em diálogo direto com esses sujeitos. A criação de um apelido decorrente da interação com o outro diz mais sobre esses sujeitos e como eles enxergam o mundo do que ao perpassar, em suas falas, uma nomeação dada no momento do registro da criança, que teve mais significado para quem a escolheu.

Desse modo, o sujeito tenderá a optar pelo uso de seu apelido⁹ em suas diversas interações, chegando a internalizá-lo como parte de seu nome civil em alguns casos.

⁹ Reforçamos que há uma distinção na concepção de apelido, nome social e nome artístico. Enquanto o apelido diz respeito às distintas formas de nomeação que surgem a partir das interações sociais e assumem um caráter informal – sem efeito jurídico –, o nome social se trata do modo como transexuais e travestis são reconhecidos, identificados e denominados na comunidade, em virtude de o nome civil não

Isso está evidente quando as pessoas, por exemplo, assinam documentações oficiais com o apelido em razão do hábito de usá-lo cotidianamente, conforme será visto com um de nossos sujeitos da pesquisa. Contudo, devemos compreender também que, a depender do contexto, um sujeito, mesmo se identificando recorrentemente por seu apelido até em situações mais formais, pode fazer uso do nome jurídico como identificação; tudo dependerá da situação de comunicação. Consoante Mensato (2012, p. 53-54),

esse processo de nomeação imposto pelo Estado para identificar o sujeito e inscrevê-lo no discurso jurídico, visto que agora ele terá direitos e deveres dentro do território nacional, é bastante naturalizado em nossa sociedade, de modo que raramente se pensa em mudar o nome da pessoa durante a vida, pois por mais que o sujeito receba diversos apelidos, que podem se sobrepor ao nome jurídico, ele ainda responderá por seu nome de origem. Ou seja, se um sujeito é registrado como José Eduardo da Silva e, por algum motivo, todos o conheçam por Ricardo, em momentos formais como formaturas, casamentos, ou quando precisar responder juridicamente por algum ato, ele voltará a ser José Eduardo da Silva.

A partir disso, devemos compreender que o apelido aparece para os sujeitos assim nomeados – em questão, jardinenses – como uma construção de maior valor social em relação a seu nome de registro, visto que o apelido fala mais sobre e com eles do que necessariamente seu nome civil; em outras palavras, esta forma de nomeação, quando comparada àquela, não necessariamente vai referenciar, de forma clara, o sujeito no mundo por apresentar valores, inicialmente, mais genéricos. Isso porque, neste caso, o nome civil é pensado para um sujeito antes mesmo de ele nascer e pode ter como motivações o ato de homenagear alguém, o significado que carrega em um dicionário ou, até mesmo, a influência da popularidade de um nome em determinada época.

Com base nisso, o indivíduo nasce com uma identidade que não necessariamente corresponderá a si mesmo. Na realidade, segundo Guimarães (2002, p. 36), essa nomeação se deu visando “identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade”, de maneira a torná-lo um cidadão. Assim sendo, ainda que haja a prática de se nomear um recém-nascido juridicamente para o registrar como cidadão, há também, em algumas famílias, o hábito de os pais já atribuírem apelidos para seus filhos, possibilitando verificarmos “que a escolha do nome é atravessada por

refletir sua identidade de gênero. Já o nome artístico se refere a um modo de nomeação utilizado por artistas para se identificarem e serem identificados diante de um público ou no reconhecimento de suas obras, geralmente assumindo a forma de pseudônimo.

um discurso jurídico, que visa à unidade e à estabilidade do sujeito, quando este é um ser complexo e está sempre inscrito na equivocidade da língua” (MENSATO, 2012, p. 54).

Portanto, a prática de apelidar não necessariamente vai dizer respeito apenas a localidades geográficas específicas, e sim, principalmente, a uma questão de grupo social, já que ela começa, em variadas situações, no próprio ambiente familiar. Vale reforçarmos que há, sim, algumas regiões onde o apelido se constitui como prática presente e constante, como ocorre em Jardim do Seridó, porém, não podemos reduzi-la como sendo apenas interiorana, já que há famílias que a realizam mesmo em centros urbanos; importa, pois, percebermos os valores que essa forma de nomeação possui para esses sujeitos, o que pode refletir a cultura de uma região por ultrapassar o polo familiar, como verificaremos com os sujeitos jardinenses.

E essa verificação estará associada, além da organização familiar, ao espaço onde habitam esses sujeitos – no caso da nossa pesquisa, à região Jardim do Seridó. Isso porque o ato de apelidar nesse município do Seridó potiguar pode não só desempenhar a função de individualização do sujeito – em virtude de sua identificação –, como também de sua integração social (PIOVEZANI, 2012), uma vez que, na relação com o outro, o eu conseguirá tecer mais observações sobre si a partir do que foi revelado pelo outro, de maneira a auxiliar na construção da imagem desses sujeitos e, em consequência disso, das práticas que perpassam as interações discursivas de jardinenses.

Nesse âmbito, precisamos compreender que os apelidos vão instaurar um modo de se relacionar no meio social, confirmando a necessidade “de não trabalhar com a ideia de uma sociedade pronta e já construída, mas que está sempre em construção junto com a linguagem” (CASTRO, 2013, p. 52), tendo em vista que é com a concretização desta que os sujeitos atuam no e respondem ao mundo, alterando-o e sendo alterados nas práticas discursivas. Portanto, essa forma de nomeação não é só construída como também (re)significada nas relações sociais, haja vista o apelido denunciar valores para o sujeito que nomeia e o que é nomeado a partir da concretização da linguagem. Isso é possível, segundo Guimarães (2002, p. 91),

porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que

significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos.

Para isso, é relevante atentarmos à significação que o apelido possui não só para o sujeito jardinense mas também em suas práticas sociais, uma vez que permite sua singularização no meio social, favorecendo um maior reconhecimento por parte do sujeito, à medida que reflete uma organização social na qual ele está inserido.

Com base nisso, “ser/estar apelidado em nossa sociedade inscreve um modo de pertencimento a ela. Isso nos permite dizer que ser/estar apelidado produz, portanto, uma identificação social, uma vez que esse fato inscreve esse pertencimento” (CASTRO, 2013, p. 52-53). Assumir um apelido no meio social e caracterizar essa prática como sendo constituinte deste, então, é reafirmar o valor que ele possui para o sujeito, assim como para a região no qual se insere, reforçando o seu sentimento de pertencimento.

2.2 ADOÇÃO DA NOMENCLATURA “APELIDO” NESTA PESQUISA

A partir da divisão elucidada por Amaral (2011), averiguamos que os nomes próprios referentes a pessoas podem fazer parte de campos da Antroponímia, encontrando-se algumas definições para designar essas diversas formas de nomeação. Diante disso, bem como considerando que trabalhamos com sujeitos de uma localidade específica, optamos por prezar, nesta pesquisa, os valores culturais desse povo, entre os quais se encontra a nomeação utilizada para definir as construções nominais que não dizem respeito ao nome civil, a saber: o apelido. Isso porque, ao analisarmos as significações que essa forma de nomeação tem para os jardinenses, precisamos considerar que “são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses” (FARACO, 2009, p. 51).

Tendo como base isso, bem como considerando que os jardinenses recorrem a essa nomenclatura para referenciar as diversas formas de nomeação que são construídas nas práticas sociais e aceitas pelos sujeitos nomeados, preferimos atribuir o olhar popular dos jardinenses para a definição – elucidada anteriormente – de Amaral (2011) acerca de apelido (ou alcunha) e hipocorístico, adotando nesta pesquisa uma só nomenclatura para ambos os casos: “apelido”. No entanto, esclarecemos, de antemão,

que essa adoção não compromete o reconhecimento das diversas motivações para criação e adoção do apelido; trata-se, na realidade, de uma tentativa de estabelecer maior diálogo com os sujeitos da nossa pesquisa ao usarmos uma nomenclatura habitual para eles.

Ressaltamos que essa opção, por sua vez, não limita os estudos feitos sobre a classificação teórica proposta anteriormente no estudo da Onomástica; refere-se a uma escolha que fizemos por ser um termo genérico usado pelos sujeitos da pesquisa, aproximando-os mais ao nosso estudo. Isso porque devemos ter em mente que, ao dialogarmos com a cultura de um povo, precisamos considerá-la para compreender as motivações que a constroem, de modo que nosso olhar como pesquisadoras não torne abstrato o nosso objeto de estudo, pois, em conformidade com Bakhtin (2017, p. 83),

na sua pureza, o que é abstrato, é verdadeiramente inefável: cada expressão é muito concreta para o sentido puro, e deforma e ofusca sua validade e a pureza do sentido em si. Por isto no pensamento abstrato não pegamos nunca uma expressão em toda a sua completude.

Desse modo, no desenvolver desta pesquisa, a terminologia “apelido” surgirá como referência a qualquer nome próprio de sujeito que não diz respeito ao seu jurídico, podendo ele ser motivado, por exemplo, por uma característica física, uma profissão exercida ou, até mesmo, uma derivação de alguma construção do nome civil. É importante salientarmos, aliás, que há situações de nomeação em Jardim do Seridó nas quais o apelido é construído por diversas motivações, como se percebe em “Manoelzinho da Cosern”, em que há a inserção de duas maneiras de se apelidar: o emprego do diminutivo no prenome – Manoelzinho – e a referência a algum elemento de sua profissão – da Cosern¹⁰ (entendendo-se que ele trabalha nessa companhia).

Essa variedade de construções, não se limitando, inclusive, a uma única forma, reforça como o apelido, no contexto jardinense, não se restringe ao plano semântico, sendo influenciado – ao mesmo tempo em que diz muito sobre – pelo papel social do sujeito nomeado. Considerando essa amplitude de formas de se apelidar em Jardim do Seridó e a existência de motivações distintas, buscamos, portanto, não nos limitar à construção nominal em si, e sim objetivamos, nesta pesquisa, compreender a importância que esse apelido tem para a construção identitária dos sujeitos estudados, os

¹⁰ Companhia Energética do Rio Grande do Norte.

jardinenses. Partindo disso, adotar a nomenclatura “apelido” para designar as distintas formas de nomeação que não dizem respeito ao nome civil nos permite dialogar mais com nossos sujeitos da pesquisa ao nos aproximarmos de sua realidade.

3. “DE ONDE TÁ FALANDO?”: DESBRAVANDO TERRAS SERTANEJAS

Nesta seção, contextualizamos brevemente acerca da formação do sertão nordestino, com foco no município estudado, Jardim do Seridó, haja vista trabalharmos com práticas culturais sertanejas. Para tanto, dividimo-la em duas subseções: na primeira, perpassamos a história da formação das terras sertanejas verificando a presença de um povo singular com um modo de organização destoante dos grandes centros comerciais da época e, na segunda, situamos aspectos socioculturais de Jardim do Seridó que contribuem para a força valorativa do apelido para os jardinenses.

3.1 SERTÃO EM FOCO

Para desbravarmos o sertão, é importante que saibamos, de antemão, que se trata de uma área brasileira que ultrapassa as terras frescas e férteis do massapé – nas quais engenhos de açúcar foram implantados –, iniciando na orla descontínua do agreste nordestino, atingindo as extensões semiáridas da caatinga até chegar ao Brasil Central, em forma de campos cerrados (RIBEIRO, 2006). Saber disso é entender que essa região possui, desde o início de sua formação, uma vegetação pobre que não permite o crescimento de uma economia açucareira, mas de uma pastoril que estará associada a esta com o fornecimento de carne, couro e boi de serviço.

Tendo em vista a posição espacial afastada do centro comercial da época, marcada pelo período colonial, bem como as condições ambientais desfavoráveis para o desenvolvimento de uma economia semelhante a esses centros, a criação extensiva acabou sendo a solução como forma de sustento para as pessoas daquela região sertaneja. Embora caracterizada inicialmente como uma economia pobre e dependente, esse quadro sofreu algumas mudanças ao passo que o mercado de boi e seus derivados passou a ser mais valorizado, de modo a ganhar maior prestígio econômico, o que, em contrapartida, ainda ficou restrito aos coronéis, que eram os donos das terras e do gado.

Como essa economia não era tão desenvolvida para além do solo sertanejo, precisou-se, no tocante ao pastoreio, de um auxílio da população nacional para seu sustento a partir da política da sesmaria, de modo a incentivar a multiplicação e expansão dos currais, inicialmente pelas regiões pernambucanas e baianas (RIBEIRO, 2006). Ainda assim, os trabalhadores se encontravam em uma situação precária, em razão dos poucos ganhos obtidos com os cuidados dos rebanhos, visto que os benefícios

se concentravam em seus patrões. Em paralelo a isso, assim como considerando que essas regiões estavam sujeitas a secas periódicas, que tornavam os pastos pobres, foi preciso que homem e gado penetrassem, cada vez mais, terra adentro, a fim de encontrar melhor qualidade de vida para ambos diante de um possível maior lucro com o bom desenvolvimento do animal, fazendo com que, no decorrer desse processo de expansão, todo o sertão estivesse ocupado e cortado pelas estradas criadas a partir da parada das boiadas, em conformidade com o desenvolvido por Medeiros (2002, p. 13):

A história territorial do Rio Grande do Norte, que pode ser seguida e acompanhada, em grande parte, no exame das datas de terra e sesmarias concedidas aos que vieram povoar o seu solo, e nele se fixaram, revela, em cada uma dessas concessões, ou melhor em sua quase totalidade, um pensamento único: a obtenção de terras para acomodar os gados, onde situar os gados, onde criar os gados. Na zona do Seridó certo e seguro é afirmar-se que todo o movimento povoador decorreu da necessidade econômica de encontrar lugar adequado à localização de fazendas de criação de gados.

Com base nisso, pequenas povoações começaram a ser criadas em cada sítio, sendo habitado, de início, pelas famílias do vaqueiro e dos seus ajudantes, entre as quais se encontrou Jardim do Seridó – cuja nomeação inicial foi Conceição¹¹ –, uma fazenda localizada na Ribeira do Seridó destinado à criação de gados (MEDEIROS, 1981). Nessa época, as famílias eram formadas pelas pessoas que migraram de áreas próximas para trabalharem com o pastoreio e por aquelas do próprio reino que chegaram à região para serem fazendeiros. Com Jardim do Seridó isso não foi diferente, uma vez que essa cidade diz respeito à fazenda fundada pelo coronel português Antônio de Azevedo Maia e Josefa Maria Valvâcer de Almeida, sua esposa.

Nesse processo de formação de pequenos povoados, o sertanejo começou a constituir um tipo particular de população que, em razão de seu desenvolvimento estar isolado do litoral, conservou alguns traços arcaicos, não se encontrando distante da costa apenas no quesito espacial como também social e cultural. Desse modo, esse sertanejo é caracterizado por sua forte devoção religiosa e faz parte de uma organização familiar específica com os grandes chefes – havendo a forte presença da figura

¹¹ O pastoreio, no interior nordestino, foi tão marcante que as próprias nomeações de vários municípios sofreram influência dessa prática, o que estimulou, inclusive, a alteração do nome de algumas fazendas de modo a caracterizá-las ainda mais, haja vista a representação que a nova nomeação atribuía a elas. Conforme aponta Cascudo (2009, p. 47), “tivemos, pois, como fundamento da família sertaneja, o homem pastoril, afeito às batalhas do campo, às necessidades das descobertas de novas pastagens. Uma vasta toponímia marca o trabalho antigo. Currais Novos, Pastos Bons, Boi Gordo, Poltros Mortos, Currais, Malhada, Logradouro, Bebedouro, são nomes verdadeiramente retirados da pastorícia”.

masculina – marcados pelo prestígio social de criador de bois, o que influencia na estruturação do poder da região. Isso, por sua vez, contribuiu para a origem e procedência de algumas famílias que povoaram e habitam o Seridó, visto que a pecuária foi um dos fatores que levou esses povos a procurarem as margens do rio Seridó e seus afluentes para ali se fixarem (MEDEIROS, 2002).

Essas famílias, por sua vez, constituíram-se como a base para a organização da árvore genealógica do sertão. Isso acabou por interferir nas próprias relações sociais hoje em dia, tendo em vista que há a frequente coincidência de parentesco marcada pelo sobrenome daqueles que vêm de uma mesma região, por mais que, até então, não se conheçam. Em outras palavras, as bases das famílias sertanejas adentraram pelo sertão e, por muito tempo, tiveram contato apenas umas com as outras, de maneira a criarem laços entre si, fazendo com que essa relação entre eles se fortalecesse ainda mais, por ter surgido, com isso, a adoção do parentesco a partir dos laços matrimoniais criados entre familiares representada pela inserção dos sobrenomes dos pais no registro dos filhos. De acordo com Cascudo (2009, p. 48-49),

os troncos seculares que foram replantados de Portugal pertenciam aos ‘homens-bons’ ou à fidalguia das ilhas, agricultores e criadores de São Miguel, Terceira e Faial. Os Soares, Araújo, Bezerra, Medeiros, Raposo da Câmara, Pimenta, Fernandes, Queirós, Ferreira de Melo, Vieira, Cunha Nogueira, vinte outros nomes, vinha com a certeza do combate áspero contra o selvagem, contra a natureza sem adaptação às exigências do homem europeu contra maneiras de alimentação, indumento, viagem, o próprio passo com que se habituara no Minho, Trás os Montes ou Algarves. Eis por que diferenciamos o sertanejo etnicamente. Ele ficou, séculos, quase sem misturar-se. Casando nas famílias aparentadas.

E não só etnicamente que o sertanejo começou a se diferenciar. Ao se contrapor o modo de vida desse povo com os grandes centros distribuidores de sentido, como São Paulo e Rio de Janeiro (ALBUQUERQUE, 2011), ou até mesmo com o encontrado no litoral nordestino, tornou-se visível a diferença de costumes originados pela própria demanda social desses espaços. Para os sujeitos dessa região, que se deparavam com uma economia que não tinha o apoio dos fenômenos naturais, necessitando se deslocar terra adentro, foi no cangaço e na religiosidade que encontraram uma forma de tentar sobreviver às limitações da região.

O cangaço surgiu do próprio sistema senhorial do latifúndio pastoril, no qual os coronéis contratavam jagunços para serem seus capangas e vingadores (RIBEIRO,

2006). À medida que protegiam seus amos, assim também o eram ao serem escondidos pelos coronéis em suas terras. Vale ressaltar que havia, nesse processo de troca de proteção, uma elevação social dos jagunços, os quais se destacavam da massa sertaneja, uma vez que “toda a população sertaneja, renegando embora os jagunços pelo pavor que lhe infundiam, tinha neles padrões ideias de honorabilidade e de valor, cantados nos versos populares, e via, nos seus feitos mais violentos, modelos de justiça realçados e louvados” (RIBEIRO, 2006, p. 321-322).

Junto ao cangaço, surgiu, com forte significação para o sertanejo, a devoção religiosa, a qual se baseia “em crenças messiânicas vividas no sertão inteiro, que espera ver surgir um dia o salvador da pobreza” (RIBEIRO, 2006, p. 322). É na força da fé que o sertanejo começa a achar força para lutar contra a pobreza que enfrenta. Aparecem, com isso, as promessas como uma tentativa de melhoria de vida, feita a partir de penitências consigo mesmo, por ser um sujeito pecador. Em outros casos, a procura por salvação se materializava na figura de um profeta, o qual iria mostrar a solução para se conseguir melhorar de vida, o que resultaria na procura por uma reforma social, como assim ocorreu em Canudos, tendo na figura de Antônio Conselheiro um incentivo para se fazer luta e resistência contra os grandes fazendeiros. Cangaço e misticismo se tornam, pois, modos de embate entre os sujeitos detentores de poder e a população, em geral.

Isso, por sua vez, interferiu nas próprias formas de nomeação dos sertanejos. Devoções e promessas se materializaram nos nomes de registros de seus filhos. Homenagens começaram a ser feitas. Assim, a opção por esse nome civil se deu em conformidade com um contexto específico, que não necessariamente dizia muito sobre o ser nomeado, e sim acerca dos valores sociais da época. Conforme exemplifica Guimarães (2002), teve um certo momento, no contexto brasileiro, em que muitos pais começaram a registrar seus filhos como Donizete, em razão de um padre que tinha esse nome como sobrenome, de modo a se entrelaçar dois motivos para essa atitude: a jurídico-liberal – em razão da obrigação do Estado para se registrar a criança – e a posição de sujeito religioso.

Partindo disso, percebemos que o ato de nomear juridicamente diz muito sobre quem nomeia, mas pouco fala sobre quem é nomeado. Será que o fato de uma criança ter como nome civil o mesmo de um santo ou um nome bíblico a tornaria mais religiosa? Indo além, de acordo com o pontuado por Cascudo (2009), como identificar os sujeitos sertanejos que tinham fisionomias e nomes de registro próximos – quando

não iguais – em um momento de enunciação? Em Jardim do Seridó, por exemplo, com base no documentado na lista telefônica¹², existiam, quando esta fora criada, registrados cinco indivíduos com o prenome Francisco e um dos sobrenomes sendo Assis, pelo menos¹³. Como singularizar, então, esses sujeitos, cuja nomeação não se diferencia?

O apelido aparece, sobretudo nesta última questão, como uma resposta a essa singularização de sujeitos que, por sua própria nomeação de registro, não conseguiam ser identificados no meio social sem que fosse preciso fazer algum esclarecimento a mais acerca de quem se falava, como associá-lo a um parente ou a profissão exercida. Na realidade, é importante esclarecermos que não há o desmerecimento do nome civil como elemento simbólico para os sujeitos que nomeiam e que foram nomeados, e sim devemos compreender que, nas práticas sociais, torna-se mais simbólico para os sujeitos que nomeiam e que são nomeados identificarem este pela nova nomeação por ela dizer mais sobre eles.

Assim sendo, o apelido surge como uma forma de identificação e singularização dos sertanejos nos espaços em que se encontram, ao passo que começam a falar muito do papel que esse sujeito tem no meio social ou da posição que ocupa. Uma das formas, inclusive, de construir apelidos é inserindo um nome que remeta a um familiar, geralmente o pai, sendo introduzido pela preposição “de”, reforçando a característica hierárquica explícita no novo nome como denúncia da própria organização social desses sujeitos. Nessa perspectiva, torna-se mais relevante para identificação social a associação com a posição desse indivíduo em uma família do que o santo que inspirou a criação de seu nome civil.

Em contrapartida, talvez o apelido não seja tão comum em outras áreas – como a região litorânea – por, além de estar situado espacialmente distante destas regiões, parecer um costume estrangeiro que vem, contudo, de uma área marginalizada, o que, por sua vez, não se torna tão atrativo para aqueles que o veem como novidade. Isso porque as regiões interioranas, sobretudo atingidas pela seca, foram vistas como inferiores e ignorantes por não serem tão modernizadas, com aspectos mais arcaicos, quando, na realidade, têm uma vasta cultura e, por isso, é tão importante estudá-las. Um exemplo desse descaso com o povo sertanejo se encontra na própria questão da variação

¹² Para conferir a presença de sujeitos que apresentam, em seu nome civil, a construção “Francisco (de) Assis”, veja a Figura 1.

¹³ É importante que lembremos que, na época em que fora criada, nem todos tinham telefone fixo e ainda havia um recorrente uso de orelhão. Por isso, seria preciso, para se ter precisão, acessar os documentos jurídicos, o que não é de interesse da pesquisa aqui proposta, por ela não ser quantitativa.

linguística, tendo em vista que a fala deste se assemelha mais à do português, durante o período do descobrimento, do que a linguagem dos brasileiros que estão localizados nos centros comerciais.

O sertanejo não fala errado. Fala diferente de nós apenas. Sua prosódia, construção gramatical e vocabulário não são atuais nem faltos de lógica. O sertanejo usa, em proporção séria, o português do século XVI, da era do descobrimento. Há poucos anos é que a rodovia conseguiu prendê-lo, em massa, ao litoral e a sua linguagem se está modificando ao contato do nosso palavrão brasileiro, totalmente diverso. Enquistado, durante séculos, naquelas regiões, ele manteve o idioma velho, rijo e sonoro, dos antigos colonizadores. [...]

O gorpe, que supomos ‘gole’, está certíssimo. Houve apenas a permuta de consoantes. É ‘golpe’, quantidade de líquido que se pode medir baixando e erguendo bruscamente o gargalo da garrafa. É século XVI puro. E todos nós ouvimos, centenas de vezes, falar em ‘gorpe-d’água’...

O Dicionário de Moraes registra ‘graça’ como sinônimo de ‘nome’. Como é sua ‘graça’, frase tão tradicional, não destoa da regra de sã doutrina verbal. (CASCUDO, 2009, p. 63 e 65).

É incoerente taxarmos um modo de falar como “errado” por eles destoar dos grandes centros ou desmerecer uma cultura por haver ainda uma grande valorização do que é produzido no ocidente. Muitos sertanejos usam vocábulos dos povos em que, por muito tempo, focamos nosso olhar admirando-os. Por isso, há a importância, como assim é proposto pela Linguística Aplicada, de se produzir conhecimentos condizentes com a realidade social dos sujeitos ao ter como base suas práticas discursivas, desconsiderando-se a percepção de hegemonia ocidental, de maneira a dar visibilidade a grupos periféricos por constituírem também o mundo social (KLEIMAN, 2013).

Em vista disso, ao estudarmos a construção identitária de sujeitos sertanejos, com enfoque, no caso desta pesquisa, nos habitantes de Jardim do Seridó, região interiorana do Rio Grande do Norte, propomos um olhar para indivíduos que estão à margem, reafirmando a importância da pluralidade cultural que perpassa as suas vivências. Por isso, é preciso que conheçamos um pouco sobre os aspectos socioculturais da região para entender sobre que sujeitos estamos falando.

3.2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DE JARDIM DO SERIDÓ E DE SEUS HABITANTES

Considerando a delimitação do nosso olhar para o sertão nordestino – haja vista o foco do nosso estudo ser práticas discursivas situadas em Jardim do Seridó –, é necessário que conheçamos mais sobre essa região para entender melhor acerca de que sujeitos estamos falando. Esse município pertence ao estado do Rio Grande do Norte, localizando-se a sudoeste da capital do estado, cuja população, no ano de 2010, era de 12.113 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Como já foi mencionado, sua origem se deu com o estabelecimento do coronel português Antônio Azevedo e sua família na fazenda Conceição, localizada nos arredores de Acari, mas desmembrando-se deste município, oficialmente, em 27 de agosto de 1874, com a lei provincial número 703, a qual a instituiu como cidade de modo que esta, denominada agora Jardim do Seridó, passou a fazer parte do rol da cartografia urbana do Rio Grande do Norte (MELO, 2008).

Vale ressaltar o papel e a importância de Antônio Azevedo na composição do território jardinense, uma vez que, considerando sua atuação sócio-política, visou ligar a base do território do povoado que futuramente seria reconhecido como jardinense “aos comandos da Igreja Católica, e por extensão, ao poder monárquico, solicitando ao Estado do Pernambuco a fundação do povoado, cujo marco religioso foi edificado para homenagear Nossa Senhora da Conceição” (MELO, 2008, p. 25). Essa relação com a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) só reforça o poder influente do catolicismo na época, o que pode ser percebido também no próprio registro dos indivíduos que, habitualmente, acontecia por meio de seu batistério nesse espaço.

E esse poder se fez tão influente em Jardim do Seridó que, por, aproximadamente, três décadas, o cartão postal do município foi a imagem da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Em uma região que chegou a ser conhecida também por “Veneza Seridoense”¹⁴, em razão de seu privilégio fisiográfico por estar situada entre os rios Seridó, Cobra e Acauã (MELO, 2008), ter como cartão postal a imagem de sua igreja matriz só reforça a importância do catolicismo para a região. Isso, por sua vez, pode ter estimulado um padrão de escolha quanto aos próprios prenomes dos jardinenses, havendo uma forte presença, por exemplo, de “Maria” e “José”¹⁵ na região.

¹⁴ Além dessa disposição geográfica, uma outra motivação para o recebimento desse apelido – articulada a interesses políticos que visavam ao crescimento da região – deu-se pela preocupação em modernizar seus espaços. Assim, a administração pública, influenciada pela modernidade e preocupada com a atualização do tempo presente da região, procurou incorporar a Jardim do Seridó “espaços edificados numa forma de integração com as transformações de seu tempo, tomando como modelo as modificações que estavam sendo implantadas em outros centros” (GOÍS, 2012, 84).

¹⁵ Para conferir a recorrência desta nomeação, veja a Figura 2.

Essa padronização é justificada pela própria influência exercida pela época, visto que o meio em que nos inserimos interfere em nossas relações, por serem práticas situadas, e o registro social feito diz muito sobre isso; por isso, há períodos em que se predomina um tipo de prenome. Levando isso em consideração e recordando que, no início da formação do Seridó, havia um número de famílias as quais se relacionaram entre si, de maneira a prevalecer certos sobrenomes nesses espaços, é importante que compreendamos aqui a necessidade de esses sujeitos buscarem outras formas para se reconhecerem. Vê-se, com isso, o apelido não mais como apenas uma forma outra de se nomear, e sim de se singularizar os jardinenses em suas relações sociais; o apelido, pois, passa a significar tanto para os sujeitos dessa região a ponto de haver a necessidade de sua materialização na criação da lista telefônica “O Seridó”.

Esse catálogo, por sua vez, será uma das marcas mais características do município a partir de 1999, quando ocorre a primeira publicação concretizando a arte de apelidar. A ideia para sua criação surgiu diante da dificuldade com que os moradores se deparavam ao tentarem relacionar o nome de registro à pessoa cujo telefone queriam encontrar no catálogo, segundo consta na notícia da Tribuna do Norte, datada em 14 de março de 1999, a qual se encontra na apresentação desta lista telefônica: “[Herman dos Santos] teve que colocar o apelido na frente do nome para as pessoas se acharem”. Logo, nessa lista telefônica, criada pelo empresário Herman dos Santos Azevedo, há a preocupação em privilegiar, de antemão, o apelido – se o habitante da região tiver – para, logo após, inserir seu nome de registro, o qual vem entre parênteses, conforme verificamos na imagem a seguir.

Figura 2 - Contatos presentes na lista telefônica “O Seridó” com a inicial “z”

☛ Zé Ailson (José Ailson Dantas)	472
Zé Borges (José Borges da Fonseca)	472
Zé da Noite (José da Noite de Medeiros) ...	472
Zé Dantas (José Dantas de Medeiros)	472
Zé de Gato (José Josias de Araújo)	472
Zé de João de Cristóvão (João Maria) ..	472
Zé de Kika (José Tiago de Medeiros)	472
Zé de Tertio (José Severino de Azevedo)	472
Zé Garofa (José Francisco da Silva)	472
Zé Leite (José Leite dos Santos)	472
Zé Meira (José de Oliveira Meira)	472
Zé Nilton (Josenilton Silva de Góis)	472
Zé Nilton de Chicó (José N. Azevedo)	472
Zé Nilton de Zé Fulor (Josenildo)	472
Zé Pedro (José Azevedo-Ext. Res. de Paulo) .	472
Zé Ricardo Professor	472
Zé Wilson (José Wilson da Silva)	962
Zeca de Nequinho (José A. de Medeiros) 472-	
Zeca de Severino Raimundo	472-
Zequinha Balduino (José B. Batista)	472-
Zequinha Dulino (José Araujo)	472-
Zezinha (Maria José da Silva)	472-
Zezinho de Maricota (José Rodrigues) ..	472-
Zezinho de Zé Paulino (José A. P. Silva) 472-	
Zico de Ari (Arinilson A. de Azevedo)	472-
Zizinha (Gizeuda Fernandes de Medeiros) ...	472-

Fonte: Autoria própria

Observamos, a partir apenas da imagem em questão, a forte presença da escolha lexical do nome “José” para se referir ao prenome de vários jardinenses e, em contrapartida, a redução de forma para “Zé”, “Zeca”, “Zequinha”, “Zezinha” e “Zezinho” – formas estas acrescidas, em alguns casos, de mais alguma construção nominal –, confirmando a significação que o apelido ganha em suas práticas sociais. Diante disso, percebemos que a lista tornou-se um meio novo de viabilizar o contato naquela localidade – tornando efetiva a comunicação entre os sujeitos –, posto que os indivíduos geralmente tinham dificuldade para (se) reconhecer pelos seus nomes originários, mesmo em casos com a criação do apelido sendo derivada da redução do prenome – como ocorre com “Zé”, cuja sonorização deriva da última sílaba de “José”.

Por isso, é importante atentarmos para a própria organização da lista, já que, ao apresentar, em geral, primeiramente o nome socialmente construído, seguido do nome de registro e, logo após, do número telefônico, averiguamos uma ordem de arranjo de nomeações que não é aleatória, podendo denunciar a hierarquia estabelecida na

identificação dos sujeitos de modo a identificar a preferência dos jardinenses quanto às formas de (se) nomearem. Isso, por sua vez, permite-nos constatar a força valorativa que os apelidos ganharam para os jardinenses a ponto de romper com estruturas composicionais padronizadas, como a disposição dos nomes nas listas telefônicas, em prol de atender às demandas da região.

Essa prática, pois, reforça que o ato de apelidar vem se fazendo presente no cotidiano dos jardinenses, constituindo um elemento de sua cultura. Porém, não necessariamente as formas de se apelidar são as mesmas que as de antigamente, já que, como veremos nas entrevistas, houve um período em que os apelidos estavam mais relacionados a nomes de animais; o que permanece, então, é o ato de apelidar, e não a forma como se apelida. Entendemos, portanto, o ato de apelidar como pertencente à realidade jardinense, por se tornar, nesse espaço, uma prática repetitiva, com certa regularidade, em diferentes discursos e épocas, com distintas formas de manifestação, sem se restringir a uma homogeneidade (ALBUQUERQUE, 2011).

A apelação passa de geração em geração em Jardim do Seridó, mas nunca se mantém igual em suas construções, por falar com sujeitos específicos. Pode-se, em alguns casos, haver uma padronização de criação, como a opção por associar o apelido a um parente ou a profissão exercida, como vemos na imagem com os nomes “Zé de João de Cristóvão” ou “Zé Ricardo Professor”, mas isso não foi um empecilho para, em determinado período, haver uma constância de apelidos inspirados em nomes de animais. E essa prática, típica de indivíduos jardinenses, é visualizada, inclusive, fora do ambiente regional. O Canto 5, intitulado “Fogo na Canjica”, de Othoniel Menezes, que constitui a obra “Sertão de Espinho e Flor”, faz alusão a um período da vida poeta: quando, em 1899, foi morar em Jardim do Seridó e, por ali, residiu durante sete anos. É possível perceber, com trechos do poema, que a prática de apelidar nesse município, por um lado, não é tão recente, mas que, por outro, mantém-se até hoje.

O delegado azogou-se
com *Raimundo Bico-Doce*,
por causa do jaburu.
- Que sanagoga ispritada,
aqui, na minha carçada,
num adoto vavavu!

Já ontem, formou-se um rolo
Porque *Florêncio Crioulo*
jogou tigre, e deu leão.

Afuleimado, dizia
que a roda tinha ingrisia
de prego, ou breu, ou sabão...

E o delegado: - Arritira!
*só dei orde p'ru caipira
de cumpade Buriti!*
Bando de cabra de peia!
(apontado pra cadeia)
- *Cambo ocês tudo pr'ali!*
(MENEZES, 2011, p. 282)

A partir disso, essa prática de apelidar é vista como uma marca de cultura popular do povo jardinense, e não meramente tradição, uma vez que “a tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos” (HALL, 2003, p. 243). A criação da lista possibilitou o reforço da ideia de o apelido ser visto como resistência à formalidade exigida pelo nome de registro, pois esse catálogo telefônico vai de encontro às normas, ao reafirmar a cultura de um povo situado em uma periferia, distante do centro urbano.

4. “DA PARTE DE QUEM?”: DIALOGANDO COM TEORIAS

Nesta seção, abordamos as reflexões teóricas que serviram de aporte para o desenvolvimento do estudo proposto. Para tanto, pensando na concretização da pesquisa, inicialmente nos embasamos na concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018), o qual a concebe como prática social, compreendendo o sujeito como ser dialógico e responsivo. Desse modo, temos como enfoque teórico as seguintes concepções bakhtinianas: concepção dialógica da linguagem, de cronotopia, da alteridade, do ato ético e da ideologia. Logo após, discorreremos sobre as questões identitárias, desenvolvidas com os estudos culturais, delimitando nosso olhar, em seguida, para a identidade cultural dos sujeitos jardinenses. Feito isso, apresentamos, no estado da arte, outras pesquisas que dialogam com a nossa, correlacionando temáticas e reforçando a necessidade do projeto aqui desenvolvido.

4.1 CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Desde os primeiros estudos bakhtinianos, com a publicação da obra *Para uma Filosofia do Ato*, datada em 1962, discute-se acerca da linguagem e sua importância no meio social. Há a preocupação em compreender a importância da linguagem como sendo constituinte das práticas discursivas, haja vista ser na relação do eu com o outro que a linguagem se efetiva, ou seja, ocorre na interação, e não apenas como uma expressão do pensamento ou um sistema.

Para tanto, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Volóchinov (2018) introduz duas tendências do pensamento filosófico-linguístico, denominadas “subjetivismo individualista” e “objetivismo abstrato”, a fim de não só contextualizar mas também criticar essas tendências, na tentativa de chegar a uma resposta para as questões levantadas¹⁶ que já denunciam a incoerência do entendimento da linguagem dissociada da comunicação.

Critica-se a primeira tendência em razão da visão limitada da linguagem como uma representação fiel do psiquismo individual, não havendo consideração da interação

¹⁶ Volóchinov (2018, p. 172) finaliza o capítulo dessa obra, denominado “Duas tendências do pensamento filosófico-linguístico”, com as seguintes questões: “Qual seria então o verdadeiro centro da realidade linguística: o ato discursivo individual – o enunciado – ou o sistema da língua? E qual seria a forma da existência da realidade linguística: a formação criativa ininterrupta ou a imutabilidade imóvel das formas idênticas a si mesmas?”.

verbal, já que “as leis da criação linguística – uma vez que a língua é formação e criação ininterrupta – na verdade são leis individuais e psicológicas” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 148). Nesse caso, a língua, mediante atos individuais de fala, torna-se um processo criativo concretizado. Todavia, Volóchinov (2018, p. 216, grifo do autor) rebate que “*o centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo*”. É incoerente, pois, reduzir a língua a um processo orientado pelas leis da psicologia individual.

Já a crítica à segunda ocorre em razão de ela defender que o indivíduo não interfere, de forma consciente, no sistema linguístico por este já lhe ser dado pronto, em virtude de esse sistema ser “completamente independente de quaisquer atos, intenções e motivos individuais e criativos. [...] A língua contrapõe-se ao indivíduo como uma norma inviolável e indiscutível, à qual só lhe resta aceitar” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 156). Para essa tendência, há traços idênticos nos enunciados em razão de haver uma língua já dada e postulada no mundo, cuja estabilidade é imutável, indo de encontro à perspectiva do enunciado concreto, haja vista, neste, não importar para um falante

o aspecto da forma, que permanece o mesmo em todos os casos do seu uso por mais variados que eles sejam. O que importa para o falante é aquele aspecto da forma linguística graças ao qual ela pode aparecer em um contexto concreto, graças ao qual ela se torna um sinal adequado nas condições de uma situação concreta (VOLÓCHINOV, 2018, p. 177).

Ao rebater essas duas tendências, Volóchinov (2018) coloca em ênfase a relação entre língua(gem) e interação verbal, vendo aquela como resultado desta: “*A língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220, grifo do autor). Isso porque está sempre sofrendo influência do espaço e do tempo em que os sujeitos estão inseridos, não havendo, inclusive, como separá-la desse meio sem torná-la abstrata, em razão de se tratar de um lugar de fala situado e perpassado por ideologias, marcadas nos discursos dos sujeitos. Assim, pensar na possibilidade de análise de uma língua desconexa das práticas discursivas é atribuir-lhe uma forma sistemática, sem valor para aqueles que a enunciam.

Pensando nisso, é importante pontuarmos:

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana.* É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181, grifo do autor).

Isso porque, ao enunciar, os sujeitos retratam aspectos de suas realidades ao passo que atribuem olhares interpretativos sobre isso, permitindo um processo de reflexão e refração dessa realidade social, o qual se materializa mediante signos, deixando evidente esses valores que surgem. Por isso, ao Volóchinov (2018) defender a existência do signo ideológico, ele considera que essas palavras que falam do e com o mundo, enunciadas por seus sujeitos, dizem tanto dos aspectos sociais, históricos e culturais que o constituem quanto de sua representação e significação para os homens. Assim sendo, o signo ideológico concretiza a tomada de determinada posição no ato enunciativo, de modo a tornar essa prática concreta e responsiva.

Desse modo, entendermos a palavra como viva, com valorações e não limitada a uma forma imutável nos permite compreender sobre o próprio ato da comunicação como também não limitado à ideia de dizer algo a alguém; na realidade, vai além: a palavra, à medida que ressoa responsivamente ideologias anteriores, dirige-se a alguém. Pensando no objeto de estudo desta pesquisa, o apelido ultrapassa seu plano linguístico formal e passa a exercer valores para os sujeitos na interação verbal; a (re)significação desse nome possibilita ao sujeito a atribuição de um valor que vai além da forma em si. Isso se dá em virtude de não haver neutralidade dos discursos, ou seja, cada enunciado sempre vai apresentar uma dimensão avaliativa de elementos da realidade social, expressando posicionamentos assumidos (FARACO, 2009).

Nesse sentido, a adoção do apelido e a persistência e sua prática como forma de nomeação em determinadas situações falam muito sobre os sujeitos que enunciam e os valores com que dialogam, já que todo enunciado é determinado por suas relações sociais, de maneira a fazer com que os aspectos sociais, históricos e culturais interfiram na construção ideológica desses sujeitos. Portanto, ao apelido assumir significações nas relações sociais, poderá dizer mais sobre o sujeito que nomeia e sobre o que é nomeado na interação, visto que “o homem não pode pronunciar nem uma só palavra permanecendo homem puro e simples” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 147). As próprias escolhas de nomeação carregam ideologias que perpassam os discursos desses sujeitos;

e a opção por seu uso nas práticas sociais denunciam as relações semântico-valorativas que são desenvolvidas.

Considerando, então, que a linguagem está associada ao fenômeno social da interação verbal, bem como que deve estar situada, será mediante o enunciado, na relação com o outro, que ela será produzida, constituindo visões de mundo e valores para os sujeitos. Para tanto, esclarecemos que a ocorrência dessa relação eu-outro influencia, sobretudo, na construção da própria identidade de cada, pois, ao se olharem, dois diferentes mundos são refletidos nas pupilas de seus olhos, permitindo que se conheçam horizontes concretos efetivamente vivenciáveis distantes, até então, de sua realidade, uma vez que,

em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, de sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão – , o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele (BAKHTIN, 2011, p. 21).

Dessa forma, o se relacionar possibilita que os sujeitos tenham suas próprias observações e compartilhem-nas a partir da e na interação, em virtude de o eu e o outro possuírem visões únicas que não se totalizam sobre o mundo e si mesmos, precisando, para construção da imagem de si e dos outros, concretizá-las nas relações de alteridade (eu-outro). Tratar, pois, o apelido a partir dessa relação eu-outro possibilita a atribuição de diferentes olhares, a ponto de o olhar do outro interferir no reconhecimento do eu – ora, o apelido não necessariamente será assumido por sua motivação originária e, muito menos, permanecerá com uma só significação. Ser chamado e se reconhecer, então, partem de atos situados, com sujeitos cujos valores são distintos.

Partindo disso, devemos entender o enunciado como sendo um ato singular, situado de forma concreta, não podendo, pois, ser repetível, tendo em vista que estamos em constante transformação, ao se compreender que o enunciado deve ser não só considerado como um fenômeno real da linguagem mas também como uma estrutura socioideológica (VOLÓCHINOV, 2018). Diante disso, ele emerge como uma atitude responsiva na prática discursiva, uma vez que o sujeito assume uma postura valorativa, considerando que, ao se basear na linguagem como interação, é incoerente assumir que

um objeto já está totalmente dado no mundo ou que existe uma primeira palavra¹⁷, desconhecida do mundo. Como pontuamos anteriormente, a palavra ressoa a voz de outrem à medida que é dirigida a alguém. Dessa maneira, ao realizar o processo de interação verbal, o sujeito se torna realizador de atos éticos, diante da responsabilidade que assume com seus discursos.

E para o sujeito se constituir como tal, é necessária a relação com o outro, o que implica dizer que, quando o eu responde a essa interação, assume uma postura atuante no mundo, o que reforça, assim, o ato ético, haja vista sua caracterização como um ato interessado, que tem autoria, consciência, pessoalidade. Portanto, ao abordarmos a perspectiva do apelido na pesquisa aqui proposta, pensamos nas valorações que esse nome possui em cada momento de fala para o sujeito e como ele responde a essa nomeação nesse mesmo momento. Isso porque, a partir do momento em que se atribui uma nomeação para o sujeito, seja no próprio ato de pensar sobre a sua criação e adoção, seja na sua expressão oralizada, o apelido passa a falar sobre os sujeitos – o que nomeia e o que é nomeado –, denunciando a significação que esses elementos, no momento da interação, têm para esses sujeitos.

A partir disso, é importante pensarmos nas implicações que o ato ético pode ter na ação, visto que, “ao mesmo tempo em que participa, integra o ser que o realiza e é através dele que o sujeito se reconhece e é reconhecido” (OLIVEIRA, 2008, p. 13). Assim, precisamos compreender os valores dos apelidos considerando a interação verbal, a fim de identificar as implicâncias que eles possuem para os sujeitos, até para conseguir se compreender a própria organização social do ambiente em que se inserem, uma vez que é a ideologia concretizada nos enunciados que dá significação a cada ato nosso (VOLÓCHINOV, 2013). Então, trabalhar com a concepção dialógica da linguagem, pensando na palavra como viva e valorativa, assumindo uma forma mutável, e não fixa, exige do pesquisador a compreensão dos atos como singulares, que requerem responsabilidade dos sujeitos quanto a seus discursos.

Com base nisso, é importante o entrelaçamento do mundo da vida com o da cultura, compreendendo que, em razão de vivermos em um mundo de linguagens, signos e significações, é no interior das relações sociais que estes vão emergir e significar, estando, então, entre seres situados e não podendo “ser concebidos como resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado; ou

¹⁷ Considera-se a inexistência de um discurso totalmente adâmico (VOLÓCHINOV, 2018), isto é, isento de valorações de outrem, haja vista o discurso do eu ressoar o do outro.

determinados apenas por um sistema formal abstrato” (FARACO, 2009, p. 49). Por isso, há a necessidade de se estabelecer uma relação entre esses dois planos, de maneira a reforçar que, para o mundo da cultura carregar esse simbolismo, faz-se preciso situar o sujeito perpassando sua história, a fim de amenizar seu distanciamento, haja vista que não é possível, com êxito, desvincular o contexto sócio-histórico da cultura. Em conformidade com Bakhtin (2014, p. 29),

este ou aquele ponto de vista criador, possível ou realizado de fato, só se torna necessário e indispensável de modo convincente quando relacionado com outros pontos de vista criadores: só quando nas suas fronteiras nasce a necessidade absoluta desse ponto de vista, em sua singularidade criativa, é que ele encontra seu fundamento e sua justificação sólida; mas no seu próprio interior, fora de sua participação na unidade da cultura, ele é apenas um mero fato, e sua singularidade pode ser representada simplesmente como um arbítrio, como um capricho.

Essa valoração existente – de diferentes âmbitos, seja social, seja cultural – é construída a partir de determinada relação, a qual constitui o eixo axiológico. Dessa forma, embora a realidade, propriamente dita, exista, a maneira como o sujeito se relaciona com ela que constituirá a construção axiológica. Ou seja, a realidade em si não é construída, e sim materializada por meio dos atos. E para o sujeito se constituir como ser dialógico (BAKHTIN, 2016), é necessária a relação com o outro, o que implica dizer que, ao permitir esse se relacionar, assume uma atitude responsiva diante do outro. Ressaltamos que não é a mera interação que possibilita o dialogismo, visto que este pressupõe a ocorrência de enunciados socialmente orientados e, por isso, singulares e irrepetíveis.

Por isso, reforçamos a necessidade de se focalizar no apelido como elemento identitário dos sujeitos por ele surgir de uma relação dialógica entre o eu e o outro, caracterizando-se como um ato interessado, que tem autoria, consciência, personalidade, ou seja, um ato ético. Além disso, o ato de apelidar reflete significações que falam muito sobre os sujeitos em interação. Isso porque, embora essa forma de nomeação seja derivada de uma construção anterior ou, até mesmo, de uma que já exista, ela se torna única, singular e significativa para o sujeito nomeado e para aquele que o nomeia em razão de dizer muito sobre esses seres: o fato de nomear alguém assim ou de se sentir nomeado e reconhecido por esse nome, em determinado tempo e espaço, reflete e refrata a realidade dos sujeitos envolvidos na comunicação. Assim,

o enunciado nunca é apenas um reflexo, uma expressão de algo já existente fora dele, dado e acabado. Ele sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular que, ademais, tem relação com o valor [...]. Contudo, alguma coisa criada é sempre criada a partir de algo dado (BAKHTIN, 2016, p. 95).

Dessa forma, não podemos desconsiderar, ao trabalhar com linguagem, o fenômeno social da interação verbal, de modo tal que seja realmente possível uma análise que perpassa a cultura e a história do sujeito, amenizando seu distanciamento para com a teoria. Trabalhar, pois, com sujeitos com distintas nomeações que podem dizer sobre suas identidades – haja vista a construção identitária desses seres proposta por esta pesquisa – exige a adoção de uma postura ética, constituída pela organização das significações construídas pelo sujeito, em seu todo arquitetônico, que engloba os elementos espaciais, temporais e axiológicos quando relacionados, tendo em vista que “todos os produtos da criação ideológica são objetos dotados de materialidade, isto é, são parte concreta e totalmente objetiva da realidade prática dos seres humanos (não se podendo estudá-los, portanto, desconectados dessa realidade)” (FARACO, 2009, p. 48).

Ressaltamos, inclusive, que devemos ter um olhar atento às dimensões de espaço e tempo porque estes “na sua singularidade são individuados e incorporados como momentos de unicidade concreta e valorada” (BAKHTIN, 2017, p. 122), de maneira que não se pode desvincular o ato de apelidar – por ser situado – aos tempos e espaços de fala dos sujeitos que apelidam e são apelidados. Assim sendo, ao Bakhtin (2018, p. 11) nomear cronotopo como sendo “a interligação essencial das relações de espaço e tempo”, deixa em evidência a inseparabilidade desses elementos, pelo fato de o tempo ser visto como uma quarta dimensão do espaço. As relações cronotópicas que surgem podem contribuir, portanto, para a própria construção identitária dos sujeitos jardineiros – no caso desta pesquisa –, em virtude de a própria organização social ao longo do tempo e as relações com os apelidos que foram ganhando forma na região gerarem novos cronotopos, uma vez que, por serem “indissociáveis, os índices do tempo transparecem no espaço e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo” (CASADO ALVES, 2012, 312). A partir disso, é importante pensarmos como a linguagem é construída na relação tempo-espaço jardineiro, verificando a construção de valores acerca do ato de nomear.

Para tanto, considerando que o cronotopo gera um importante terreno para exibição e representação dos acontecimentos (BAKHTIN, 2018), a atuação dos sujeitos nas dimensões espaço e tempo precisa ser carregada de responsabilidade: “os atos do

sujeito, sejam ou não voluntários, são responsabilidade sua, ou melhor, ‘responsabilidade’ sua, isto é, responsabilidade *pelo* ato e responsividade *aos* outros sujeitos no âmbito das práticas em que são praticados os atos” (SOBRAL, 2008, p. 229, grifo do autor). Em outras palavras, ao assumir responsabilmente as atitudes no processo de interação social, concretizando seu ponto de vista mediante o enunciado, o sujeito enuncia para outro que ocupará uma ativa posição responsiva, diante da compreensão dos valores presentes no discurso.

Em razão disso, as interações sociais mediante a linguagem são estabelecidas em inter-relações recíprocas, socialmente orientadas, contudo, sem ocorrer a exclusão da possibilidade de uma (re)ação. Não deve ser considerada, portanto, a sobreposição do agente sobre outro sujeito em um ato, bem como a ausência de sua singularidade, mas sim uma atuação de sujeitos em uma interação verbal, em que ambos assumem responsabilidades sobre o enunciado. Conforme discorre Bakhtin (2016, p. 114), “o diálogo envolve enunciados de ao menos dois sujeitos, mas sujeitos interligados por relações dialógicas, que conhecem um ao outro, respondem um ao outro”.

Este autor propõe, então, a categorização da responsividade humana na tríade: “eu-para-mim”, “eu-para-o-outro” e “outro-para-mim” (BAKHTIN, 2017), de modo a esclarecer que, embora o sujeito saia de si na tentativa de se aproximar do outro e vice-versa, ele deve voltar a si diante de sua singularidade no mundo. Para tanto, ele afirma: “Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro” (BAKHTIN, 2017, p. 115). Desse modo, esse sujeito que considera a situacionalidade e sua interferência no outro é um “sujeito situado”, uma vez que assumirá uma postura valorativa no ato. Isto é, o sujeito age em situações situadas, constituindo-se práticas dialógicas e, por isso, permitindo supor que ele e outrem estão inseridos em grupos sociais, e não isolados.

E essas práticas dialógicas, por sua vez, permitem-nos inferir que o pensamento participativo desses sujeitos está relacionado à capacidade de responder a enunciados passados e a possíveis futuros; trata-se de um lugar de entrelaçamento e tensão de vozes. Nesse caso, delimitando a discussão para o objeto desta pesquisa, a problemática do nome próprio de registro está associada à limitação valorativa que esse nome carrega consigo, tendo em vista que é na relação com o mundo que a pessoa se reconhece, surgindo o apelido como resultante dessa relação; daí vem a carga valorativa que esse apelido assume quando comparado à nomeação que lhe fora dada ao nascer.

Nesse sentido, o sujeito, como ser social, apresenta ideologias em seu discurso, e o enunciado é carregado de valor social, em razão da significação que o apelido possuirá, o que, por sua vez, não desconsidera o nome de registro, pois, em situações menos corriqueiras, ele também possuirá valor na interação. O foco é, então, na força valorativa que esse apelido assume para esses sujeitos, considerando que “toda palavra é ideológica, assim como cada uso da língua implica mudanças ideológicas” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 217), não constituindo um processo acabado, mas um processo único. É preciso compreender esse outro como sujeito situado, visto que qualquer enunciado é dialógico a partir do momento em que é endereçado a outrem, assumindo seu valor social (BAKHTIN, 2016).

Essas considerações, por sua vez, servirão como norte para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pensando em um sujeito histórico inserido em um meio social que apresenta significações em seu discurso, sem desvinculá-lo desse meio, evitando restringir a cultura à língua (no que concerne a palavra em si) por isso desmerecer a relação entre o indivíduo e o mundo. Assim, trabalharemos com um sujeito que, ao se inserir no mundo, não só reflete como refrata os valores com que dialoga, possibilitando, por sua vez, uma configuração e formação do seu constante processo de formação mediante as causas históricas, linguísticas e culturais.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS

Iniciado em 1964 por Richard Hoggart, o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) deu início, de modo mais organizado, ao campo dos estudos culturais, sendo o eixo temático de discussão desse centro “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 21). Não há, portanto, o surgimento de apenas uma disciplina, e sim o encontro de várias em uma área de estudo, que teve como estímulo para o surgimento o trabalho de Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, bem como o de Hoggart.

Os estudos culturais têm como temática central o processo de construção identitária, considerando-se a fragmentação e o deslocamento dos sujeitos na modernidade. Esse campo possibilita compreender o processo de formação das identidades culturais como inacabado, diante da consideração de que os sujeitos, ao

interferirem no mundo, a partir de suas práticas discursivas, assumem valores em seus discursos diante de sua postura responsável e responsiva no ato. Como esclarece Hall (2003, p. 200),

os estudos culturais têm chamado a atenção não apenas devido ao seu desenvolvimento interno teórico por vezes estonteante, mas por manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os estudos culturais permitem que essas questões se irriem, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final.

O foco dos estudos culturais não é dar uma resposta final para as tensões de vezes que ressoam no mundo, e sim tentar entender essas tensões à medida que se percebe o surgimento de novos conflitos. O mundo está em constante transformação; por isso, tomar o sujeito e sua relação com esse mundo como centro de investigação é extremamente relevante. E será Stuart Hall, sucessor de Richard Hoggart, um dos principais estudiosos sobre o processo de construção identitária desses sujeitos, proporcionando maior visibilidade para esse campo. Isso porque ele

incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de ‘aglutinador’ em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um ‘catalizador’ de inúmeros projetos coletivos (ESCOSTEGUY, 2001, p. 23).

Com base nisso, cabe pontuarmos pertinentes considerações desenvolvidas por Hall acerca de identidade. Para tanto, devemos esclarecer, inicialmente, as três díspares concepções de identidade que caracterizam, ao longo dos três últimos séculos, o sujeito: a primeira faz alusão ao *sujeito do Iluminismo*; a segunda, ao *sociológico*; e a terceira, ao *pós-moderno*. Quanto à primeira concepção, Hall (2011) discorre sobre a existência do indivíduo como sendo una, imutável, cuja identidade emerge com seu nascimento e com esse sujeito se desenvolve, mas permanece a mesma, não havendo mudanças. Assim, baseava-se “numa concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado” (HALL, 2011, p. 10), sendo seu eu centrado na própria identidade. Essa concepção, por sua vez, pode ser rebatida, haja vista o sujeito estar em constante mudança diante das práticas sociais nas quais está envolvido.

No que diz respeito à segunda, tem-se o ideário de que as valorações do mundo são mediadas para o sujeito a partir da sua relação com outros sujeitos que sejam importantes para ele. “De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2011, p. 11). Prosseguindo com seu raciocínio, Hall (2011) defende que o sujeito, nessa concepção, ainda possui o seu “eu real”, o qual vai ser modificado mediante o diálogo com mundos “culturais” exteriores. Todavia, ela pode se tornar problemática ao se pontuar que há uma costura identitária do sujeito à estrutura, estabilizando, pois, “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2011, p. 12).

A terceira, por fim, surge com a pós-modernidade, defendendo a ideia de um sujeito sem uma identidade que seja fixa, permanente ou essencial, sendo, por sua vez, provisória ou fragmentada. Isso se dá em razão de o sujeito assumir “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2011, p. 13). Essa concepção reforça a mutabilidade do sujeito diante de suas relações, o qual interfere no meio ao passo que sofre interferência dele, (re)modelando-se aos valores que o sustentam.

Assim sendo, uma das práticas discursivas que influenciam na construção identitária do sujeito como tal é o uso de apelidos no convívio social. Isso porque essa forma de nomeação entra em conflito com o nome de registro quando considerados os contextos de seu uso, bem como fala sobre alguém a partir do olhar do outro, sem desconsiderar o olhar do eu sobre si mesmo, olhares esses motivados na interação social. Logo, notamos a presença da subjetividade nessa forma de nomeação, visto que, além de ser influenciada pela pluralidade do corpo social, permite interpretar o sujeito também como um ser social, inserido em suas próprias vivências e nos discursos que o motivam.

Por isso, é preciso que o sujeito, por meio das interações sociais, faça-se presente e se sinta pertencente àquela região, cuja prática de nomear informalmente se torna uma constante na vivência de seus sujeitos. Compreendemos ser importante para isso a singularização que o apelido permite a esses sujeitos, de modo a favorecer um reconhecimento mais plausível do que o próprio nome de registro, à medida que também contribui para o reconhecimento pessoal do ser como pertencente a tal região, haja vista sua atuação no espaço onde se encontra. Em outras palavras, o apelido possibilita que o sujeito se reconheça como tal por meio de sua identificação com a

nova forma de nomeação atribuída, de modo a possibilitar que sinta em seu apelido que há marcas de sua história de vida e valores construídos nesse período.

De acordo com Hall (2011, p. 70), “todo meio de representação [...] deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais”, sendo necessário, para isso ocorrer, que usemos a linguagem para nos expressar, tornando-nos sujeitos que pensam sobre e atuam no mundo. Por isso, a depender do espaço e tempo em que se encontram, o signo pode assumir ideologias distintas, diante da (re)significação atribuída pelos sujeitos em suas práticas discursivas. Partindo disso, bem como sabendo que o ato de nomear se configura como uma forma de representação que está inserida no contexto jardinense de forma presente na vivência de seus sujeitos, é possível assumir que o apelido é uma prática sócio-histórica, situada em um contexto espacial e temporal, reforçando a construção identitária desses sujeitos.

O ato de apelidar, então, é uma constante que sofre alterações nas distintas construções linguísticas que norteiam cada época, sem perder sua força nas relações sociais, já que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2011, p. 71). Assim sendo, há a interferência do onde e do quando se fala na adoção de cada nomeação – tanto por parte de quem nomeia quanto de quem é nomeado –, mas, ainda assim, esse ato de nomear não perde sua força na representação social do sujeito jardinense; na realidade, os sujeitos, nesse processo de interação, acabam apresentando uma identidade em construção, e a representação desses sujeitos – por parte do apelido como forma predominante de nomeação – confirmam a ideia de pertencimento à região, ao (re)significar essa prática no convívio de jardinenses.

Ressaltamos, pois, que esses moradores de Jardim do Seridó-RN precisam assumir distintas identidades reforçadas pela escolha do nome próprio – seja o registrado no cartório, seja o atribuído posteriormente em forma de apelido –, a ser assumido em determinado tempo e espaço. Todavia, a preferência por uma dessas formas de nomeação – no caso dos jardinenses, pelo apelido – pode denunciar as diversas significações que esta forma de nomeação ganhou para os sujeitos desse ambiente, estando entre elas o sentimento de pertencimento a tal região. Isso porque “as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 17). Ou seja, é

preciso que o sujeito, por meio das interações sociais, faça-se presente e se sinta pertencente àquela região.

Sendo assim, a relação entre sujeito e práticas discursivas assume sua natureza sócio-histórica, devendo atentar para o fato de que, “embora sejamos sujeitos de uma determinada nação, nossa identidade não nasce acabada; ao contrário, vai se constituindo, e sendo reconstruída por meio da representação” (FARIA, 2007, p. 41). Considera-se, portanto, não só o passado como também o futuro que norteará o presente, uma vez que o sujeito se constrói por toda a vida e em todas as suas relações; a identidade, diante dessas relações, nunca permanecerá igual, estando em constante trânsito (BAUMAN, 2005), e a cultura não será vista como uma prática, e sim como o conjunto de valores partilhados mediante a linguagem entre os sujeitos. Dessa maneira,

[a cultura] está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas [...] dentro ou subjacentes a todas as demais práticas sociais. [...] O propósito da análise é entender como as inter-relações de *todas* essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período [...] (HALL, 2003, p. 128, grifo do autor).

Precisamos atentar para o papel desempenhado pela cultura na constituição dos sujeitos jardinenses, visto que as práticas sociais expressam valores que constituem uma ação cultural. A maneira, então, como se modela a cultura exerce influência nos sujeitos de modo a contribuir para sua formação, haja vista ela não só estar relacionada com a realidade como também possibilitar a atribuição de valores à linguagem humana. Isso se dá em razão de ser “por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (WOODWARD, 2014, p. 18).

Entender as sociedades e suas identidades culturais é compreender que aquelas são multiculturais por apresentarem diversos grupos cujas identidades específicas não são acabadas ou afirmadas de modo absoluto, considerando-se sempre os outros. Ao assumir como objeto de pesquisa, pois, a influência dos apelidos na construção identitária dos sujeitos jardinenses, teremos como embasamento as concepções de identidade abordadas nos estudos culturais, haja vista a constituição da identidade do

sujeito permear aspectos que vão além de normas jurídicas pragmáticas, considerando-se a influência das vivências dos indivíduos em sua constituição social (HALL, 2003).

4.3 ESTADO DA ARTE

Haja vista a proposta desta pesquisa estar voltada para a análise da construção identitária dos sujeitos a partir da relação com seu apelido, em específico em Jardim do Seridó-RN, é importante, para enriquecimento da discussão aqui desenvolvida, a presença de outros estudos que dialogam com essa temática. Isso porque se considera a inexistência de um discurso totalmente adâmico (VOLÓCHINOV, 2018), isto é, isento de valorações de outrem. Ao permitir, pois, esse diálogo, diversas visões de mundo e valores sobre essa problemática entram em conflito, colaborando para a (re)significação do olhar do pesquisador sobre o objeto estudado.

Desse modo, propor um estudo voltado para a construção identitária desses sujeitos requer uma visita bibliográfica em trabalhos que não só abordam as diversas formas de nomeação como também identificam, de certa forma ou totalmente, sua contribuição para a reafirmação do sujeito como tal. É importante esclarecer, de antemão, que, embora seja uma temática recorrente nas práticas sociais, ainda há uma escassez de trabalhos acadêmicos sobre o objeto de estudo do nosso trabalho, identificando-se, aliás, apenas duas dissertações relacionadas diretamente a esse tema, havendo um predomínio de produções de artigos. Daremos atenção àqueles que dialogam, de forma direta, com a influência do apelido na construção identitária dos sujeitos, diante da contribuição teórica para esta pesquisa.

Assim, organizando de forma sistemática essa revisão bibliográfica, apresentaremos primeiramente uma dissertação que aborda essa relação estabelecida entre apelido e identidade, embasada em uma lista telefônica, como também proposto nesta pesquisa. Logo após, focaremos em pesquisas que tratam do apelido como forma de pertencimento social a determinado grupo, de modo que singulariza não só o sujeito mas também o situa espacialmente. Feito isso, o olhar será voltado para a adoção de diversos tipos de nomeação (não se limitando a apelidos) como elemento identitário. Vale pontuar que, à medida que a revisão bibliográfica for sendo apresentada, desenvolveremos pontos de articulação entre cada pesquisa e o estudo proposto aqui, de modo a anunciar alguns elementos que serão discutidos durante esta pesquisa, a fim de já introduzir o leitor sobre a temática abordada.

A primeira dissertação, intitulada “Uma descrição do uso dos apelidos em Cláudio”, de Pereira (2011), propõe um estudo voltado para a cidade denominada Cláudio, em Minas Gerais, analisando o hábito de apelidar nessa região, seja na zona rural, seja na urbana, a fim de entender não só as motivações dessa prática em cada área como também de categorizar as formas de nomeação. Verificou, pois, que há um predomínio na construção de apelidos que foram criados no meio familiar e, depois, veiculados no social, o que não necessariamente implica dizer que os moradores dessa região se identificam com seu apelido: “apesar de a maioria admitir que gosta de seu apelido, é importante ressaltar que muitos demonstram-se indiferentes e outros acostumados” (PEREIRA, 2011, p. 90). O enfoque da pesquisa não possibilita, assim, averiguar se há uma relação direta entre a construção identitária dos sujeitos e a influência exercida pelo apelido.

Essa dissertação partiu da adoção da *Apelista*¹⁸ em Cláudio, para fazer uma análise, embasada na Sociolinguística, acerca do estudo lexical dos apelidos, de maneira a propor um olhar mais descritivo desta forma de nomeação. Embora permita denunciar, de certo modo, fatores sociais, históricos e culturais da região, essa pesquisa se centra na contraposição das formas de nomeação em duas localidades da região (área urbana e rural), não tendo como enfoque a singularização de cada sujeito pelas diversas maneiras de apelidar. A *Apelista*, então, torna-se um dos instrumentos necessários para coleta dos dados da pesquisa, divergindo-se do olhar dado ao objeto do nosso estudo. Isso porque, ao trabalhar com construção identitária, é necessário se considerar a concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin, o qual a concebe como prática social, para compreender o sujeito como ser dialógico, assim como as ideologias que perpassam seu discurso, uma vez que, ao se relacionar com o outro, ele assume uma atitude responsiva diante desse outro, reforçando não só a influência que o apelido adotado tem para si como também denunciando o valor atribuído a essa prática por parte dos jardinenses.

Além dessa dissertação, há a de Mensato (2012), cujo título é “‘Meu nome agora é Zé Pequeno’: apelidos e posições-sujeito”, que propõe uma análise centrada na fala de uma personagem do filme “Cidade de Deus”, a saber: “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra”. A pesquisa foca na análise da aquisição do apelido e da

¹⁸ Em 1968, criou-se uma lista telefônica, denominada *Apelista*, para essa região composta pelos nomes próprios de seus moradores, seguidos dos apelidos entre parênteses. A mudança na forma de organização dessa lista ocorreu apenas no século XXI, seguindo uma construção similar à da Lista Telefônica de Jardim do Seridó-RN, que motivou o olhar atribuído ao objeto de estudo deste texto. Isso, por sua vez, não necessariamente permite inferir que uma lista influenciou diretamente a construção da outra.

postura do sujeito assumida posteriormente a esse processo, mostrando como todo o processo de mudança de apelido influencia na própria visão que o personagem passa a ter de si e em como isso interfere em sua postura social. Diante disso, embasa-se na Análise do Discurso para averiguar essas marcas motivadas pelas construções da linguagem verbal e corporal e em como a alteração dos apelidos estimula a produção do sentido de agressividade, denunciando poder.

É válido, ainda, pontuar que, como consequência disso, houve uma identificação recorrente de outros indivíduos com a história, assumindo até a posição de personagem, quando, na realidade, não existiam traços diretos entre eles. Isso contribui para evidenciar que as formas de nomeação podem denunciar também o espaço em que esses sujeitos habitam, permitindo que haja uma mescla entre o fictício e o real. Melhor dizendo, permite que pessoas que moram na região retratada no filme se identifiquem com a história de vida das personagens, já que assumir um apelido é uma prática – principalmente realizada por bandidos – recorrente nessa região como forma de dificultar o reconhecimento jurídico desses sujeitos em um processo criminal. “Desse modo, é possível dizer que a repetição do apelido e o silenciamento do nome jurídico não são exclusivos de Zé Pequeno, mas algo que caracteriza as pessoas inscritas nessa formação discursiva” (MENSATO, 2012, p. 58).

Averiguamos, dessa maneira, que uma prática que singulariza os moradores de determinadas favelas é a atribuição de apelidos como formas de identificação do sujeito, além de delimitar sua posição social naquela região. Focando na análise do filme, a alteração de Dadinho para Zé Pequeno – ambos apelidos – evidencia a influência desse tipo de nomeação, à proporção que também reduz a importância do nome de registro para esse sujeito, diante da tentativa de burlar o sistema jurídico. Essa forma de nomeação, além de contribuir para essa denúncia da posição social desse sujeito, permite que ele seja singularizado em detrimento da quantidade de pessoas com um mesmo nome.

Logo, nas duas dissertações, o apelido se mostrou como um mecanismo de reconhecimento de sujeitos facilitando o processo de comunicação, por singularizá-los em relação aos outros de mesma nomeação. Essa prática, conseqüentemente, singulariza também um determinado grupo social, haja vista ser recorrente de regiões específicas, no caso, a cidade de Cláudio e a Cidade de Deus. Além disso, discorreu-se nos dois casos que o apelido pode assumir um tom pejorativo, o que dificulta, de certo modo, o reconhecimento do sujeito, não impedindo, em contrapartida, que ele se acostume com

essa construção. Contudo, enquanto o trabalho de Pereira (2011) averigua esse tipo de apelido como forma de nomeação presente na região, o de Mensato (2012) foca na adoção de um apelido frente a outro – que poderia ser pejorativo ao olhar de alguns, atribuindo força ao sujeito que o recebe, de modo a torná-lo mais poderoso na região: ele assume a posição-sujeito que o apelido lhe confere.

Ainda sobre o uso de apelidos como forma de pertencimento a determinado grupo social, tem-se a pesquisa intitulada “Pertença e controle social. O uso de apelidos entre os Deltas”, de Koury (2004). Nela, o autor faz um estudo sobre um grupo evangélico de João Pessoa, identificado, no trabalho, como “Deltas”, por seus integrantes apresentarem uma prática bastante singular durante o ingresso de novos indivíduos: a adoção de apelidos pejorativos como forma de identificação. Recorrem a essa prática com o intuito de fazer com que o sujeito aceite aquele defeito que muitos criticam a ponto de saber conviver com ele, assumindo-o como uma característica sua.

O apelido assume, desse jeito, uma espécie de marca registrada de individualidade e de aceitabilidade de cada membro do grupo. O cognome dado a cada um é associado a uma espécie de sinal pessoal distintivo e de reconhecimento individual na coletividade e entre cada um dos seus interlocutores no espaço grupal, o que o torna uma espécie de sobrenome pessoal no coletivo (KOURY, 2004, p. 5).

Nesse artigo, assim como na dissertação de Mensato (2012), há padrões de construções de apelidos os quais não só singularizam o indivíduo mas também denunciam a que grupo social pertencem. Enquanto nesta há identificação por meio da atribuição que determinados apelidos permitem aos indivíduos quanto à sua posição social e à influência de poder que passam a exercer na comunidade em que se inserem, naquele existe a necessidade de atribuição de um nome pejorativo, negativo aos olhos de muitos, para que a pessoa consiga se aceitar na sua forma singular de ser e, conseqüentemente, passe a ser aceita no grupo dos Deltas.

Abrangendo nosso olhar para outras formas de nomeação, não se limitando mais apenas ao uso de apelidos como elemento identitário, encontramos o artigo “Uma história de nomes: a alcunha, o primeiro nome e o apelido no Pará, norte do Brasil” (HARRIS, 2012), que faz uma comparação entre o uso de diversos tipos de nomeação desde o início do período colonial até os tempos atuais – há uma demarcação temporal em três períodos da história do Pará: o colonial, o imperial e o contemporâneo. Observa-se uma contraposição entre o sobrenome (“nome de família”) e a alcunha, a

fim de identificar “a forma pela qual as práticas de atribuição de nomes podem subverter os convencionalismos estabelecidos” (HARRIS, 2012, p. 3).

Ao estabelecer esse comparativo, foi possível notar uma influência exercida por Portugal quanto às construções dos nomes, que, por sua vez, foram abrazeirados como forma de resistência, reforçando a pluralidade de elementos que constituem o Pará, de modo a reforçar sua singularidade em relação a outras regiões. Vale ressaltar que, diante da influência exercida por Portugal quanto à nomeação, o trabalho opta por adotar, para o ideário de “apelido” no Brasil, a construção “alcunha”¹⁹. Verificamos no desenvolvimento da pesquisa que a alcunha, a depender do período histórico, sofreu alterações no tocante à motivação de emprego, o que não retira dela seu poder transgressivo. Isso porque o uso de alcunhas constitui uma marca desde o período colonial, motivada quando missionários e administradores tentaram atribuir aos índios um denominador comum sem reconhecimento identitário.

Infere-se que a presença de nomes portugueses e a tentativa de romper com eles mostra uma resistência cultural de determinado grupo. Tendo ainda como base essa perspectiva, selecionamos o artigo de Viegas (2008), cujo título é “Pessoa e individuação: o poder dos nomes entre os Tupinambá de Olivença (sul da Bahia, Brasil)”. Nele, fica claro como houve mudança de identidade desse povo, a partir da implantação de um tipo de nomeação específica – de origem portuguesa – para essa tribo indígena durante o período colonial. Isso possibilitou, inclusive, que, entre esses indígenas, houvesse uma atribuição de “nome certo” ao de nascença, influenciando na forma como veem o sobrenome: é apenas uma construção civil, obrigatória, de registro, e não uma marca genealógica para se averiguar a hereditariedade – marca essa presente nos “nomes seriados”²⁰.

Viegas (2008, p. 76) reforça que “a reflexão sobre o uso dos nomes pode, portanto, contribuir para uma maior abertura de estratégias comparativas múltiplas no estudo da pessoa e também na relação entre pessoa e parentesco”. Assim, na atualidade, a adoção de nomes próprios, derivados da origem Tupi – e não mais de origem

¹⁹ Na pesquisa referida, optou-se pela nomeação de alcunha para designar o que, no português brasileiro, é apelido, em virtude de apelido, no português de Portugal, referenciar sobrenome.

²⁰ Formas nominais construídas a partir da associação dos nomes dos pais gerando um novo nome. Isto é, a composição dos nomes dos filhos se dá pela junção de sílabas que integram os nomes dos pais ou pela relação inicial similar entre o nome de ambos – seja por começar pela mesma inicial ou sílaba, seja pela associação dos nomes de irmãos trocando-se algumas letras ou mudando a ordem das sílabas. Esses modos de construções nominais, de acordo com Viegas (2008, p. 83), “sublinham o facto de estes nomes constituírem uma espécie de mnemónica inspirada na relação entre pais e filhos (mesmo quando apenas estabelecem relações entre irmãos)”.

portuguesa –, reforçam a independência desse povo quanto à hegemonia portuguesa, visto que há uma queda no uso de nomes dessa origem registrado. Há o retrato da força que esses apelidos ganharam para essa população como sendo, inclusive, um reflexo de conquista de direitos sociais, pois ocorreu a desvinculação desses sujeitos como dependentes da cultura portuguesa.

Tanto o trabalho de Harris (2012) quanto o de Viegas (2008) são importantes para a percepção da força social que o apelido pode ter para determinada região por não só refletir sua história mediante uma imposição de uma construção específica para os nomes, como também verificar a refração existente ao esses indivíduos moldarem essa prática de nomear conforme os valores de cada época, sendo resistência. O apelido, então, assume uma postura identitária para esses sujeitos, pois será ele que permitirá a singularidade diante de um contexto que tem como preferência reduzir essas diversas etnias e culturas ao denominador comum.

Delimitando nosso olhar não mais para a adoção do apelido, e sim para a do sobrenome de outrem como forma de individualidade, temos o estudo “Renomeando-se: nome e autoria em experiências femininas”, de Moraes (2016), que trabalha com a influência que o sobrenome adquirido por uma mulher, a partir do laço matrimonial, exerce na sua percepção de autoria e na sua construção identitária. Essa motivação se dá pelo fato de que, em alguns casos, algumas escritoras reconhecem maior singularidade de si, como produtoras acadêmicas, a partir do nome que adotaram com o casamento, sobrepondo-se ao sobrenome com que foram registradas ao nascerem.

É importante esclarecer que essa maior identificação, como bem pontua Moraes (2016, p. 161), é motivada pela “construção de uma relação de verdade e identidade com o nome, pautada principalmente pelo tempo”, ressaltando a relevância de fatores externos contribuintes para a identificação de tal sujeito como o sendo pela história de vida desenvolvida com aquele (sobre)nome. Logo, a adoção do sobrenome do (ex) marido, nesse caso, denuncia não só a existência de uma maior identificação motivada pela própria história de vida da autora como também o próprio processo de reconhecimento autoral que tem para com seus textos. Observa-se, portanto, que o afastamento da neutralidade típica de texto acadêmicos é motivada pela nova forma de identificação: com a adoção do uso do sobrenome de outrem, haja vista a demarcação histórica que essa denominação carrega consigo.

Articulado à discussão proposta nesses trabalhos com abordagens voltadas para outras formas de nomeação além do apelido, o artigo “Hipocorísticos, apelidos e crítica

social: linguagem e estilo em Machado de Assis”, de Camara (2013), foi produzido com o objetivo de “abordar a linguagem e o estilo de Machado de Assis, a partir da utilização de hipocorísticos e apelidos em personagens presentes nos romances Memórias Póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba e Dom Casmurro” (CAMARA, 2013, p. 209). A adoção de nomes próprios, hipocorísticos e apelidos, no decorrer de cada romance, mostra uma semelhança quanto às escolhas de nomeação: a opção léxico-semântica denuncia a condição social do sujeito a que o termo empregado se refere. Em outras palavras, pode-se identificar um tom mais afetuoso ou sarcástico ao se priorizar determinada construção.

Por fim, “Os Judeus de Itapicuru”, de Doria (2004), discorre acerca da real relação existente entre nomes adotados por uma família e suas origens judaicas, argumentando que o fato de um nome de registro ser de origem de determinada religião não influencia necessariamente no modo de agir desse povo. Partindo da análise desse estudo, é perceptível que não necessariamente as valorações que o nome civil de um indivíduo apresenta perpassam seu discurso, cabendo a outras diversas formas de nomeação, como o apelido no contexto aqui proposto, uma melhor constituição identitária.

A partir dessa revisão bibliográfica, pretendemos delinear, ainda que de forma superficial, um conjunto de pesquisas voltadas para o processo de construção identitária mediante a adoção de apelidos, principalmente, ou de outros nomes que não se limitam ao próprio nome de registro (de nascença) do sujeito. Notamos, com isso, que tanto o sobrenome quanto o apelido são formas de maior identificação do sujeito frente ao nome de registro; porém, ao contrapor essas formas de nomeação, o apelido é o que possibilita uma maior individualidade pela carga valorativa que apresenta em sua construção para o sujeito.

Sendo assim, as pesquisas aqui abordadas apresentam uma rica discussão para o objeto de estudo proposto, ainda que datem de outros períodos de construção ou apresentem olhares diferentes quanto aos possíveis tipos de nomeação. Elas são relevantes já que reafirmam a importância de outras nomeações para a construção identitária dos sujeitos, não se limitando mais ao ideário de que o nome de registro é o que mais marca sua singularidade. Há, assim, a importância de desenvolver estudos voltados para as diversas formas de nomeação articuladas às práticas discursivas, a fim de reforçar um (novo) olhar social sobre essas nomeações que não se restringem ao nome de registro em si.

5. PRA NÃO FICAR ARIADO²¹: ESCLARECENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção, cuja divisão se dá em cinco subseções pertinentes para composição da pesquisa, apresenta os fundamentos e procedimentos metodológicos adotados para sua realização. No que diz respeito à primeira, reforçamos a importância da inserção de nossa pesquisa no campo da Linguística Aplicada, em razão da possibilidade do diálogo com diversas áreas do conhecimento, compreendendo a linguagem como importante na construção não só do conhecimento mas também da vida social. Quanto à segunda, esclarecemos o tipo de pesquisa adotada, a saber: de cunho qualitativo-interpretativista. Feito isso, justificamos, na terceira, a opção pela entrevista semiestruturada para geração dos dados. Por fim, na quarta, explicitamos como se deu o processo de seleção dos sujeitos da pesquisa, bem como os caracterizamos.

5.1 LINGUÍSTICA APLICADA COMO CONTRIBUINTE PARA O ESTUDO DA LINGUAGEM

Compreendendo que a Linguística Aplicada (LA), a partir do final dos anos 1970, passou a ser pensada como campo de estudo que deveria ter um modelo teórico-metodológico próprio – sem desconsiderar a relevância que a Linguística teórica pode apresentar para ela, mas também dialogando com outros campos do conhecimento –, seu objeto de investigação começa a ser construído considerando contribuições outras que teorias de diversas áreas do saber podem ter para sua compreensão (MOITA LOPES, 2015). Partindo disso, devemos, inicialmente, entender a LA como uma área de estudos que pesquisa sobre conhecimentos importantes para a sociedade atual, conversando com outras áreas do saber – o que corresponderá, por sua vez, à transdisciplinaridade.

Nesse contexto, buscar entender a sociedade pela linguagem significa não se limitar a somente uma teoria, isto é, não partir de uma perspectiva essencialista; ao contrário, a pesquisa em LA deve ultrapassar não só os limites entre teoria e prática como também dialogar com outros conhecimentos, de maneira a contribuir

²¹ Conforme já esclarecido na primeira seção, trata-se de um regionalismo – recorrente na região Nordeste – usado para se referir ao indivíduo que possui pouca concentração ou que se encontra desorientado quanto a determinada situação.

significativamente para a resposta a questionamentos sociais e suas mudanças. Em conformidade com Moita Lopes (2006, p. 90),

o projeto que vejo como parte de uma agenda ética de investigação para a LA envolve crucialmente um processo de renarração ou redescrição da vida social como se apresenta, o que está diretamente relacionado à necessidade de compreendê-la. Isso é essencial para que o linguista aplicado possa situar seu trabalho no mundo, em vez de ser tragado por ele ao produzir conhecimento que não responda a questões contemporâneas em um mundo que não entende ou que vê como separado de si como pesquisador: a separação entre teoria e prática é o nó da questão.

Assim sendo, a LA ultrapassa os campos de tradução e do ensino de línguas estrangeiras ao focar na resolução de problemas associados a práticas discursivas, considerando-se os valores que perpassam os sujeitos e seus enunciados. Isso porque, ao se entender o enunciado como um ato singular, concretamente situado e irrepetível, do qual emerge uma atitude responsiva e valorativa (BAKHTIN, 2017), é importante pensá-lo não mais de forma homogênea, limitando os diversos sujeitos a uma só percepção teórica. Com base nisso, essa área de estudo se concretiza como campo das Ciências Sociais, em virtude de entender “a produção do conhecimento como uma prática social, defendendo um conhecimento interessado, optando por um modo de fazer pesquisa questionador do papel da linguagem na vida social” (OLIVEIRA, 2016, p. 51).

Nesse caso, faz-se necessário ocorrer um diálogo entre teorias e práticas, de maneira a possibilitar que a pesquisa construa significativamente possíveis respostas – não necessariamente acabadas – a questionamentos sociais e suas mudanças. Por isso, devemos considerar, como pesquisadoras de práticas discursivas, a multiplicidade de vozes como fator fundamental para o estabelecimento desse diálogo, não deixando à margem da sociedade vozes periféricas no momento de elaboração de uma pesquisa em LA. Para isso, deve-se romper com a hegemonia ocidental, haja vista essas vozes poderem “não só apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que redescreve a vida social e as formas de conhecê-la” (MOITA LOPES, 2006, p. 27).

Busca-se, portanto, gerar um conhecimento útil que dialogue com o mundo social dos sujeitos, abarcando as diversas vozes existentes em suas práticas discursivas, sem se limitar a concepções abstratas, visto que, ao se analisar isoladamente a

construção do apelido, permaneceríamos em uma interpretação limitada do significado que ele possui para o eu e para o outro quanto à percepção do sujeito nomeado, dificultando o reconhecimento dessa prática como pertencente ou não à região onde se encontram. Por isso, propomos com esta pesquisa um estudo contextualizado, situado para os sujeitos envolvidos no processo, não se aplicando mais uma teoria a determinada situação para averiguá-la, pois a prática social não pode assumir uma postura de figurante em uma situação em que é protagonista. Como bem enfatiza Rajagopalan (2006, p. 159),

a experiência nos mostra com clareza que uma teoria capaz de instruir a prática é teoria feita levando-se em conta as condições práticas das situações concretas em que se espera a teoria seja aproveitada. Uma teoria que considera o social como questão secundária jamais terá êxito num campo de prática que seja, antes de qualquer outra coisa, social.

Com base nisso, não podemos criar uma hierarquia entre teoria e vida concreta de modo a assumirmos a postura de sobrepor uma em relação a outra, já que o mundo da cultura – entendido como uma referência à produção de um conhecimento novo, um processo de criação de arte – e o mundo da vida só criam sentido se estabelecerem uma relação de um para com o outro (BAKHTIN, 2014). Todavia, precisamos entender que, no fazer pesquisa, ao se trabalhar com a compreensão de práticas discursivas, é importante que o ponto de partida seja o mundo da vida, uma vez que, se se subtrair do mundo da cultura o ato concreto, singular e histórico, com sujeitos situados, esse campo apresentará respostas tão genéricas que não será possível uma orientação prática para a vida desses seres (OLIVEIRA, 2016).

Por isso, faz-se preciso que o olhar do pesquisador passe a ser uma visão questionadora acerca do papel da linguagem na sociedade. Partindo desse apontamento, precisamos remodelar nosso olhar sobre a LA ser vista como uma área de caráter solucionista, tendo em vista que há uma preocupação com as práticas sociais e discursivas que perpassam a vida dos sujeitos. Assim, como pesquisadoras, assumimos que os sujeitos de nossa pesquisa estão inseridos em práticas discursivas singulares, havendo a necessidade de analisarmos esses acontecimentos praticados no mundo da vida, sem desconsiderar as contribuições teóricas que dialogam com estes, a partir do que se foi gerado como dado.

Para tanto, é importante que consideremos o sujeito da LA como um ser social, o qual, à medida que constrói sua vida social, é construído por meio de suas próprias práticas discursivas, devendo ser a linguagem analisada de forma situada, e não descontextualizada. Isso porque a linguagem, conforme defendido por Sobral e Giacomelli (2016, p. 151), não pode ser vista como

um sistema formal de sentidos determinados de uma vez por todas em alguma interação imanente; ao contrário, ela se manifesta em discursos, que são eventos concretos, objetivos, e cuja análise só pode ser feita considerando o contexto particular de sua produção.

Portanto, fazer pesquisa na LA requer que assumamos um referencial teórico-metodológico que compreenda as singularidades do ato, de maneira que não se consiga abstrai-lo do estudado em razão de este estar em diálogo com aquele. Diante disso, optamos por partir, quanto à geração dos dados, do “ato concreto e realizado em processos de interação verbal intersubjetiva e historicamente situados” (OLIVEIRA, 2016, p. 62), permitindo – considerando-se o foco deste estudo – a compreensão da importância que o apelido tem para a construção identitária dos sujeitos estudados, os jardinenses, por meio da análise dos valores que cercam o ato de apelidar em Jardim do Seridó-RN, presentes nos discursos desses seres.

5.2 PESQUISA QUALITATIVA-INTERPRETATIVISTA

A pesquisa quantitativa cuja fundamentação é positivista, ao averiguar fenômenos humanos, faz isso escolhendo e conservando apenas aquilo que pode ser medido precisamente; em contrapartida, a pesquisa qualitativa visa compreender esses fenômenos em sua forma real, cujas motivações são valoradas (LAVILLE E DIONNE, 1999). Ainda que existam críticas a este método que dizem respeito à ausência de rigorosidade que, por sua vez, está presente na perspectiva positivista, esclarecemos que nossa proposta extrapola o ideal positivista ao compreendermos as relações e atividades humanas como sendo valoradas, não sendo coerente atribuir um caráter genérico que englobe cada caso analisado (MINAYO; SANCHES, 1993).

Dessa forma, por esta pesquisa ter como foco práticas discursivas na sua dimensão particular e contextualizada, buscando estudar a linguagem e os valores que a perpassam diante da relação do sujeito com a sociedade a que pertence, reforçamos não

só sua coerência com os apontamentos da LA como seu caráter qualitativo-interpretativista. Classificar a pesquisa deste modo requer compreender que “as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos” (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 147). Em outras palavras, para a análise de dados, não partimos de categorias prontas, ao invés, procedemos a nossa análise de forma contextualizada, considerando o diálogo entre o mundo da cultura e o mundo da vida.

Além disso, atribuímos à nossa pesquisa um caráter interpretativista nos permite ter um universo de possibilidades, atitudes e valores, já que apresentamos como foco questões singulares da realidade social, demandando, pois, que estabeleçamos uma relação dialógica entre o mundo social e os sujeitos que nele se encontram (FARIA, 2007). Para tanto, é imprescindível que consideremos a grande diversidade de significados que os dados nos apresentam, sem desconsiderar as bases teóricas que aqui foram estabelecidas; isto é, precisamos reconhecer que inexiste um conhecimento certo, absoluto, em virtude das diversas formas de se interpretar o mundo. Assim sendo,

o conhecimento produzido, no ato mesmo de pesquisar, transforma as práticas sociais à medida que proporciona novas perspectivas de enfrentamento de questões que, ao ganharem novas formulações ao longo da história, exigem respostas que levem em conta o momento e o contexto de nossas indagações (JOBIM E SOUZA, 2011, p. 40).

À medida que a pesquisa reflete o mundo acerca do qual fala, refrata-o²², ou seja, não apenas o descreve com signos, mas também constrói uma multiplicidade de interpretações a partir de diversos horizontes apreciativos dos grupos humanos. E tencionar suas múltiplas leituras será importante para compreensão do mundo, já que isenta a possibilidade de tomar apenas uma realidade como verdadeira, quando se confrontam as vozes do pesquisador com as de outrem – os sujeitos da pesquisa –, ampliando-se os horizontes das práticas discursivas e dos discursos teóricos, deixando de estar relacionada a pesquisa a uma realidade abstrata, de modo a possibilitar que o desenvolvimento da investigação qualitativa reflita “uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos” (BOGDAN; BLIKEN, 1994, p. 51).

²² Conforme é esclarecido em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* por Volóchinov (2018, p. 93), assumir que o signo, constituinte de uma realidade, não só reflete como refrata uma outra realidade é considerar que ele pode ser “capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante”, não sendo uma reprodução exata da realidade, e sim apresentado valores sobre ela, assumindo seu caráter ideológico.

Pensarmos nesse maior diálogo entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador nos faz refletir sobre a nossa participação na própria situação de pesquisa, tendo em vista que há a ausência da neutralidade de nossas ações. Isso porque o pesquisador, ao realizar uma investigação, interfere nos e transforma os diversos contextos sobre os quais fala, tornando-se responsável ao assumir uma postura valorativa no ato. Por isso, é importante atribuímos à nossa pesquisa um caráter ético, em razão de considerarmos cada sujeito participante – incluindo-nos como pesquisadoras – como um sujeito situado.

Portanto, a ausência de neutralidade nos nossos dizeres diz respeito ao fato de a palavra viva não conhecer um enunciado como algo totalmente dado, isto é, falar sobre ele é assumir uma atitude ética, conforme esclarece Bakhtin (2017, p. 85-86): “a palavra viva, a palavra plena, não tem a ver com o objeto inteiramente dado: pelo simples fato de que eu comecei a falar dele, já entrei em uma relação que não é indiferente, mas interessado-afetiva”. Atuamos, pois, no mundo ao nos relacionarmos com outrem, caracterizando um ato interessado. Dessa forma, pensarmos em assumir uma perspectiva quantitativa poderia reduzir os valores presentes nos nossos dados, haja vista cada ato ser singular, podendo ter o apelido, nas práticas discursivas, múltiplos significados para os sujeitos jardinenses.

Assim, ao considerarmos que toda prática social apresenta (re)significações sobre o mundo – e, no caso do apelido, sobre os próprios sujeitos da comunicação –, precisamos ter em mente o significado para além da palavra em si, de modo a reforçar a importância do envolvimento do sujeito no ato, por seu discurso carregar ideologias; isto é, o real sentido do apelido e a sua relevância para cada um estão presentes ideologicamente no discurso. Nessa perspectiva, com o intuito de desvelar as significações que o apelido tem para o sujeito jardinense, pretendemos analisar tanto os elementos visivelmente marcados na entrevista quanto os rastros, os indícios que estão nas entrelinhas.

Para tanto, recorreremos não só ao paradigma qualitativo-interpretativista mas também ao indiciário, proposto por Ginzburg (1989), para dar subsídios para as análises das entrevistas, visto que este método também propõe uma análise atenta para os detalhes secundários por estes poderem contribuir com a interpretação de determinado contexto social. Nesse caso, examinaremos os pormenores, muitas vezes, imperceptíveis nos discursos dos sujeitos entrevistados, possibilitando identificar não só o que o apelido representa para eles mas também como essa relação com o apelido surgiu na

interação com o outro e o que isso fala sobre a identidade desses sujeitos, de modo a se constituir como prática social em Jardim do Seridó.

5.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE DADOS

Haja vista nossa pesquisa se inserir no campo da LA, área essa que estuda acerca de conhecimentos pertinentes para os sujeitos, bem como assumir uma perspectiva qualitativa-interpretativista, propomos um estudo contextualizado, situando concretamente os sujeitos da pesquisa. A problemática estudada assume relevância social ao passo que elabora conhecimentos que serão úteis para os participantes, não se tratando de um problema abstrato, definido teoricamente, e sim um que, ao falar sobre o mundo social, contribui para as práticas que o cercam (ROJO, 2006).

Com base nisso, ao escolhermos a entrevista como instrumento para construção de dados desta pesquisa, buscamos compreender a importância do apelido para construção identitária do sujeito jardinense. Isso porque “o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social” (GASKELL, 2008, p. 65), considerando-se que é impossível tomar o mundo social como sendo um dado natural, isento de problemáticas e valores. Justificamos essa adoção metodológica ao ter em mente que a entrevista nos possibilita gerar dados que dizem respeito a diversas perspectivas de sujeitos sobre determinada situação: a prática do uso de apelidos em Jardim do Seridó e sua influência na visão dos sujeitos jardinenses sobre si mesmos.

Em decorrência disso, ao elaborarmos a entrevista, optamos por não criar perguntas fechadas, cujas respostas estão restritas a construções específicas e já inferidas, como “sim” ou “não” – podendo induzir os sujeitos da pesquisa a se sentirem limitados para falar sobre o questionado –, nem perguntas abertas – cujo centro norteador da entrevista é mais abrangente a ponto de possibilitar uma liberdade de os sujeitos da pesquisa estabelecerem o foco da discussão que não necessariamente estará condizente com a proposta inicial dos pesquisadores. Dessa forma, escolhemos a entrevista semiestruturada por ela focar alguns elementos centrais para a pesquisa a serem indagados no decorrer da entrevista, sem desmerecer questões que podem surgir nesse ato (MANZINI, 1990/1991). As respostas, pois, nesse tipo de entrevista, não

ficam condicionadas a um padrão de possíveis alternativas, emergindo de forma mais espontânea.

Para tanto, é importante retomarmos aqui que a pesquisa qualitativa, em consonância com as práticas sociais como sendo valorativas, não nos permite uma elaboração prévia do processo da entrevista por ser marcada por uma dimensão social cujos sujeitos são seres singulares e, por isso, não podem ser redutíveis suas respostas à expectativa do pesquisador. Nesse caso, é preciso que pensemos que o outro, o sujeito da pesquisa, não necessariamente vai responder a nossas expectativas, mas que sua resposta contribuirá para a pesquisa por apresentar um olhar significativo sobre o objeto estudado; e como teremos foco em um objeto, precisamos amarrá-lo no centro do diálogo, de modo que não seja também mudado o ponto de vista do estudo. Segundo Freitas (2002, p. 29),

[a entrevista] não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado.

Diante disso, a entrevista semiestruturada para construção dos dados possibilita que o processo de informação não seja uma via de mão única, limitando-se ao fluxo de informação que passa de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador) (GASKELL, 2008). Assim sendo, combinam-se perguntas fechadas e abertas, possibilitando que o sujeito da pesquisa discorra acerca do tema sem se prender a uma indagação previamente formulada; as indagações propostas, por sua vez, servirão como norte da discussão. A entrevista semiestruturada assume, dessa maneira, uma postura de conversa a dois, no caso desta pesquisa.

Sobre a realização das entrevistas, além de pensarmos na elaboração de perguntas que davam liberdade para o entrevistado conversar sobre, sistematizamos uma ordem para essas questões²³, sem necessariamente exigirmos sua cronologia na nossa conversa. Optar por esse estabelecimento, de certo modo, cronológico foi uma forma que vimos apenas de, caso ocorresse alguma situação em que o entrevistado se sentisse desconfortável e travado, começar a conversa; isso porque a entrevista proposta assume um caráter de roteiro facilitador da comunicação entre pesquisador e sujeito da pesquisa. Conforme veremos, em contrapartida, nem todas as entrevistas seguiram um

²³ A organização das questões feitas na entrevista se encontra na íntegra no Apêndice A.

padrão cronológico de perguntas, ocorrendo situações em que os entrevistados começaram já falando sobre seus apelidos antes mesmo de fazermos nossa primeira questão; isso, por sua vez, não provocou uma mudança de foco durante a conversa, apenas uma reorganização dos questionamentos que propusemos.

5.4 SELEÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Tendo em mente que objetivamos com esta pesquisa compreender a importância do apelido na construção identitária de jardinenses, precisamos considerar que os sujeitos da pesquisa são reais, situados e históricos, isto é, são sujeitos concretos, atuantes no mundo da vida; por isso, não podemos descontextualizá-los de sua realidade, caindo na abstração. À vista disso, é relevante caracterizar esta pesquisa como de campo, já que há o deslocamento para a região a fim de nos familiarizarmos melhor com o espaço e os sujeitos da pesquisa (BOGDAN; BLIKEN, 1994).

Essa caracterização, por sua vez, reforça a necessidade de uma pesquisa contextualizada, situando seus sujeitos, de modo que o conhecimento seja proveitoso para eles por dialogar com estes. Nesse caso, será a aproximação do pesquisador com o objeto proposto que possibilitará uma melhor compreensão da questão formulada acerca desse problema estudado. Conforme esclarece Freitas (2002, p. 28),

o pesquisador frequenta os locais em que acontecem os fatos nos quais está interessado, preocupando-se em observá-los, entrar em contato com pessoas, conversando e recolhendo material produzido por elas ou a elas relacionado. Procura dessa maneira trabalhar com dados qualitativos que envolvem a descrição pormenorizada das pessoas, locais e fatos envolvidos.

Partindo disso, o deslocamento para a região e o contato com os sujeitos da pesquisa é essencial para conseguirmos observar como o apelido influencia na construção identitária deles. A fim de evitar tangenciamentos ao proposto nesta pesquisa, bem como realizar um estudo organizado que consiga responder à realidade desses sujeitos, é importante a criação de critérios de escolha dos entrevistados. Com base nisso, de início, é importante entrarmos em contato com aspectos da região que já evidenciam materializado o hábito de seus habitantes de apelidar, o que nos incentivou a

conhecer mais a lista telefônica “O Seridó”. Disponibilizada por Joanelha²⁴, deparamo-nos com uma variedade de apelidos que engloba a região, reforçando, por um lado, a pluralidade de seu povo e, por outro, reafirmando esse ato como característico de práticas sociais dos jardinenses.

Objetivando exemplificar essa variedade, dividimos brevemente e classificamos alguns apelidos presentes na lista telefônica²⁵ a partir de possíveis motivações que elencamos baseando-nos na análise linguística do nome²⁶. Sendo assim, separamos nos grupos da primeira coluna o(s) fator(es) que pode(m) ter estimulado a criação do apelido. A primeira possível construção identificada foi a partir da referência a algum aspecto da organização familiar do sujeito nomeado, como a relação de parentesco que possui com a pessoa retomada no apelido – por exemplo: “Elda ‘Sobrinha de Gorette’”. Na segunda, evidenciamos a associação com elementos da profissão, podendo referenciar o local onde trabalha, a própria profissão exercida ou, até mesmo, elementos com que atua, como percebemos, neste último caso, com “Ezequiel da Abelha”. Já a terceira possível construção trata-se da adaptação em alguma construção do nome de registro. Na quarta, há referência a um local relacionado à pessoa, seja por residir, seja por ter nascido nele, por exemplo, “Francisco dos Currais Novos”. A quinta, por sua vez, retoma provavelmente alguma característica física do sujeito nomeado. Ressaltamos que há situações em que a construção não nos denuncia, no plano linguístico, elementos referentes ao sujeito nomeado, de modo a não conseguirmos supor uma motivação para isso, enquadrando-se os apelidos assim no grupo “Motivação não identificada”.

Ademais, houve casos em que não só um motivo pode ter sido fator para criação do apelido, ocorrendo a junção de duas possíveis construções. A partir disso, identificamos a construção de apelidos baseada nas seguintes junções: adaptação em alguma construção do nome de registro e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar; adaptação em alguma construção do nome de registro e associação com elementos da profissão; característica física e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar; característica física e associação com elementos da profissão; motivação não identificada da primeira construção do apelido e identificação

²⁴ Conforme esclarecemos logo após, trata-se da jardinense que se tornou o estudo piloto de nossa pesquisa.

²⁵ A divisão completa se encontra no Apêndice B.

²⁶ Não houve a tentativa aqui de já encontrar respostas para as questões de nossa pesquisa; na realidade, nosso olhar estava voltado para a tentativa de confirmação da existência de uma variedade de nomeações.

da retomada de algum aspecto da organização familiar; e motivação não identificada da primeira construção do apelido e associação com elementos da profissão.

Quadro 1 - Divisão dos contatos de jardinenses presentes na lista telefônica a partir da possível motivação para criação de seu apelido

Possível relação entre o apelido e sua criação	Apelido	Nome de registro
Retomada de algum aspecto da organização familiar	Alcindo de Nequinho Alzira de Chico de Neco Ana de Bola Ana Maria de Babado	<i>Sem registro</i> Alzira Brito Ana dos Santos Ana M. Oliveira
Associação com elementos da profissão	Alcindo da Padaria Alécio da Água Sta. Cruz Alencar Capoteiro Armédio da Oficina	<i>Sem registro</i> Alécio Alves José de Alencar José Armédio
Adaptação em alguma construção do nome de registro	Annadi Aragão Arino Bebeu	Anna Annadi Manoel Aragão Neto Severino Farias O. Filho José Abel de Medeiros
Referência a um local relacionado à pessoa	Cleide de Cruzeta Francisco dos Currais Novos Manoel do Goití Paulo Gaúcho	Cleide D. Medeiros <i>Sem registro</i> Manoel Fausto Paulo Araújo da Silva
Característica física	Galega Galego Lourinha Pequena	Maria Édmia Medeiros José Gilvandro M. Souza Tarcísia Nóbrega Azevedo Alice Pereira Vilar
Motivação não identificada	Airto Biô Chumbinho Cito	José Vieira de Luna Geraldo de A. Medeiros Moacir Meira Manoel Miguel Azevedo
Adaptação em alguma	Adal de Tereza	Adalvaci

construção do nome de registro e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar	Assis de Juvêncio Basto Alves Beto de Bernadete	Francisco Assis Oliveira Sebastião José de Azevedo <i>Sem registro</i>
Adaptação em alguma construção do nome de registro e associação com elementos da profissão	Adelson Cambista Ari Motos Bastinho do Caminhão Bira do Ibama	Aderson Azevedo Arivani Sebastião Ubirajara Dias Viegas
Característica física e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar	Buita de Zé Bujão Galego de M ^a de Fátima Novinho de Moacir	Joana da C. Lucena José Azevedo Sebastião Neto
Característica física e associação com elementos da profissão	Galega do Bar Galego da Padaria Galego do Açude Neguinho da Novo Lar	<i>Sem registro</i> Geraldo Antônio Ribeiro <i>Sem registro</i>
Motivação não identificada da primeira construção do apelido e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar	Bibí de Dorgival Bilo de Ronaldo Dadá de Galego Déi de Chico Martins	<i>Sem registro</i> Elviro A. Castro Neto Edilma S. Simões Francisco Clésio
Motivação não identificada da primeira construção do apelido e associação com elementos da profissão	Biró Pedreiro Corrinha do Bar O Canal Deca do Mercadinho Didi Relojoeiro	Severino A. de Azevedo <i>Sem registro</i> Valdemiro <i>Sem registro</i>

Fonte: Autoria própria, com embasamento na lista telefônica “O Seridó” (AZEVEDO, 2002).

Feita essa divisão, assim como considerando que trabalhamos com sujeitos históricos, sentimos a necessidade de ultrapassar o que a lista telefônica nos informava, visto que, assim como todo ato enunciativo é situado, a motivação da sua criação

destoa, de certo modo, da realidade atual do espaço jardinense. No período de sua criação (1999), não havia tanto um acesso facilitado a aparelhos telefônicos, existindo o hábito do uso de orelhões na região. Assim, nem todos os sujeitos nomeados por apelidos constavam na lista. Além disso, tendo em vista que buscamos problematizar a relação valorativa existente entre o apelido e a identificação desses habitantes, optamos por não partir da lista em si na seleção dos nossos sujeitos entrevistados²⁷. Ela nos serviu de base para entendimento da força do ato de apelidar na região, de modo a orientar a construção de alguns questionamentos, porém, como trabalhamos com sujeitos singulares que estão em uma relação “eu-para-mim”, “eu-para-o-outro” e “outro-para-mim” (BAKHTIN, 2017), preferimos que eles nos apresentassem o seu apelido, não apresentando já suposições dadas em nossas falas.

Tendo isso em mente, selecionamos habitantes de tal município que não só utilizam o apelido para o reconhecimento social como também atuam no comércio da região, por estarem em constante contato com os demais moradores, de modo que há a recorrência de atos de nomeação nas diferentes interações. Partindo disso, surgiu a proposta inicial de entrevistar individualmente cada um desses sujeitos em seu local de trabalho, durante o período de atendimento, por conseguirmos ter um maior contato com a realidade de cada um em suas práticas sociais, visto que uma entrevista em um local isolado talvez gerasse maior tensão entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador, em razão da formalidade criada, involuntariamente, no espaço.

Inicialmente, foi feito um estudo piloto com Joaquina, dona e funcionária de sua loja de impressão, para averiguar se o direcionamento das questões estava não só condizente com nossa pesquisa como também claro para o entrevistado. Essa escolha surgiu da oportunidade de um contato mais fácil com a entrevistada, já que, no período de realização das entrevistas, havíamos programado a entrega da lista telefônica, disponibilizada por ela no início da pesquisa. Assim, a partir de uma conversa prévia sobre a pesquisa – na qual garantimos, inclusive, a preservação de seus dados que não tivessem relação direta com o estudo –, Joaquina aceitou ser o nosso estudo piloto.

Feita a entrevista e após obter sucesso com o piloto, decidimos ir à feira livre de Jardim do Seridó, em um sábado. A opção pelo espaço e dia foi intencional, haja vista que essa feira ocorre nas proximidades e dentro do Mercado Público – no centro da cidade – e é um momento de encontro de um grande número de indivíduos, “atraindo

²⁷ Embora dois de nossos sujeitos da pesquisa coincidentemente estejam na lista telefônica, reforçamos que a escolha desses sujeitos não partiu dela.

não só a população urbana, mas também pessoas de outras cidades e sítios da região” (GOÍIS, 2012, p. 82). Surge, assim, uma oportunidade de verificar como é a questão da nomeação no próprio ambiente de trabalho desses sujeitos, mostrando-nos a realidade de seu cotidiano. Nesse caso, perguntamos a algumas pessoas que estavam na feira livre se elas sabiam nos pontuar sujeitos que ali eram conhecidos por seus apelidos, pois queríamos conversar com estes. Após nos responderem, entrevistamos oito jardinenses comerciantes que trabalhavam no momento naquele espaço. Escolhemos, pois, sujeitos atuantes em diferentes áreas, de modo a atravessar os diversos polos de venda da feira.

Além disso, pensando em não ficar restritas ao espaço comercial central da região, visitamos cinco lojas de Jardim do Seridó, posicionadas em localidades diferentes, ampliando nossa observação sobre a prática do apelido sobre outros espaços da região. Diante disso, optamos por entrevistar Jaiminho, por ser funcionário e dono de uma das lanchonetes mais frequentadas à noite, a qual está situada nas proximidades da Praça Manoel Paulino dos Santos Filho – espaço de lazer e de encontro dos jardinenses no período noturno. Já Tilau foi escolhido por ser funcionário e dono de uma barbearia cuja clientela é, sobretudo, jovens da região e a população da zona rural, abarcando distintos grupos sociais. Nin, por sua vez, atua no supermercado mais famoso da cidade: Lojas Meira, que está situado na rua mais antiga do município. A opção por Cigana se deu pelo fato de ter sua loja em sua própria casa, mesclando as diferentes relações sociais em um só espaço. E Motor se tornou um sujeito de nossa pesquisa por ser uma das figuras mais conhecidas da região, atuando em diferentes áreas comerciais, inclusive na sua loja, situada em uma das duas principais ruas que dão acesso à cidade.

Ao total, contabilizamos – contando com o piloto que também entrará em uma das categorias dos nossos dados analisados – 14 entrevistas. Contudo, priorizando nossa proposta inicial, a fim de possibilitar maior organização dos dados construídos, precisamos desconsiderar as entrevistas realizadas durante a feira livre com cinco habitantes²⁸ de Jardim do Seridó, em virtude das seguintes motivações: dois desses sujeitos participaram de uma mesma entrevista, sendo em dupla, e não individual, opção esta correspondente a um de nossos critérios iniciais para seleção dos dados; um jardinense compreendeu a concepção de apelido como sendo seu nome artístico²⁹ – o

²⁸ Ressaltamos, inclusive, que não nomeamos os oito jardinenses entrevistados na feira livre anteriormente em razão de haver a necessidade de desconsideração destes cinco.

²⁹ Conforme já esclarecido, há distinção quanto à concepção de apelido, nome social e nome artístico, em que o primeiro se refere aos diferentes modos de nomeação que são criados a partir das interações sociais, assumindo um caráter informal – sem efeito jurídico –, o segundo diz respeito à forma como transexuais e

qual era usado no período em que atuava como artista circense –; e os outros dois focaram mais em discorrer sobre a relação que parentes deles têm com o apelido que lhes fora atribuído, de modo a ser caracterizado como um tangenciamento ao proposto, não apresentando riqueza linguística para o nosso objeto de estudo e, por isso, não sendo também analisados.

Diante disso, optamos por focar nosso olhar em apenas nove entrevistas, obedecendo aos critérios que nortearam nossa construção dos dados, a saber: entrevista individual com um habitante de Jardim do Seridó-RN, o qual se reconhece por seu apelido e é atuante no comércio desse município. Ressaltamos que nosso foco na discussão estava voltado para a relação do sujeito com seu apelido, o que, por sua vez, não nos impediu de questionarmos os sujeitos sobre a prática de apelidar em Jardim do Seridó para averiguar sua recorrência na região, visto que o ato de apelidar fala sobre a cultura desse povo. Ressaltamos, de antemão, que os sujeitos de nossa pesquisa concordaram, livre e espontaneamente, em ter os seus reais apelidos explicitados, havendo, contudo, a preservação de seu nome civil, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³⁰ que foi assinado por cada um, de modo a garantir que não haja nenhuma informação pessoal sua divulgada além das fornecidas na entrevista.

Assim, nossos sujeitos da pesquisa são:

➤ Joaquina: natural de Jardim do Seridó, ganhou seu apelido quando criança pela família, o qual passou a ser usado para designá-la por todos da região. Como é a caçula, supõe que a motivação para essa nomeação se deu por essa posição familiar hierárquica. Já atuou como professora de português e inglês, mas hoje trabalha em sua loja de impressão;

➤ Dedé do Consórcio: é natural de Acari, mas reside hoje em Jardim do Seridó, ambos municípios do Rio Grande do Norte. Seu apelido, inicialmente, era apenas a construção "Dedé". Logo após, essa construção passou a ser a junção do apelido Dedé com a função do trabalho que estava realizando: consórcios de eletrodomésticos. Em razão disso, ficou conhecido assim em outras regiões, como na capital Natal-RN, onde também realizava seus consórcios. Hoje, ainda é conhecido

travestis são reconhecidos, identificados e denominados na comunidade – em razão de o nome civil não refletir sua identidade de gênero –, enquanto o terceiro se trata da nomeação usada por artistas para se identificarem e serem identificados diante de um público ou no reconhecimento de suas obras, geralmente assumindo a forma de pseudônimo.

³⁰ Para ter acesso ao documento entregue a cada entrevistado, veja o Anexo B.

assim, mesmo não trabalhando mais com isso; no momento, atua como vereador de Jardim do Seridó e é comerciante em uma loja de material de embalagem plástico, localizada no Mercado Público;

➤ Corró: é natural de Parelhas, mas reside hoje em Jardim do Seridó, ambos municípios do Rio Grande do Norte. Seu apelido surgiu ainda quando era criança e residia no Alto das Dunas, sendo designado, no ambiente familiar, como "Rorró". Contudo, quando foi para o centro urbano de Jardim do Seridó, seu apelido passou a sofrer alteração fonética e gráfica, ficando Corró. Embora este apelido seja o mais utilizado frequentemente, ainda há pessoas – que o conheceram quando criança – que optam pelo apelido inicial. Além disso, antes ele atuava na indústria de confecção e, posteriormente, passou a ser autônomo, sendo chaveiro e tendo uma loja de manutenção de eletrodomésticos localizada no Mercado Público;

➤ Jaiminho: natural de Jardim do Seridó, ganhou o apelido "Poioca" quando criança, mas não se recorda da motivação. Logo após, sua família passou a nomeá-lo como "Jaiminho". Em razão da distância temporal, hoje ele é mais conhecido por este apelido, sendo o mais antigo usado por poucas pessoas com as quais teve contato quando criança. Atua no comércio jardinense em sua lanchonete, na qual trabalha desde que ingressou no mercado de trabalho;

➤ Motor: é natural de Parelhas, mas reside há, aproximadamente, 30 anos em Jardim do Seridó, ambos municípios do Rio Grande do Norte. Ganhou um apelido no ambiente familiar quando ainda morava em Parelhas, sendo referenciado por "Totô". Quando foi para Jardim do Seridó, acabou coincidentemente herdando o apelido de seu pai, "Motor", mesmo por motivações distintas. Motor atua como ambulante e tem uma loja de aparelhos usados, além de fazer parte da Irmandade dos Negros do Rosário. Em ambas as atuações, é mais conhecido por seu apelido atual, ultrapassando os limites geográficos de Jardim do Seridó, por fazer apresentações em outras localidades e ser apresentado e reconhecido por seu apelido. Mesmo assim, na região onde nasceu, ainda é conhecido por seu apelido inicial;

➤ Neném: natural de Jardim do Seridó, seu apelido surgiu no ambiente familiar, o qual foi dado por sua irmã, mas logo atingiu outros espaços, como a escola. Hoje em dia, continua sendo reconhecida principalmente por seu apelido na e pela sociedade. No âmbito profissional, já atuou como bordadeira, lavadeira, doméstica, babá, cuidadora de mulheres no período de pós-parto, acompanhante em hospitais,

gerente de oficina de costura, mas hoje é comerciante; seu apelido, por sua vez, a acompanhou por todas essas profissões;

➤ Cigana: natural de Jardim do Seridó, ganhou o apelido "Cigana Ana", quando criança, de sua vizinha, a qual também era diretora da escola onde estudava. Porém, pouco depois, começou a ser chamada no meio social apenas como "Cigana", nomeação essa que perdura até os dias de hoje. Inicialmente, atuou como manicure e, logo após, tornou-se professora municipal do ensino infantil, chegando a ser vice-diretora de uma escola estadual e diretora de uma creche. No decorrer de seu magistério, como ficava ociosa nos turnos vespertinos, montou uma loja de confecção e brinquedos na própria casa, atuando hoje apenas nela;

➤ Tilau: natural de Jardim do Seridó, o apelido "Tilau" surgiu quando ainda era criança no ambiente familiar, sendo nomeado assim primeiramente por seu pai. Até hoje ainda é conhecido principalmente por esse apelido. Desde 1986, atua como barbeiro em seu próprio salão nesse município, o qual, atualmente, está localizado no centro comercial;

➤ Nin: natural de Jardim do Seridó, seu apelido surgiu quando ainda era criança no ambiente familiar, sendo, até hoje, conhecido assim nesse município. Vale ressaltar que, entre seus irmãos, foi o único a receber apelido. Ele trabalha no supermercado Lojas Meira desde que ingressou no mercado de trabalho, atuando, no momento, como gerente.

Além disso, considerando que nossa pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativista e que trabalhamos com uma concepção de linguagem que não pressupõe a existência de categorias pré-estabelecidas, os instrumentos de análise dos dados surgem a partir da interpretação das informações presentes nas entrevistas. Partindo disso, dividimos nossa análise em três principais partes, nomeadas de categorias, as quais dizem respeito à relação que os sujeitos têm com seu apelido e/ou nome de registro. Diante disso, as categorias estão organizadas da seguinte forma: a primeira focaliza os sujeitos cuja relação com seu apelido é mais forte do que a com o nome de registro; a segunda, os sujeitos que, em sua trajetória pessoal, chegaram a ter mais de um apelido, além do nome civil, predominando-se, hoje, um dos apelidos; e a terceira, os sujeitos que tanto se identificam cotidianamente pelo seu apelido como pelo seu nome de registro.

6. PROSEANDO COM COMPADRES E COMADRES: ANALISANDO OS DADOS

Nesta seção, analisamos as entrevistas realizadas com os nove jardinenses, sujeitos da pesquisa. Para tanto, conforme já esclarecido, temos como base a concepção dialógica da linguagem, de cronotopia, da alteridade, do ato ético e da ideologia, propostas pelo Círculo de Bakhtin (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2018), além de nos apoiarmos nos estudos culturais, com enfoque na noção de identidade cultural, desenvolvida por Hall (2003; 2011) e Bauman (2005). Com a análise, buscamos responder à nossa questão de pesquisa, a saber: “Como o apelido influencia na construção identitária do sujeito jardinense?”.

Vale reforçarmos, conforme já esclarecido anteriormente, que a criação das três categorias se deu a partir dos dados que surgiram com as entrevistas feitas, sendo os sujeitos entrevistados separados em três grupos, correspondentes a cada categoria, em função da sua relação com seu apelido e/ou nome de registro. Esclarecemos, ainda, que a escolha dos títulos das três subseções que se seguem fazem referência a construções feitas pelos próprios entrevistados, as quais dialogam com cada uma das categorias.

Além disso, em conformidade com Bogdan e Blikien (1994), uma pesquisa ética deve, no decorrer da investigação com os sujeitos da própria pesquisa, protegê-los contra qualquer espécie de danos. Tendo isso em mente, preservamos os nomes civis dos entrevistados, referenciando-os somente por seus apelidos³¹, em razão de ser essencial esta nomeação para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Assim, quando surgir, em nosso diálogo, qualquer referência ao seu nome civil, substituiremos por suas iniciais. No entanto, desde já, asseguramos que houve o consentimento de informações que divulgaremos com a análise, não apresentando nenhum dado que esteja além da discussão enfocada por nossa pesquisa.

6.1 “É MEU NOME NATURAL”: A FORÇA DO APELIDO FRENTE AO NOME CIVIL

De acordo com Strauss (1999, p. 36), “a mudança de nomes marca um rito de passagem”, e os nomes que são adotados, posteriormente, na forma de apelidos – seja

³¹ Embora não destaques nos fragmentos dos diálogos – em razão de a própria organização desses trechos já contribuir para isso –, optamos por destacar estas nomeações em negrito no desenvolvimento da análise a fim de facilitar a leitura.

nos primeiros anos de vida, seja quando se é mais velho – podem dizer mais não só sobre o sujeito nomeado do que o seu nome civil como também sobre como a sociedade o reconhece, conforme veremos nesta categoria. Para tanto, teremos, neste momento de análise, como foco as entrevistas ocorridas com os jardinenses **Joaninha**, **Tilau**, **Nin** e **Cigana**.

Em nossa entrevista com os três primeiros – com exceção de **Cigana** que começou a entrevista já nos contando sobre seu apelido –, pedimos inicialmente para os entrevistados nos indicarem jardinenses que eles conheciam pelo apelido e, logo após, para nos informarem se sabiam seu nome civil. Nesses três casos, identificamos certa dificuldade de **Joaninha** e **Tilau** para mencionarem o nome de registro dos sujeitos citados, sendo apenas **Nin** o que revelou o nome do jardinense mencionado. Para tanto, observemos trechos das entrevistas realizadas com **Joaninha** e **Tilau**. Esclarecemos, desde já, que iremos nos referenciar pela letra “P”, de pesquisadoras, e cada entrevistado por seu apelido.

P – Eu queria saber se tem como você me nomear alguma pessoa ou então algumas pessoas que você acha que aqui em Jardim são mais conhecidos pelos apelidos do que pelos nomes. Você saberia me dizer uns 5, mais ou menos?

Joaninha – Sim, sei. Tem Terezinha, das redes, tem Juninho, porque, pronto, ninguém... lá, é... o nome da empresa dele é Digital Center, se não me engano, mas ninguém conhece, é tudo ‘Juninho’: ‘vá lá em Juninho’, como eu que é Digifoz, ‘vá lá em Joaninha’. Ninguém conhece, se você disser ‘vá lá na Digifoz’, ninguém sabe onde é, agora ‘vá lá em Joaninha’, ‘vá lá em Juninho’...

P – Que eles já fazem essa associação...

Joaninha – Isso! Bebiá... é material de construção... ‘vá lá em Bebiá’

P – Em vez de dizer o nome, né? Você sabe me dizer o nome de registro de algum desses 3: Juninho, Tere... Terezinha eu acho que você sabe...

[Joaninha se levanta à procura de um documento]

P – Não precisa procurar, não.

Joaninha - Mas está fácil aqui... Ó, Juninho é Digital Center...

[Joaninha mostra o cartão de Juninho]

P – E o nome da pessoa? dele?

Joaninha - Esse é o da empresa, o nome dele é Juninho de Maneca de Neinha

P – O nome que ele mesmo se refere no cartão é Juninho de Maneca de Neinha?

Joaninha - É, isso... Já é outro apelido! Entendeu? Aí o Recanto da Construção é o Bebiá... quer dizer, né nem Bebiá, é porque é Manoel de Bebiá.

Tilau – Agora passa uma reportagem, não sei se você... você não porque você é muito jovem, sabe não...

P – Da lista telefônica? Sim, sim!

Tilau – Mas passou no Fantástico. Você sabia do Fantástico? Aqui é a cidade que tinha mais apelido... saiu no Fantástico, que tem gente chamado Corró, tem Tartaruga... tem Jacaré... Aquele velho ali... no... na época, se eu não me engano era Preá...

P – Teve um período, me falaram, que era só animal, né?

Tilau – Teve... [...]

P – Tilau, mas desses nomes que você falou, algum deles você sabe o nome da pessoa mesmo?

Tilau – Não, só o apelido.

P – E quando conheceu, foi só com o apelido, então?

Tilau – Só com o apelido.

Quando indagamos **Joaninha**, ela fez, de início, referência à pessoa interligando-a a seu local de trabalho, podendo ter sido influenciada pelo próprio contexto em que estava inserida, uma vez que a entrevistamos em sua loja. Já **Tilau** nos exemplifica apelidos de jardinenses com uma série de nomeações baseadas em animais³², o que não tem relação alguma direta com o entrevistado, em virtude de seu apelido não ter mesma motivação. Com isso, podemos identificar, por um lado, que não há uma construção padrão para os apelidos em Jardim do Seridó e, por outro, que a época pode interferir na criação de uma tendência de nomeações, tendência essa que, por sua vez, não reduz as possibilidades de se criar distintas nomeações no município. Isso porque o próprio ato de apelidar é situado, não podendo desconsiderar-se os tempos e espaços de fala desses sujeitos, haja vista que “refere em enunciações diversas, e é também reescriturado por outras referências, [portanto] este nome, o tempo todo, se ressignifica” (GUIMARÃES, 2002, p. 92).

Além disso, ao questionarmos, logo após, sobre o nome de registro dos sujeitos mencionados pelos entrevistados, houve, em sua fala, alusões ao apelido de cada exemplificação, reconhecendo tanto **Tilau** quanto **Joaninha** o desconhecimento do nome civil desses indivíduos, os quais os identificavam apenas pelas construções aludidas. Assim, o reconhecimento dos sujeitos de nossa pesquisa em relação à forma de nomear outros moradores continua sendo a partir do apelido, o que corrobora para a confirmação de que o ato de apelidar é uma prática presente no cotidiano dos jardinenses, possuindo significações para os sujeitos em suas interações verbais, quer seja falando algo de/para aquele que nomeia, quer seja falando algo de/para o que é nomeado. E isso pode ser percebido, inclusive, na relação de nossos sujeitos da pesquisa com seu apelido, conforme averiguamos com **Joaninha**.

³² Esta questão dos apelidos de origem animal tornou-se tão constante em determinada época em Jardim do Seridó que Zé Araújo, jardinense, quis concretizar a variedade dessas nomeações em forma de poema, intitulado “Os bichos do meu jardim”, o qual está presente no Anexo A.

P – E esse Joaíinha, você sabe me dizer a história desse apelido... como ele surgiu?

Joaíinha – Não, porque eu já nasci com ele.

P – Você já nasceu com ele? O pessoal já veio chamando Joaíinha?

Joaíinha – Joaíinha, desde pequena... pergunte a sua mãe. [Risos] É, eu acho que a mesma coisa de Juninho... a caçula, que é da caçula... eu acho que Juninho... o diminutivo, né? Meu nome é J., aí o diminutivo é Joaíinha.

P – E você desde pequena, por ser chamada assim, se identificou com esse nome...

Joaíinha – Eu já não gosto do outro nome.

P – Você já não gosta de J.? Só gosta de Joaíinha, quando chama J. já causa estranhamento...

Joaíinha – É! Mas você chamou bonito, você disse J. [pronunciado com entonação no ‘ô’]. O pessoal geralmente faz J. [pronunciado com alteração do ‘o’ para ‘u’].

Na primeira fala de **Joaíinha**, identificamos que, embora ela não saiba propriamente a motivação originária de seu apelido – deduzindo seu surgimento pelo fato de ser um possível chamamento carinhoso para a caçula da família –, ele passou a significar mais para ela do que seu nome civil, sofrendo interferência, inclusive, da própria forma de nomear oralmente, forma essa que, nesse caso, causou o contraponto do gosto por seu nome de registro, de acordo com o que afirma: “Eu já não gosto do outro nome”. Diante disso, dizer que o apelido assume um valor social mais forte do que a nomeação registrada é entender que, sobretudo, o sujeito nomeado vê nele uma forma de se sentir singular naquele meio, criando uma relação de satisfação por ser compreendido por seu apelido.

A partir disso, precisamos considerar que o apelido e o nome civil não são construções abstratas, desconexas de valorações, já que “a palavra é um som significante, pronunciado ou pensado por uma pessoa real num momento preciso da história real” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 195), mas que, em contrapartida, a forma como os sujeitos fazem uso da palavra interfere em todo o processo de reconhecimento. Logo, a sonorização de seu prenome feita pelos sujeitos com quem convive não é correspondente à expectativa da entrevistada – em virtude de acreditar que a alteração fonética da vogal torna o nome feio, não representativo de si –, o que, somado ao valor que a construção **Joaíinha** – apelido com o qual já nasceu³³ – começou a ter para ela,

³³ É importante atentarmos que “já nascer com o apelido” refere-se à compreensão consciente de Joaíinha como pessoa no seu meio familiar. Não necessariamente, assim que nasceu, seu apelido lhe foi dado, e sim, em suas memórias, ela já começou a ser nomeada com esse apelido.

faz com que haja essa preferência por uma nomeação a ponto de afirmar ser seu nome natural.

Partindo disso, o modo como se fala um nome – seja ele o civil, seja o apelido – e o que ele fala para os sujeitos da interação podem interferir no processo de sua adoção, tendo em vista que nomear não é só atribuir mais uma forma de identificação dos indivíduos no meio social, e sim se trata, antes de tudo, de apresentar impressões sobre o sujeito que é nomeado à medida que mostra o olhar do que nomeia, fazendo com que aquele identifique aspectos antes irreconhecíveis para si e os aceite ou não, (re)significando-os. Isso porque “nenhuma palavra reflete com absoluta precisão (‘objetivamente’) o seu objeto, o seu conteúdo. A palavra não é, de fato, a fotografia daquilo que denota” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 195), sendo às diversas nomeações atribuídos valores a partir do momento em que passam a significar algo para o sujeito.

Com base nisso, o fato de apelidar com tal palavra não necessariamente vai ser fiel à representação física da pessoa, o apelido, na realidade, contará mais sobre a vida desse sujeito – indicando, inclusive, sua posição social no meio em que se insere –, conforme ocorre com **Joaninha**, cujo apelido perpassa os anos iniciais de sua vida, no ambiente familiar, tornando-se mais representativo de si do que o nome de registro. Isso se dá em razão de essa própria forma de nomeação ser uma prática situada. Desse modo, a escolha da nomeação e o que ela passa a representar para as pessoas – isto é, como são reconhecidas socialmente e como se reconhecem – esclarecem mais sobre quem são esses sujeitos no meio social do que se fossem chamados por seu nome civil³⁴.

E esse reconhecimento presente nas práticas sociais contribui para a construção identitária de sujeitos jardineses, visto que, na sua relação com o apelido, há marcas de sua história de vida e valores que a perpassa, porém, sem haver também a desconsideração de seu nome de registro, mesmo diante da resistência para o aceitar, como ocorre com **Joaninha**; o que acontece, na realidade, é a preferência por uma das formas de nomeação quando se é possível escolher: para **Joaninha**, ser reconhecida assim importa mais do que ser por seu nome civil por ela se sentir representada por seu apelido. Contudo, não podemos ignorar que, a depender de suas relações sociais – as quais nunca são as mesmas –, a própria forma de identificação dos indivíduos pode

³⁴ Cabe retomar que há, no espaço sertanejo, uma tendência para ocorrer a recorrência de prenomes relacionados a fatores sociais e históricas, como a própria questão da devoção, fazendo surgir, assim, vários Josés e Marias. Ao se somar a isso a questão da pouca variedade dos sobrenomes – em razão de as famílias que ocuparam o Seridó potiguar terem se relacionado entre elas –, os nomes civis podem se tornar repetitivos, fazendo, em alguns casos, o sujeito se sentir mais um “José” ou “Maria” naquele meio.

mudar, fazendo com que **Joaninha** precise, em alguns casos, assumir a identidade de J., o que não só confirma que a identidade plenamente unificada é uma fantasia (HALL, 2011) como também reafirma a influência que a escolha de um nome pode exercer no momento de o sujeito se reconhecer como tal, como veremos a seguir.

P – E aí se você for em um canto tipo um cartório que precise falar o nome J.?

Joaninha - Não, mas aí é normal.

P – Você chega e fala J. ou você fala Joaninha e depois corrige? Como é que você faz?

Joaninha – Não, eu aceito, aí tem de aceitar. Na escola, nos primeiros dias é J., depois todo mundo chama de Joaninha... é natural!

P – Vai criando esse laço?!

Joaninha – Não, é meu nome natural. Qualquer escola... qualquer lugar que eu fico, no início pode até dizer J., mas depois é Joaninha.

Joaninha, em resposta ao nosso questionamento, mesmo afirmando não gostar de seu nome de registro, pontua ser normal ser nomeada assim em situações de maior formalidade, reforçando até que precisa aceitar este tipo de nomeação, quando comenta “aí tem de aceitar”. Há, pois, uma preferência por uma nomeação (o apelido, no caso), o que, por sua vez, não desmerece a opção por outra nomenclatura como referência (o nome civil, nessa situação) em contextos que exigem o reconhecimento a partir deste. Porém, percebemos que, mesmo em contextos assim, há ainda a retomada de seu apelido, reforçando essa preferência, como afirma: “no início pode até dizer J., mas depois é Joaninha... é natural” que isso ocorra, visto que é o “nome natural” desta.

Considerar ser natural o processo de retorno ao apelido por ver este como o seu real nome, mesmo em situações de formalidade, confirma a força valorativa que ele tem não só para si como para os jardinenses ao o propagar em suas falas. Em outras palavras, assumir que a construção “Joaninha” é seu “nome natural”, a ponto de naturalizar a sua aparição rompendo, posteriormente, com exigências formais em alguns momentos (como no ambiente escolar) – sem esquecer também que precisa ser reconhecida por seu prenome em distintas situações –, confirma que a carga valorativa apresentada pelo apelido não desconsidera a simbologia do nome de registro, seja para aquele sujeito nomeado, seja para quem o nomeou no nascimento.

Partindo disso, interessa-nos, no caso em questão, não desmerecer o nome civil, mas compreender a importância que o apelido tem para a construção identitária dessa jardinense. Isso porque, haja vista que o enunciado é “um produto da interação social, tanto a mais próxima, determinada pela situação da fala, quanto a mais distante, definida

por todo o conjunto das condições dessa coletividade falante” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 216), não se pode generalizar as relações sociais, em especial dos jardinenses, sendo cada ato discursivo singular, responsivo e ideológico, no qual os sujeitos em questão se comportam e relacionam apresentando interpretações do mundo em que assistem. Logo, não só apelidar como propagar esse hábito em suas relações sociais contribui para que os sujeitos de Jardim do Seridó tendam a internalizar essa prática como sendo da região e a identificar nela uma forma de se tornarem únicos: o apelido foi feito pensado em e para cada um deles.

Com base nisso, a identidade é moldada no meio social, mas não é a normatização que molda o comportamento social, já que “a produção de sentidos deve assim ser analisada levando-se em conta necessariamente o contexto histórico-social interativo em que são produzidos os discursos, por ser constitutivo do sentido” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 146), reforçando que o sujeito se reconhece como tal em razão dos valores que aquela nomeação passa a ter no meio social para ele, caracterizando, por conseguinte, um hábito da região. Como vimos com **Joaninha** que afirma ser seu nome natural o apelido que ganhara, esse reconhecimento também é bem solidificado com **Tilau**, que chegou, inclusive, a rubricar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com este apelido³⁵, não obedecendo às próprias formalidades por se reconhecer mais por esta construção, tendo em vista que há muitos com seu nome civil, mas apenas ele como sujeito jardinense com aquela nomeação.

P – E você tem Tilau como se fosse seu nome mesmo?

Tilau – Meu nome mesmo. Eu gosto! Procure outro Tilau em Jardim... Agora L., tem muitos!

P – É como se fosse a forma de identificar você, né, Tilau?

Tilau – Tilau? É! É isso mesmo.

P – L. é como se você se sentisse igual a todo mundo?

Tilau – Isso mesmo! Quando eu era pequeno, que eu já tô velho... quando eu era criança, rapazinho aqui, sabe quem era o único L. que tinha aqui? [referência ao único morador que havia, até então, com o prenome coincidente com o que há em seu registro]... agora aqui que eu saiba tem eu, aquele menino de Juarez que eles criaram, o nome dele é L., que é policial em Natal... Aí hoje tem o menino de Nilton de Zé Costa... O de Dodó de Zé Garcia...

³⁵ Ressaltamos que, diante disso, foi necessária a assinatura em um novo documento, não sendo descartado, em contrapartida, o primeiro, visto que é um material que contribui com a nossa pesquisa. Assim, com o consentimento do entrevistado, anexamos uma das partes desta documentação no nosso trabalho – a qual não viola a privacidade do sujeito por apresentar apenas seu apelido – para ilustrar a assinatura com seu apelido no lugar da sua rubrica. Para tanto, veja o Anexo C.

Como percebemos, em sua primeira resposta à nossa pergunta, **Tilau** afirma que o apelido não só é seu nome mesmo como também que possui carinho por ele em razão da singularidade que este possui para si. O apelido, nesse caso, passa a ser visto como representativo do ser singular, único, adquirindo significações para o sujeito assim nomeado e adentrando no mundo da ideologia (VOLÓCHINOV, 2018), de modo a dizer mais sobre ele do que seu nome civil, especialmente o prenome, já que há muitos com a mesma nomeação. A forma **Tilau** passa a ser, então, o nome de uma pessoa única, e por isso diz tanto sobre ele, pois fala sobre sua história de vida, como confirma: “Meu nome mesmo. Eu gosto!”. Não há tanto **Tilau** em Jardim do Seridó, mas pessoas com o prenome igual ao seu têm consideravelmente, como aponta mediante a exemplificação. Essa coincidência, inclusive, reforça a presença de nomes mais populares em determinada época, de modo a influenciar os pais a adotarem algum(ns) dele(s) no registro de seus filhos (GUIMARÃES, 2002).

Por isso, ainda que **Tilau** não saiba a motivação inicial para ganhar esse apelido, afirmando, com base na fala de seus irmãos, ser decorrente do fato de ser o caçula de sua família (“Diz os meus irmãos que é porque era o caçula”) – como também comentou **Joaninha** ao justificar o surgimento de seu apelido –, foi a partir das relações sociais que esse novo modo de nomeação – que ganhara quando criança – passou a ser (re)significado a ponto de mudar a forma de reconhecimento desse sujeito. A designação de **Tilau** assim o sendo, por sua vez, faz-se presente em quase todas as interações sociais, havendo, contudo, situações em que precisa retomar seu nome civil, reforçando, novamente, que a preferência por uma forma de nomeação que não diz respeito à jurídica não desmerece o nome de registro, mas que aquele nome fala mais sobre o sujeito do que este.

P – E quando você se apresenta é como Tilau? Em todos os cantos?

Tilau – Muito difícil, muita pouca gente me conhece por L., só por Tilau... Sua mãe mesmo, como eu falei a ela... uma vez, Odilma e Vitória lá no banco, eu trabalhava lá embaixo, eu tinha conta e ia... como é que diz?... ia fazer cadastramento das contas e ‘Cadê o nome de Tilau?’, ‘Tilau não tá aqui, não!’, aí mandaram me chamar lá no salão, aí eu fui, ‘Não, vocês não vão me achar nunca, não. Meu nome né Tilau, não. Meu nome é L.’.

P – Até nos cantos, então? Cartório... o pessoal olha Tilau logo como se fosse seu nome, em vez de olhar L.?

Tilau – Não, cartório não.

P – Cartório eles já sabem...

Tilau – Já sabem que é L. Em qualquer coisa que é de documentação, o pessoal já sabe.

P – Mas quando você vai falar com o pessoal ou assinar algo...

Tilau – Tilau, uso Tilau. Se eu for num velório, eu não coloco meu nome, boto Tilau. Se colocar L., ninguém vai saber que sou eu... Qualquer coisa que eu for pegar, se eu for pegar um documento de carro, de moto, se tiver lá, tem L., aí tem ‘Para Tilau’.

P – No documento eles colocam o nome e...

Tilau - É, e colocam ‘Para Tilau’. Não que seja no documento, no envelope pra entregar.

P – Já chegou algum documento que você não recebeu porque tava com L. e eles não sabiam onde morava?

Tilau – Já, já chegou.

P – E você teve de ir atrás?

Tilau – Já aconteceu isso, porque eles sabiam que era Tilau e não entregaram. Já aconteceu isso aí. Quando vão me entregar, por exemplo, um carnê de documento de carro, aí tem meu nome L.C.F.L., aí tem ‘Tilau’, pra entregar...

Observamos que o seu apelido já foi tão naturalizado não só por ele como também entre os jardinenses que, até em situações mais formais, como em um banco, há a crença de que essa construção consta em seu próprio nome civil, como prenome, conforme vemos na confusão pela qual passaram duas funcionárias do banco tentando encontrar a ficha com a nomeação **Tilau** escrita. Entretanto, essa confusão é justificada ao analisarmos que, em quase todas as práticas sociais, o fato de **Tilau** se referenciar por seu apelido diante de sua maior relação com ele fez com que se normalizasse essa construção frente ao seu nome civil, como ocorre quando vai a um velório, em que ele não coloca esta nomeação, e sim assina como **Tilau**, visto que, “se colocar L., ninguém vai saber” que ele visitara o ambiente, uma vez que seu apelido se tornou tão presente no meio social que os jardinenses não buscam averiguar se há outra forma de nomeação para o designar nessas situações.

E essa normalização pode ser verificada também quando fala sobre documentos que chegam para ele, em que já ocorreu uma situação na qual não os recebeu por não ter a identificação de seu apelido, e sim de seu nome civil, no objeto a ser entregue: “Já aconteceu isso, porque eles sabiam que era **Tilau** e não entregaram. [...] Quando vão me entregar, por exemplo, um carnê de documento de carro, aí tem meu nome L.C.F.L., aí tem ‘**Tilau**’, pra entregar...”. Essa declaração mostra como a questão de nomear ou designar parte sempre de um ponto de vista (STRAUSS, 1999). A motivação para **Tilau** se reconhecer assim não será a mesma para quem o reconhece dessa forma, apresentando diversos valores; todavia, será com essas distintas significações que o apelido, no contexto jardinense, ganhará mais forma do que o nome civil, trazendo originalidade à região e singularidade aos seus sujeitos. Essa presença contribui,

portanto, para o pouco hábito do uso do nome de registro, a ponto de fazer com que o próprio sujeito estranhe ao ser designado assim.

P – Tilau, quando te chamam por L., você estranha? Se alguém chegar e falar L...

Tilau – Pra ser sincero, estranho. Eu estranho mesmo. Olhe, uma vez... uma vez eu tava em... deixa eu ver onde eu tava... sim, em São Paulo! Em São Paulo, eu disse a Rosinete, lá na... eu, Rosinete e Larissa, nós tava ali naquela estação da luz, você conhece? Aí eu disse a Rosinete: ‘Rosinete, eu só queria mesmo saber se existe coincidência da gente encontrar uma pessoa de Jardim do Seridó aqui’. Era 8h40 da manhã, Eu, Rosinete e Larissa, agora era gente, gente, gente... aí nós íamos, quando não deu 5 minutos, um cara ‘Tilau!’, aí eu disse: ‘Peraí, meu amigo, Tilau...’, se chamam L., claro que eu não ia... né? Aí olhei assim... disse ‘Num pode ser...’, aí o cara continuou a dizer ‘Tilau!’... eu fui e parei, nera o menino de Dedeca de Chaga da Fuba?! Eu não conheci, não, aí ele disse: ‘Tá me conhecendo não?’, aí eu digo: ‘Não...’, ele disse: ‘Rapaz, cortei muito cabelo com você em Jardim... [...] Eu sou neto de Chaga da Fuba, sou filho de Dedeca’, aí pronto, tiramos foto, mas não... se ele não chama, se ele chama L...

P – Se falasse L., você nem...

Tilau – Tinha nem respondido.

P - Tinha ido embora e deixado...

Tilau – Tinha, é verdade!

P – E quando chama você de L. em casa, você acha que tem alguma coisa errada?

Tilau – Ninguém nunca chama, Bianca.

P – Ninguém nunca chama em casa?

Tilau – Não... Chama não... Sim! Tem uma cunhada minha, hoje ela mora nos Estados Unidos, tá em Natal, ela chama... ela só chama L. É a única cunhada que tem que só chama L., não chama Tilau, não.

P – E aí você conseguiu lidar com isso de boa ou você ainda estranha quando ela chama?

Tilau – Não... num estranho, não.

P – Quando ela chama... mas se for qualquer outra pessoa?

Tilau – Qualquer outra pessoa, eu estranho.

Além da dificuldade de entrega de documentações – conforme exemplificado por **Tilau** – quando há a referenciação por seu nome civil, o recorrente uso do apelido em suas práticas sociais contribui para o estranhamento do próprio sujeito nomeado quando designado por nomeação outra que não seu apelido, a saber: **Tilau**. Assim, mesmo havendo situações com exigência de formalidade, como no caso de envio de documentação, pode ocorrer o comprometimento da comunicação por se optar pelo nome civil, como observamos quando o entrevistado comentou: “Já aconteceu isso [de não entregarem o documento com o nome de registro no destinatário], porque eles

sabiam que era **Tilau** e não entregaram” e “se ele não chama, se ele chama L... [...] Tinha nem respondido”.

O fato de ocorrer esse estranhamento em razão do pouco uso de seu nome civil em suas práticas sociais não é motivação para o sujeito desmerecer esta nomeação, já que, segundo Bakhtin (2017, p. 107), “um valor igual a si mesmo, reconhecido como universalmente válido, não existe, porquanto a sua validade reconhecida é condicionada não pelo conteúdo tomado abstratamente, mas por sua correlação com o lugar singular daquele que participa”; nesse caso, o sujeito precisa se sentir e ser reconhecido por seu apelido para que ele apresente diversas simbologias no enunciado. Quando **Tilau** discorre que estranha ser nomeado por outra maneira que não seu apelido, porém, logo após, faz alusão à forma como sua cunhada o chama – forma essa que destoa da nomeação empregada cotidianamente – e demonstra não estranhar nesta situação (“P - E aí você conseguiu lidar com isso de boa ou você ainda estranha quando ela chama? / **Tilau** - Não... num estranho, não”), reforça a ideia de que, mesmo que se tenha uma preferência pelo apelido por este dizer mais sobre si, é preciso considerar também o sujeito com quem dialoga, de modo que isso interfere em sua própria nomeação.

Assim sendo, a relação que tem com o outro em suas práticas discursivas faz com que as atitudes de cada um sejam desenvolvidas pensando nessa própria relação eu-outro (BAKHTIN, 2011), visto que são práticas situadas com sujeitos singulares, cujas relações nunca serão as mesmas e, em virtude disso, os próprios olhares sobre si mesmos e os outros serão únicos. Assim sendo, ao revelar a ausência de estranhamento ao ser chamado pela cunhada por seu prenome – estranhamento esse que, na realidade, ocorreria se ela o chamasse pelo apelido, uma vez que, em contrapartida ao cotidiano jardinense, não é um hábito seu –, reforça que, mesmo havendo preferências e maior identificação pelo apelido, esta forma não é a única maneira possível de (se) nomear, de maneira a esse sujeito apresentar, pois, múltiplas identidades que não se excluem, e sim se complementam. O valor social que o apelido tem, sobretudo para **Tilau**, frente ao seu nome civil fica evidente em suas relações cotidianas ao optar por aquela nomeação. Todavia, vale pontuar que isso não faz com que haja a unificação do uso apenas daquela forma; o fato de o seu prenome não ser tão presente como forma de o representar nas mais diversas interações cotidianas não faz com que ele deixe de existir, o que ocorre, na realidade, em seu cotidiano, é o estranhamento motivado por poucas pessoas o identificarem assim – com exceção de sua cunhada –, bem como por estar tão habituado a se reconhecer como **Tilau**.

E esse estranhamento também pode ocorrer com quem nomeia no momento em que sujeitos nomeados revelam seus prenomes, desmistificando o ideário de que era o apelido que estava registrado no cartório. Por mais incomum que seja a construção desta forma de nomeação em alguns casos – como no emprego de nomes de animais –, a constante prática de seu uso leva os sujeitos com quem dialoga a pensarem que há a possibilidade de assim ser nomeado, como ocorre com **Cigana**, a qual já chegou a passar por situações nas quais acreditaram ser este o seu prenome. Para tanto, atentemos ao excerto de sua entrevista a seguir.

Cigana – Todo mundo só me conhece por Cigana aqui.

P – Se eu perguntar a alguma pessoa lá...

Cigana – E.

P – Não vão saber, não?

Cigana – Não. Aconteceu lá na creche. As meninas falaram um dia num sei o quê de E. e... e... e uma mãe lá: ‘Quem é E.?’ e ‘Quem é E.?’ ‘Mulher, E. sou eu!’ ‘Não, eu não acredito que seu nome é E., não!’ e eu digo: ‘Eu não acredito que você esteja pensando que meu nome é Cigana!’.

P – Chegou gente a pensar mesmo que seu nome era Cigana?

Cigana - Foi! As mães, né?

P – Essa associação que pega tanto que chega a pensar que o nome é...

Cigana - Mas eu me acostumei de um jeito que, se uma pessoa me chamar de E., eu já acho estranho.

[...]

Cigana – E a gente se acostuma, viu, Bianca? Se acostuma mesmo que eu só... só escuto assim quando a pessoa ‘Cigana!’, me chama aí, né? Eu já levanto que eu já sei.

P – Você já sabe que é você, já vai direto, né?

Cigana – É. Única Cigana que tem nessa rua mesmo sou eu.

No fragmento em questão, podemos averiguar que o termo **Cigana**, por mais que seja um nome incomum para ser registrado juridicamente, parece ser, para as mães com quem a entrevistada falou, uma nomeação mais óbvia dada a ela em razão da sua recorrência no cotidiano quando comparada ao prenome que possui: “‘Não, eu não acredito que seu nome é E., não!’ e eu digo: ‘Eu não acredito que você esteja pensando que meu nome é **Cigana!**’”. A constante referenciação pelo apelido fez com que as mães associassem esse nome à **Cigana** sem se limitarem ao seu significado abstrato. Lembrar-se de **Cigana**, em Jardim do Seridó, é lembrar-se da entrevistada; o apelido ganha novos valores nessas relações as quais **Cigana** possui com os sujeitos com quem dialoga, e essas significações também refletem na e refratam a visão que ela tem de si. No caso, seu apelido se torna tão significativo, sobretudo para essa jardinense – com

base não só na sua perpetuação entre os sujeitos da região como também na singularização que ele possibilita que ocorra de **Cigana** nesse espaço –, que causa, assim como ocorre com **Tilau** e **Joaninha**, o estranhamento nela ao ser referenciada por outro nome, como seu próprio prenome: “Mas eu me acostumei de um jeito que, se uma pessoa me chamar de E., eu já acho estranho”.

Dessa maneira, o apelido não é uma construção mecânica; usar e lembrá-lo retomam e criam sensações e significações para os sujeitos do discurso, de modo a tornar tudo valorado, visto que “se observamos atentamente nosso interior veremos que, no fim das contas, nenhum ato de consciência pode ser realizado sem ela” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 147). Para o apelido ganhar a força representativa que possui para seu sujeito e aqueles com quem se relaciona, é preciso que ele assuma significações em suas práticas discursivas. Desse modo, a adoção do apelido **Cigana** não só denuncia o olhar do outro; quando a entrevistada começa a se assumir assim, **Cigana** passa a ser sua identidade no espaço jardinense, por ela compreender que seu apelido a representa mais do que seu nome civil. Por isso, a maturação do reconhecimento por esse apelido da própria entrevistada – retomada pela ideia do “acostumar-se” – confirma a força valorativa que ele possui nas relações cotidianas: “Todo mundo só me conhece por Cigana aqui” e “Única Cigana que tem nessa rua mesmo sou eu”, reforçando sua singularidade em Jardim do Seridó. E essa forma de nomeação se tornou tão constante e presente em suas relações sociais que o esquecimento do seu prenome chegou, inclusive, a ocorrer em alguns casos.

Cigana – Minha filha, ela, diretora do colégio, toda hora era: ‘Ô, Cigana Ana!’, me dava carão a todo instante, que era minha vizinha e tinha como... né?, ela tinha liberdade pra fazer isso, porque a gente era... tinha muita amizade. Aí pronto, pegou e eu passei 7... olhe, eu passei 4 anos ali na Antônio de Azevedo, eu nunca ouvi ninguém me chamar de... de E., é só Cigana, todo mundo.

P – Nunca ouviu na escola?

Cigana – Não, mulher! Pegou dum jeito que até eu mesmo, quando o pessoal ligava, dizia ‘Cigana’ no telefone.

P – Não falava nem mais o nome?

Cigana – Não! Eu não lembrava de falar meu nome, porque eu me acostumei também com aquele apelido.

Percebemos, com base no trecho em questão, que o uso da construção **Cigana** para referenciar a entrevistada se tornou tão recorrente em sua vida que chegou a ter momentos em que ela mesma esqueceu-se de mencionar seu prenome: “Eu não

lembrava de falar meu nome, porque eu me acostumei também com aquele apelido”. Isso se dá em virtude do fato de que, ao receber um nome, o indivíduo consegue “se ver como alguém identificado consigo mesmo na medida em que tem um nome. [...] Ou seja, a referência, a particularização de alguém que se faz por seu nome é possível porque o nome, no processo enunciativo, identifica alguém, por este nome” (GUIMARÃES, 2002, 91). Nesse caso, **Cigana** passou a se reconhecer tanto e a se ver tão representada por seu apelido, diante das relações sociais nas quais estava inserida, que esse nome assumiu maior valor frente ao seu nome de batismo. Desse modo, ela se vincula tão fortemente à construção **Cigana** que chega a se esquecer, em alguns casos, de seu próprio prenome – nome que a tornou, no âmbito jurídico, cidadã, tendo em vista que, na realidade, é com o nome **Cigana** que se vê como cidadã jardinense.

Contudo, retomamos, como já discorrido com base nas falas de **Joaninha** e **Tilau**, que não há o desmerecimento do nome de registro a ponto de cair no esquecimento total. No caso, em situações que exigem formalidade, como referências em documentos formais, **Cigana** compreende a necessidade de ser reconhecida por seu prenome, o que, por sua vez, também não exclui a possibilidade de romper, em situações favoráveis para isso, com tamanha formalidade, retomando a sua forma nominal pelo apelido.

P – E quando você vai pra banco, essas coisas, o pessoal fala Cigana...

Cigana – Lá no banco? Aqui, todo mundo no banco me chama de Cigana, porque Pedrão é meu primo e só me chama de Cigana.

P – Aí quando vai procurar um documento?

Cigana - Sim, aí eu falo meu nome... tudo que se refere a documento, eu falo meu nome.

P – Mas, por exemplo, teve uma situação que procuraram Cigana e não acharam? Quando é um documento seu, o pessoal vai...

Cigana – Não, mas no banco eles perguntam o apelido da pessoa, na minha ficha tem ‘Cigana’.

P – Na sua ficha, no banco, tem ‘Cigana’?

Cigana – Sim! No apelido tem. Não tem o apelido? Aí ‘Fulano’. Qualquer apelido, eles botam. O meu é Cigana.

P – Na própria ficha do banco tem a opção de colocar o apelido...

Cigana – É! Tem... Quer ver, você pergunte a Vitória se não tem, porque eu acho que foi lá que eles me perguntaram: ‘Tem apelido?’, eu disse: ‘Tenho’, ‘Como é?’, ‘Cigana’.

Ao **Cigana** comentar: “tudo que se refere a documento, eu falo meu nome”, denuncia que, ainda que seja tão reconhecida por seu apelido a ponto de acharem que é seu prenome ou de usá-lo tanto chegando a se esquecer, em alguns momentos, de

retomar seu primeiro nome, ela assume seu prenome quando necessário, como na referenciação a documentos, mostrando que ambas as formas de nomeação possuem significações – diferentes – para a entrevistada. No entanto, ao retomar um acontecimento ocorrido em um banco, **Cigana** deixa evidente a preferência pelo apelido como reconhecimento social, confirmando o seu valor social mais forte frente ao nome civil, tendo em vista que opta por registrar em uma ficha de banco também seu apelido.

Ademais, é importante destacarmos que a opção dada para esse registro diz muito sobre não só o valor que o apelido tem para o sujeito mas também para a região na qual este se encontra. Isso porque o fato de que “no banco eles perguntam o apelido da pessoa” para cadastrar na ficha já mostra que não é uma situação incomum os sujeitos serem assim reconhecidos nessa região. E essa situação que, nos grandes centros de poder, por exemplo, poderia se tornar atípicas torna-se típica de Jardim do Seridó, tendo em vista que “o espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 35); na realidade, esse município vai sendo construído a partir das práticas sociais dos sujeitos que o habitam, de modo tal que o apelido ganha liberdade nele por ser uma região em que as pessoas têm mais intimidade com os outros não só pessoal como espacial, sobretudo porque muitos são parentes ou ligados por relações afetivas, religiosas ou ocupacionais muito próximas.

Essa proximidade, por sua vez, vem desde a criação do povo sertanejo, visto que o seu surgimento se deu, em boa parte, a partir de pequenas povoações criadas em sítios e fazendas, compostas por pessoas que migravam de áreas próximas para trabalharem com o pastoreio ou que vinham de Portugal, geralmente, para serem fazendeiros. Diante disso, os municípios do Seridó potiguar acabaram sendo habitados por sujeitos que ficaram próximos não só por o espaço regional não ser tão extenso como também pela própria organização social de cada cidade. O apelido aparece, então, como uma forma de facilitar uma rede de contatos maior na cidade, haja vista que, em virtude da coincidência ou semelhança dos nomes de registro de seus habitantes, torna-se mais coerente dizer quem é aquele sujeito na região por um nome que nasce a partir de suas interações sociais.

Em razão disso, ato de apelidar não só ganha significação para o sujeito nomeado por estar situado em cada prática social e ter uma motivação como também diz muito sobre o conhecimento da pessoa na localidade a partir do olhar do outro e, por conseguinte, sobre hábitos da região. A opção por nomear com apelidos ultrapassa o ambiente familiar e passa a perpassar as relações sociais dos jardinenses. Logo, ser

conhecida no banco como **Cigana** pode ter sido influenciado pelo hábito familiar de nomeá-la assim: “Aqui, todo mundo no banco me chama de **Cigana**, porque Pedrão é meu primo e só me chama de **Cigana**”, no entanto, as pessoas não a chamam de tal forma por apenas reproduzirem o discurso de seu primo: **Cigana** assim o é no espaço jardinense por cada sujeito da região ver nesse nome uma forma de singularizar a entrevistada, o que não necessariamente vai apresentar a mesma motivação que Pedrão teve ao denominá-la dessa maneira. Nesse caso, essas significações que vão sendo proporcionadas ocorrem em virtude de o nome transcender seu aspecto meramente referencial – aspecto esse originário do registro inicial jurídico quando se busca apenas reconhecer o sujeito como cidadão –, de modo a passar a atuar em conformidade com o caráter social e histórico dos sujeitos e do mundo no qual se inserem (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016).

Partindo disso, o ato de apelidar pode não ser uma constante de outra região que não Jardim do Seridó como também pode não ocorrer com a mesma motivação que neste município, e os próprios sujeitos jardinenses podem ter motivações distintas para serem reconhecidos com determinado nome, visto que cada ato é singular e carrega consigo valores distintos. Por isso, é importante compreendermos também como se dá essa relação com o apelido, no caso focando em **Cigana**, para além dos espaços jardinenses.

P – Mas você... então, o seu como foi desde pequena, quando você se apresenta, já vem logo o ‘Cigana’ pra depois falar o nome...
Cigana – Não, mulher, eu... eu fui lá no consultório de Sandra, de Biô, que ele é gastro, né? Aí eu cheguei, ela não me reconheceu, fiz unha de Sandra um tempão, ela não me reconheceu mais! Aí ela disse: ‘Me diga uma coisa, você é de Jardim do Seridó?’ e eu olhando pra ela, aí eu disse: ‘Sou, Sandra! Sou Cigana que fazia suas unhas!’, ‘Não, mulher! Não me diga uma coisa dessa, não!’, eu disse: ‘Sim!’. Menina, aí foi aquele abraço! ‘Cigana, eu não lhe reconheci, de jeito nenhum!’, aí chegaram as atendentes dela lá, o pessoal da sala dela, aí ela disse: ‘Olhe, gente, tô chamando ela de Cigana porque eu nasci e me criei chamando ela de Cigana e por isso que eu tenho a liberdade de chamar ela de Cigana, todo mundo na minha cidade chama’, aí as pessoas começaram a rir lá...

Com base na situação retratada vivenciada pela entrevistada, percebemos, principalmente com a seguinte fala de sua amiga: “Olhe, gente, tô chamando ela de **Cigana** porque eu nasci e me criei chamando ela de **Cigana** e por isso que eu tenho a liberdade de chamar ela de **Cigana**, todo mundo na minha cidade chama”, uma tentativa de justificar o porquê ela a está chamando assim naquele espaço outro, que não é Jardim

do Seridó – isso está evidente, em sua fala, com a referência espacial a esse município como situado distante: “você é de Jardim do Seridó?”. Analisando o fragmento em questão, interpretamos que a tentativa de Sandra de justificar aquela nomeação pode retomar, inclusive, a conotação negativa atribuída, ainda, aos ciganos, de modo que ela sentiu a necessidade de esclarecer que **Cigana** não necessariamente é o que o nome em si fala, em seu plano linguístico.

Indo além, ela remete à prática de apelidar na região ao apontar que tem a “liberdade” para assim se dirigir à entrevistada, visto que “todo mundo na minha cidade chama [dessa forma]”. Isso, por sua vez, deixa evidente como uma forma de nomeação, sobretudo o apelido, pode ser tão natural em um contexto e tão estranho em outro. Logo, ter a *liberdade* de apelidar alguém só confirma a intimidade que os jardinenses têm uns para com os outros no município, *liberdade* essa que está refletida no apelido e refratada nos olhares dos sujeitos sobre si e o outro – tanto sobre quem nomeia, quanto sobre quem é nomeado –, pois apelidar é enunciar índices sociais de valor, “isto é, a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros semântico-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores” (FARACO, 2009, p. 54).

A partir disso, observamos que a prática de apelidar em Jardim do Seridó já faz parte da cultura desse povo por esse grupo se sentir assim reconhecido. Vale ressaltar que a cultura popular não pode ser generalizada às tradições populares que resistem ao surgimento de novos aspectos valorados que rompem com a tradição, nem pode se tornar apenas estas formas que surgem; na realidade, cultura popular “é o terreno sobre o qual as transformações são operadas” (HALL, 2003, p. 232). Dito isso, as tensões entre formalidade jurídica e nomeações outras que ultrapassam esse âmbito contribuem para que haja a reafirmação do ato de apelidar como uma prática jardinense: a singularidade que este tipo de nomeação possibilita aos sujeitos jardinenses fez com que eles começassem a optar por assim serem reconhecidos, visto que o nome civil nem sempre fala tão bem com o sujeito que é designado por ele como ocorre com o apelido. E talvez essa significação que o apelido vai ganhando para cada sujeito tem relação com a motivação inicial para o nomear, já que são nomeações adquiridas em situações entre amigos, como vimos com **Cigana**, ou em contextos familiares, como vimos com **Joaninha** e **Tilau**, assim como ocorreu com **Nin**.

P – [...] E o seu apelido... ele vem de que história? Você saberia me dizer um pouco?

Nin – Rapaz... eu nasci já era Nin, aí eu não sei assim... meu apelido não tem muita... eu não sei assim, é R., né? Deveriam querer chamar de Nildo, aí chamaram de Nin, né? Era pra ser Nildo, pelo menos, nera?

P – Você já, desde criança... aí pegou e ninguém explicou?

Nin – É...

P – Então, começou na família esse apelido?

Nin – É... eu me entendi por gente, já era Nin, aí não sei... porque, ó, Bolinha é que era gordinho, né? Mas aí Nin... não sei.

O núcleo familiar, mais uma vez, entra em foco como espaço de surgimento do apelido; todavia, este ultrapassa as relações familiares e perpassa o convívio social no qual **Nin** está inserido. Mesmo não compreendendo o porquê da escolha do apelido **Nin**, uma vez que a construção Nildo seria mais facilmente justificável para ele, considerando ser apenas a redução de seu prenome, há a maturação do reconhecimento por esse apelido a partir de suas relações sociais a ponto de seu significado ultrapassar a abstração, não sendo o seu valor abstrato o que importa para o sujeito, e sim quem ele é com o apelido: “eu nasci já era **Nin**” e “eu me entendi por gente, já era **Nin**”. Essa maturação se torna tão presente no espaço jardinense que, ao ultrapassar o ambiente familiar e se fazer constante em suas outras relações sociais, **Nin** começa a ressignificá-lo a ponto de assumir a preferência por seu apelido, embora ainda precise se reconhecer por seu prenome em situações que exigem maior formalidade, como um curso de formação.

P – E quando você se apresenta, você se apresenta como Nin?

Nin - Não, falo R. Assim, se for em algum curso, R...

P – Se for em algum canto mais sério, mais formal...

Nin – É.

P – Agora se for ali, no comércio, no meio da rua...

Nin – Aqui, o pessoal é tudo Nin.

P – Ah, então só se for num contexto formal que você fala R.?

Nin – Exato!

P – E por exemplo, quando você vai ao banco, nesses cantos, o pessoal mesmo lá fala...

Nin – É, é Nin.

P – Mesmo nesses cantos?

Nin – É, é Nin. Alguns que chamam R., poucos.

P – E esse apelido, você se identifica com ele?

Nin – Identifico! Até hoje mesmo eu boto Nin, aí boto meu nome e ‘Nin’ na frente... assim, se for uma rifa, um negócio, ‘R.’ e ‘Nin’ na frente.

[...]

P – E família?

Nin – Na família, é Nin.

P – Se alguém falar R., você já acha estranho?

Nin – É, na família ninguém fala.

Essa maior identificação social a partir do uso do apelido frente ao nome civil fica evidente quando pontua: “Até hoje mesmo eu boto **Nin**, aí boto meu nome e ‘**Nin**’ na frente... assim, se for uma rifa, um negócio, ‘R.’ e ‘**Nin**’ na frente”. Percebemos que a própria escolha da posição que o apelido ocupa já denuncia a sua importância para esse sujeito. Como essa forma de nomeação se fez e faz tão constante no cotidiano jardinense, tornou-se a marca de referência e singularização de pessoa única (GUIMARÃES, 2002), de modo que **Nin** assim o é não só para ele como para os sujeitos com quem interage, tanto que, em ambientes mais informais, como em seu comércio ou a feira livre que ocorre nas redondezas do Mercado Público, seu reconhecimento se dá a partir de seu apelido: “Aqui, o pessoal é tudo **Nin**”.

Isso confirma que não há imutabilidade na identidade do sujeito, sendo suas atuações no mundo a partir das práticas sociais os fatores motivacionais para moldar sua identidade; no caso, o apelido de **Nin** diz muito sobre o jardinense nomeado, porém não se torna a única forma de reconhecimento desse sujeito. Consoante Bauman (2005, p. 96), “comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado”, haja vista a possibilidade de se assumir distintas identidades diante das relações sociais nos quais pode estar inserido. Por exemplo, quando vai a um curso, **Nin** opta por se apresentar com seu prenome por compreender que, nesse espaço – de certo modo, formal –, as pessoas tendem a se apresentar como consta em seu nome civil, o que não quer dizer que começou a preferir esta nomeação ou que seu apelido deixou de significar para ele; trata-se, na realidade, de apenas uma remodelação para se enquadrar naquela situação. Porém, podemos ver que, em situações em que há mais liberdade para a possibilidade da aparição do apelido, **Nin** deixa clara sua preferência, como quando sinaliza seu apelido antes de seu prenome em determinados documentos, por exemplo, a rifa.

A opção, inclusive, pela escrita inicial na rifa de seu apelido é uma forma de permitir a efetivação da comunicação, evitando que ocorram situações como constamos com **Cigana** quando recebeu o telefonema da mãe que desconhecia o prenome da entrevistada. Isso ocorre porque os jardinenses já se tornaram tão habituados ao ato de apelidar e de reconhecer seus sujeitos assim que essa forma de nomear ganha ainda mais valor nas práticas discursivas, principalmente para os sujeitos nomeados. **Nin**, **Joaninha**, **Tilau** e **Cigana** se reconhecem assim por identificarem maior significação a

qual seu apelido ganhou frente a seu nome civil: é no apelido que encontram sua singularização no espaço jardinense.

A partir disso, bem como **Tilau** bem pontuou, é uma forma de serem únicos naquele ambiente, singularização essa impossibilitada pelo nome civil, visto que “o funcionamento do nome próprio da pessoa, na nossa sociedade, inclui uma hipótese de unicidade que não tem” (GUIMARÃES, 2002) ao se considerar que, embora juridicamente consiga distinguir cada cidadão, há outros sujeitos com o mesmo prenome nas relações cotidianas, tornando mais difícil a identificação diante dessa compatibilidade, o que faz com que se necessite a aparição de formas nominais para os singularizar, reforçando essa força valorativa do apelido: é o nome natural desses sujeitos, é o nome valorado que os singulariza; foi a partir das relações concretas que se deu seu surgimento, não se limitando a uma abstração nem permanecendo nesse âmbito.

6.2 “O POVO APELIDA, AÍ FICA, NÉ?”: A EXISTÊNCIA DE VÁRIAS NOMEAÇÕES

É importante termos em mente, antes de iniciar a análise desta categoria, que se relacionar com sujeitos é compreender que eles estão em constante transformação, não apresentando uma identidade acabada e homogênea. Por isso, o apelido, em suas diversas significações, também tem a possibilidade de se (re)modelar a partir das vivências desses indivíduos, assumindo, inclusive, em alguns casos, novas formas. Isso, por sua vez, não desmerece o valor cultural que o ato de apelidar tem para determinada região; na realidade, o apelido ainda se faz presente, porém ganha novas interpretações ou formas. Essa mudança, por sua vez, pode ser percebida com as nomeações dos jardinenses **Dedé do Consórcio**, **Corró** e **Motor**, as quais foram se modificando no decorrer de suas vivências.

Diante disso, assim como os nomes civis, os apelidos também estão sujeitos a alterações, visto que trabalhamos com signos ideológicos, os quais acabam por emergir e significar no interior das próprias relações sociais (FARACO, 2009), devendo considerar-se as diversas posições desses indivíduos, tendo em vista que nossa atuação no mundo diz muito sobre quem somos. Assim, mesmo inicialmente sendo reconhecido apenas pelo nome Dedé, ao começar a fazer consórcios, esse jardinense teve seu apelido modificado para **Dedé do Consórcio**, como forma de alusão à própria atuação

profissional no ambiente na época em que foi nomeado, sendo, até hoje, a sua “marca”, conforme pontua o entrevistado.

P – Se eu chegar aqui e falar: ‘Cê sabe quem é Dedé?’

Dedé do Consórcio – Dedé do Consórcio!

P – Ah, então é Dedé do Consórcio?

Dedé do Consórcio – Isso! Porque eu fazia consórcio nas antigas... de eletrodomésticos, essas coisas assim, televisão, geladeira, um bucado de baracafusada, aí o povo colocaram o apelido desde Natal onde eu fazia compra no Armazém Pará, o Armazém São José naquela época, você era muito criança, mas acho que ainda lembra e assim ficou marcado. A marca é Dedé do Consórcio, e o nome é J.J.N.

P – E o Dedé veio de onde, então?

Dedé do Consórcio – Esse Dedé do Consórcio veio pelo fato dos consórcios que eu fazia.

P – E a forma Dedé não tem nem justificativa?

Dedé do Consórcio – Não, Dedé tem, porque J. é sempre... tem o apelido de Dedé, aí sempre teve o apelido de Dedé.

P – Aqui em Jardim o J. geralmente é Dedé?

Dedé do Consórcio – Praticamente quase todos são Dedé, né? É Dedé ou Zé.

[...]

P – Pra vir aí e ter aquela definição: ele não é qualquer Dedé, é esse daqui.

Dedé do Consórcio – Isso! Tem que ter uma justificativa por que é Dedé, o acréscimo.

P – Aí hoje, mesmo o senhor não trabalhando mais com consórcio, ainda ficou...

Dedé do Consórcio – Ficou, ficou marcado. Ficou a marca ‘Dedé do Consórcio’.

Observamos que esse olhar do outro, ao atribuir a construção “do Consórcio” ao apelido inicial, teve impacto em **Dedé do Consórcio** de modo tal que a própria referência inicial ao seu primeiro apelido, como feito na nossa primeira pergunta, foi corrigida: seu apelido não é apenas Dedé, e sim “**Dedé do Consórcio!**”. É importante atentarmos aqui para o fato de que não se mudou a construção inicial de seu apelido – Dedé –, e sim se acrescentou a esta uma nova informação introduzida pela preposição “de”, o que denuncia, em um primeiro momento, um rebaixamento do que vem após Dedé – “do Consórcio” – para tornar esta última construção acessória a um termo mais importante, servindo, então, para adicionar informações culturais ao apelido já existente, como atuação profissional, no caso do entrevistado. Fazer essa delimitação possibilita que se sinta singular frente a tantos Dedés ou Zés da região – como nos comenta: “Praticamente quase todos são Dedé, né? É Dedé ou Zé” –, o que contribui para esse jardinense assumir seu novo apelido como sendo sua marca. Sendo assim, ao

nomearem, nas relações sociais, **Dedé do Consórcio** dessa forma, as pessoas partiram da associação de algum elemento de sua profissão para singularizar aquele Dedé diante de tantos, o que fez com esse jardinense assumisse essa nomeação como sua marca social.

Afirmamos, então, que, embora o acréscimo tenha surgido com a finalidade de delimitar a sua profissão na época, **Dedé do Consórcio** não foi influenciado apenas pelo que seu novo apelido afirmava no plano linguístico, mas por todo o contexto de nomeação. O olhar do outro é importante para ele por poder revelar aspectos antes irreconhecíveis para este, visto que, mesmo tecendo observações sobre si, é na relação com o outro que os consegue identificar. O ato de apelidar não é, pois, um discurso neutro, expressa uma posição avaliativa ao se escolher especificamente determinada nomeação, bem como diz muito ao ser assumida por quem é nomeado: não se trata só de uma pessoa que faz consórcio, “tem que ter uma justificativa por que é Dedé, o acréscimo”, como pontua o próprio entrevistado. **Dedé do Consórcio** carrega consigo uma história de vida marcada em seu nome: é sua trajetória sendo contada em forma de nomeação pelos outros.

P - Aí desde o início o senhor gostou desse nome?

Dedé do Consórcio - Eu não tinha o que fazer, tem que atender a vontade do povo, quem fala contra vontade do povo é contra Deus também.

P - Tem que aceitar o que o povo diz, mesmo num gostando, gostando, vai?

Dedé do Consórcio - Quem gosta ou que não gosta é desde já... ali um chama e segue a sequência e fica marcado.

P - Então hoje você se identifica mais como Dedé?

Dedé do Consórcio - Num é tanto eu que me identifico, é o povo que me identifica como Dedé do Consórcio, mas eu me identifico também, eu aceito sem nenhum problema, normalmente. Se quiserem mudar, criar outro, podem criar, não tem problema.

Percebemos, na fala de **Dedé do Consórcio**, sobretudo quando afirma “é o povo que me identifica como **Dedé do Consórcio**, mas eu me identifico também”, que a alteridade perpassa o ato de apelidar uma vez que este parte do povo jardinense, mas é mediante essa identificação que o sujeito nomeado passa a levantar considerações sobre esse olhar do outro, a ponto de assumir, posteriormente, que é a sua marca, a sua singularização. Isso porque nossa relação com o mundo é atravessada por valores (FARACO, 2009), de modo que o indivíduo a quem o novo nome se refere já é recoberto de qualificações com as quais entram em conflito as que o apelido apresenta,

gerando, no caso de **Dedé do Consórcio**, a opção pela nova forma por ela passar a possuir mais sentido ao referenciar quem ele é atualmente.

Isso, por sua vez, não cancela a possibilidade do surgimento de uma nova nomeação, como esclarece ao comentar: “Se quiserem mudar, criar outro, podem criar, não tem problema”, o que também não quer dizer que ele a assumirá. Trata-se de um processo de tensão de vozes, que pode ou não fazer com que os sujeitos optem pela nova forma ou insistam na antiga, tendo em vista que “as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMAN, 2005, p. 35). Há, inclusive, a contribuição, a partir dessa ótica, para o pensamento de que assumir um apelido não limita o sujeito a só usá-lo em todas as relações. É uma opção dele e dos sujeitos com quem se relaciona escolher a nomeação que denunciará mais quem eles são naquela interação. Assumir um nome como principal “marca”, por um lado, não desmerece as diversas outras singularizações que o sujeito nomeado pode ter a partir de outra nomeação; por outro lado, reforça como aquele sujeito se sente e se vê na região jardinense e como ele é visto.

Além disso, precisamos atentar ao fato de que o próprio ato de apelidar precisa de sua propagação para se fazer constante em Jardim do Seridó, não basta apenas nomear; **Dedé do Consórcio** deixa isso claro ao afirmar: “ali um chama e segue a sequência e fica marcado”. Dessa maneira, é importante a compreensão do que o nome representa para os sujeitos da interação verbal para que possa se tornar uma “marca” para o ser nomeado, visto que a ideia concretizada com o ato de apelidar “só se esclarece para si mesma no processo de seu esclarecimento para o outro. Por isso não há nem pode haver, por assim dizer, um monólogo absoluto, ou seja, não endereçado a ninguém, uma expressão puramente individual de um pensamento para si mesmo” (BAKHTIN, 2016, p. 118).

Partindo disso, não podemos limitar a prática jardinense de (re)nomear seus sujeitos a uma ideia de imutabilidade de sua construção, devemos, na realidade, compreender a importância que o apelido possui para a construção identitária desse sujeito, o que, por sua vez, assume um valor social tão forte em suas relações que se torna um hábito da região, ultrapassando a barreira familiar, atingindo as interações discursivas nos mais distintos espaços e tempos. Dessa forma, o apelido surge em Jardim do Seridó como uma tentativa de singularizar os habitantes da região diante da restrição de seus nomes civis decorrente da própria construção das famílias jardinenses,

não se limitando, contudo, à mesma construção de seu surgimento: a essência do ato de apelidar continua presente – não necessariamente na mesma intensidade, como veremos a seguir com a fala de **Dedé do Consórcio** –, mas o que esse fala sobre os sujeito da interação social, tanto quem nomeia como quem é nomeado, vai sendo (re)significado a cada discurso feito.

P - E na tua família, vocês têm o hábito de apelidar ainda? Vocês colocam apelidos?

Dedé do Consórcio - De vez em quando, aparece um... Sempre vai aparecendo, né? Demora mais hoje, mas sempre aparece, até porque hoje o número de pessoas é bem menos do que antigamente, né? Por exemplo, a minha mãe teve, criou sete filhos... aí os sete filhos dela devem ter dado no máximo doze netos pra ela, então...

P - Fica reduzido...

Dedé do Consórcio - É, reduz... um tem uns, outros só tem um, o que tem mais tem três...

P - O número, então, tá caindo...

Dedé do Consórcio - É, o número é pouco.

O entrevistado mostra como os fatores sociais de cada época influenciam na própria prática de nomear: os componentes de cada família estão diminuindo, de modo que a influência exercida pela época – no que diz respeito à presença de nomes mais populares – e a coincidência dos sobrenomes não causem mais tanto a coincidência de ou semelhança em nomeações civis de sujeitos distintos. Todavia, devemos atentar para o fato de que, mesmo reduzido, o hábito de apelidar ainda é presente, não se tornou uma prática que caiu no esquecimento do povo jardinense. De acordo com **Dedé do Consórcio**, “[o hábito de apelidar] Sempre vai aparecendo, né? Demora mais hoje, mas sempre aparece”. Optar pelo uso de “sempre” denuncia que essa relação entre apelidos e jardinenses faz parte do passado, presente e, possivelmente, futuro da região. Por isso, o entrevistado assume, inclusive, o apelido como sua marca a partir da significação que o povo, no qual ele se insere, dá para essa construção: não é mais só uma nomeação, é a nomeação que o singulariza diante daqueles cidadãos, independentemente do espaço em que se encontre, como podemos verificar com o seguinte trecho

P - Em casa mesmo o pessoal te chama de Dedé?

Dedé do Consórcio - Chama Dedé também.

P - Então, em todos os cantos...

Dedé do Consórcio - Isso! Dedé vem na frente!

P - Dedé vem na frente pra depois vir o J.?

Dedé do Consórcio - É porque eu estou aqui no meu quinto mandato de vereador e desde o início que é Dedé, Dedé do Consórcio.

P - Até como nome político o senhor assumiu...

Dedé do Consórcio - Identificado como Dedé do Consórcio na justiça eleitoral e em tudo!

P - Na justiça, você já se identificou assim por que, se colocar J., talvez o pessoal não associasse?

Dedé do Consórcio - Isso, a minha identificação do meu slogan da campanha... é, tem o nome na folha que a gente preenche, os dados completos, J.J.N., o apelido Dedé do Consórcio e o meu slogan da política toda vida foi assim: 'Fazer o bem sem olhar a quem'. Dependendo da necessidade, é que a gente faz o atendimento, que as pessoas ficam mais felizes.

P - Aí o senhor, então, na política, em tudo, é Dedé do Consórcio?

Dedé do Consórcio - Dedé do Consórcio!

P - Quando vai no banco, quando vai num canto assim que também precisa desse nome, precisa do J., o senhor chega primeiro falando Dedé para depois falar J.?

Dedé do Consórcio - Não, sempre no banco todos me conhecem, aí já sou identificado, Dedé pra aqui, Dedé pra acolá, 'Dedé do Consórcio!'

P - Se precisar ir num cartório também falam 'Dedé'...

Dedé do Consórcio - Todo canto. Aqui, a região de Caicó, Acari, Jardim, Parelhas...

P - E vai pras outras regiões, não é só aqui em Jardim?

Dedé do Consórcio - Isso. Pelos políticos, deputados estaduais, deputados federais, senadores... todo mundo me conhece por Dedé.

P - E você já passou por alguma situação incomum de alguém chamar seu nome e o pessoal ficar assim 'Quem é?'?

Dedé do Consórcio - Não, só chamam Dedé mesmo.

P - Então nunca chegaram e...

Dedé do Consórcio - Tem deles que não sabem nem meu nome, só Dedé.

P - Então nunca chegou num canto que falaram J. e ficou todo mundo 'Quem é J.?', sempre já vai direto em Dedé?

Dedé do Consórcio - Só Dedé, nunca chegou essa pessoa assim num canto diferenciando 'J.J.N.!...' é muito difícil... raramente, eu ouvi uma pessoa assim... num canto estranho.

Dedé do Consórcio ser ainda hoje reconhecido assim, mesmo mudando sua atuação profissional, contribui para que esse jardinense afirme que “Dedé vem na frente” como alusão à preferência por essa nomeação nas mais diversas relações sociais. É importante percebermos, inclusive, que esse apelido ultrapassa o ambiente familiar, a ponto de o reconhecerem desse modo até em espaços onde a formalidade – e a exigência por seu nome civil – tende a prevalecer: “sempre no banco todos me conhecem, aí já sou identificado, Dedé pra aqui, Dedé pra acolá, ‘**Dedé do Consórcio!**’”, de modo que, em “todo canto” e até em outras regiões, seu primeiro nome passe a ser seu próprio apelido, como bem pontua o entrevistado ao fazer referência a municípios outros onde também o reconhecem por essa forma de nomeação, a saber: Caicó, Acari e Parelhas.

Todavia, é necessário que atentemos aos municípios listados onde é reconhecido por seu apelido. **Dedé do Consórcio** assim o é referenciado em espaço interioranos, próximos a Jardim do Seridó, regiões com as quais deve manter um contato direto. E esse contato direto possibilitou que ele também fosse conhecido em Natal dessa forma – uma região litorânea que parece distante da realidade do sertão –, no período em que “fazia consórcio nas antigas... de eletrodomésticos, essas coisas assim, televisão, geladeira, um bucado de baracafusada, aí o povo colocaram o apelido desde Natal onde eu fazia compra no Armazém Pará, o Armazém São José naquela época”, conforme nos comentou. Porém, hoje não o conhecem mais tanto assim em Natal, mas, ainda assim, continuam o conhecendo nas cidades vizinhas a Jardim do Seridó, em razão de o sertanejo ter, em sua constituição, um tipo particular de população (RIBEIRO, 2006), podendo denunciar essas relações atuais que o apelido fez e faz parte da vivência desse povo.

Cabe ressaltarmos, ainda, que essa opção por determinado apelido não desmerece as outras formas de nomeá-lo no espaço sertanejo, elas apenas se tornam menos usuais, aparecendo mais em determinados contextos que lhes necessitam – em razão de o apelido ter um valor social mais significativo para os jardinenses –, tanto que, na folha de dados preenchida pelos candidatos a determinado cargo político, **Dedé do Consórcio** insere seu prenome e sobrenome também. Ao fazer isso, o entrevistado assume uma identidade outra – concretizada pelo preenchimento de seu nome de registro – para se enquadrar naquela situação, o que difere, por sua vez, de suas interações pessoais com os próprios políticos, uma vez que, consoante à fala do próprio entrevistado, “Pelos políticos, deputados estaduais, deputados federais, senadores... todo mundo me conhece por Dedé”, o qual complementa: “Tem deles que não sabem nem meu nome, só Dedé”.

Aqui, também podemos perceber a influência da visibilidade de seu apelido promovida a partir de suas relações políticas em situações (in)formais que ultrapassam o espaço jardinense. No entanto, fica, ainda, restrito a um número de pessoas com quem tem contato, no caso, os políticos com quem interage, em virtude de esse hábito ser estranho para esse outro que se situa fora de Jardim do Seridó. Em contrapartida, ao situá-lo nesse município, torna-se estranho aos jardinenses conhecê-lo por seu nome civil, visto que começam a identificá-lo apenas por seu apelido. Assim sendo, por mais que seja claro, para esse jardinense, que a forma Dedé é uma modificação em seu prenome, visto que, nas próprias palavras do entrevistado, “J. é sempre... tem o apelido

de Dedé”, muitos ainda desconhecem a possibilidade de qual seja seu nome civil, por fazer essa associação direta entre o apelido e o sujeito nomeado. Saber que é “só Dedé” e assim reconhecer **Dedé do Consórcio** contribuem ainda mais para que ocorra o estranhamento – inclusive neste jardinense – quando o nomeiam de acordo com o seu nome de registro no município: “Só Dedé, nunca chegou essa pessoa assim num canto diferenciando ‘J.J.N.’... é muito difícil... raramente, eu ouvi uma pessoa assim... num canto estranho.”. E seria, então, a adjetivação “estranho” uma possível alusão à formalidade com a qual não está habituado, visto que seu apelido já invadiu os espaços formais de Jardim do Seridó e rompeu as barreiras existentes.

Observamos, pois, que a nomeação do entrevistado em questão foi mudada a partir de sua posição e atuação social assumida, fazendo Dedé não ser mais visto assim, e sim reconhecido como **Dedé do Consórcio**; todavia, o ato de apelidar se manteve, fazendo-se presente até os dias de hoje. Logo, isso contribuiu para que esse sujeito, mesmo se (re)modelando com a e na sociedade, não deixe de assumir apelido(s) que se torna(m) tão seu diante por reafirmar suas identidades no espaço jardinense: o(s) apelido(s) denuncia(m) quem ele é, materializando sua história de vida, como bem pontua **Motor**, cujo apelido é o mesmo de seu pai, mas tem uma motivação completamente diferente:

Motor - [...] Agora foi uma coisa interessante porque eu... esse apelido de Motor era do meu pai, sabe?

P - Seu pai que tinha esse apelido?

Motor - Era. Meu pai tinha esse apelido por causa que ele trabalhava em padaria, aí ele puxou um cilindro, quando ele puxou, derrubou o dono da padaria, ‘Esse caba é um motor’, aí ficou, sabe? Aí ficou como Motor, aí eu vim aqui pra... pra trabalhar aqui em Jardim, morar em Jardim, aí eu trabalhava mais Chico Malagueta, aí Chico Malagueta disse: ‘Como é seu... seu apelido?’, aí eu disse: ‘Rapaz, tô feito motor!’, aí ele disse: ‘Você é Motor de Jardim’, aí todo mundo que ia fazer a feira, aí Chico dizia: ‘Motor vai levar’, ‘Motor vai levar’, aí ficou Motor, né?

Enquanto seu pai teve como motivação um acidente que causou no trabalho, percebemos que **Motor** ganhou esse apelido com base em uma adjetivação que fez durante sua apresentação no ambiente de trabalho. Vale pontuar, neste último caso, que a própria motivação para o surgimento de **Motor** está atrelada à pergunta de Chico Malagueta, o qual, por sua vez, já mostra como o apelido é uma prática constante em Jardim do Seridó, por não optar pela pergunta usual: “Qual é o seu nome?”, e sim questionar: “Qual é o seu apelido?”. **Motor** se adjetivar assim durante esse

questionamento induziu o seu chefe a supor isso como motivação; no caso, para Chico Malagueta, talvez nada fosse melhor do que singularizar aquele sujeito pela forma como ele mesmo se definiu, resultando, assim, no seu reconhecimento como **Motor**, como pontua esse jardinense ao comentar a postura do chefe: “‘Você é **Motor** de Jardim’, aí todo mundo que ia fazer a feira, aí Chico dizia: ‘**Motor** vai levar’, ‘Motor vai levar’, aí ficou Motor, né?’”.

Vemos, a partir disso, como foi pontuado anteriormente por uma fala de **Dedé do Consórcio**, a interferência exercida pelo povo na propagação dessa prática: o ato de apelidar se tornou constituinte dos jardinenses e, conseqüentemente, de Jardim do Seridó a partir de sua constância nas relações sociais de seus sujeitos, sem, entretanto, haver a padronização nessa forma de nomeação. Em conformidade com o desenvolvido por Albuquerque (2011), ao assumirmos que é uma prática pertencente à região, consideramos que, para assim o fazer, foi preciso identificá-la como constituinte de enunciados que se repetem, de certo modo, regularmente – no caso, a concretização do hábito de apelidar – em não só distintos discursos como diferentes épocas, mas nunca tornando homogêneas as suas significações – todo apelido possui significados específicos para os sujeitos da interação verbal.

Logo, observamos que esses sujeitos, ainda que com mesma nomeação, têm histórias de vida diferentes contadas a partir dela, ainda que haja, de certo modo, uma semelhança com o que ocorre com a questão do nome registrado no cartório. No entanto, este registro fala mais sobre quem nomeia e pouco sobre quem é nomeado, visto que a criança assume uma relação com seu prenome considerando-o como já dado, em virtude de essa nomeação surgir com o objetivo principal de tornar o indivíduo um cidadão para o Estado e a sociedade (GUIMARÃES, 2002), revelando pouco sobre quem é esse sujeito para ele mesmo, de modo a geralmente apenas aceitar como sendo sua nomeação – e em alguns casos, até mesmo recusar esse nome, como vimos com **Joaninha**.

Por isso, o apelido, mesmo tendo uma construção semelhante – ou igual, como no caso de **Motor** e seu pai –, ainda consegue tão bem singularizar esses sujeitos: são olhares diferentes, significados específicos. **Motor** tem a compreensão de que, no espaço jardinense, aquela nomeação o singulariza, mas não desmerece que o seu pai também possa se identificar, de modo diferente, com a mesma construção em diversos contextos de sua realidade, por este ter internalizado como seu nome essa construção:

P - É o mesmo nome...

Motor - E o mesmo apelido! Aí agora nesses dias ele faleceu, aí ele ficou... aí ficou só Motor eu.

P - Só você que é o Motor de Jardim, mas, quando falava o Motor de Jardim, o pessoal também associava a ele ou era mais você mesmo?

Motor - Era mais eu em Jardim, mas, quando ele vinha aqui, aí o povo dizia: 'Motor!', aí ele pensava que era ele e ficava contente, né?

P - Aí fazia a associação achando que era ele, né?

Motor - Era... era ele. Aí eu ia mais ele, aí dizia: 'Motor!', ele dizia: 'Tudo bem?', aí deixe que era comigo que o povo dizia, porque todo mundo só me chama aqui em Jardim de Motor.

Motor não interfere na associação feita por seu pai, deixando-o responder, inclusive, à pessoa que enunciou seu apelido; porém, na sua mente, ele compreende quem era o sujeito nomeado. Embora não seja chamado por “**Motor de Jardim**”, os indivíduos dessa região, bem como o entrevistado, reconhecem quem é esse **Motor** de quem se fala. O nome deixa de ser apenas mais uma forma e passa a ser a nomeação: é o meio visto pelos jardineses para singularizar seus habitantes. No município em questão, **Motor** não se trata do objeto mecânico de conversão de energias, tanto que podemos perceber o próprio uso da maiúscula: é um nome próprio por singularizar alguém. Dizemos, pois, que o apelido não fica restrito à descrição do mundo, na realidade, ele apresenta diversas interpretações desse mundo e dos sujeitos que neles habitam (FARACO, 2009).

Por isso, é importante atentarmos para o fato de que, assim como **Motor** entende que, em Jardim do Seridó, ele dessa forma é identificado – visto que todo o mundo só o chama assim na região –, compreende que, ao ir para Parelhas, isso pode mudar, pois sua identidade também sofrerá interferência desse espaço: o papel do sujeito nas suas interações sociais tende a se alterar.

P - E você tinha um apelido antes de Motor?

Motor - Era Totô... Totô do outro lado do rio.

P - Era Totô por quê?

Motor - Era porque botaram... foi, foi... botaram o apelido lá de Totô... o povo de casa mesmo.

P - O povo de casa botou era porque era A...

Motor - Era A., aí Totô dava certo com A.

[...]

P - Então em tudo que é canto...

Motor - Em tudo que é canto é Motor. É o apelido, né?

P - Coloca Motor... E na comunidade o pessoal sabe que seu nome é A.?

Motor - Sabe... sabe na comunidade que eu nasci do bairro de São Sebastião, muita gente sabe, mas... pouca gente que chama Motor lá... no bairro.

P - Lá chama mais de A.?
Motor - Lá chama mais de Totô.
P - De Totô...
Motor - É, porque Totô era eu conhecido lá.
P - Então Totô é mais dessa região...
Motor - É, lá do outro lado... de Parelhas.
P - De Parelhas onde você nasceu... e aqui em Jardim...
Motor - Aqui em Jardim é Motor!

No ambiente familiar, em Parelhas, surgiu o apelido Totô, sendo adotado, posteriormente, pela comunidade como representação desse sujeito, possibilitando identificar que essa nomeação reflete um cronotopo, isto é, um tempo e um espaço outro distinto da realidade jardinense, o que reforça a existência de motivações diferentes para as próprias nomeações. Assim, com uma motivação distinta da posterior nomeação que **Motor** assumirá como a sua marca representativa no contexto jardinense – já que a forma Totô surgiu de uma alteração em seu prenome –, as duas formas de apelidar atribuídas a ele se tornaram válidas, tanto que o entrevistado reconhece que “Totô é mais dessa região... [...] de Parelhas. [...] Aqui em Jardim é **Motor**”. Isso contribui para a compreensão de que todo meio de representação deve estar relacionado ao seu objeto em espaços e tempos específicos (HALL, 2011), assumindo que apelidar constitui uma prática histórica situada. Por isso, não podemos reduzir a relação criada entre o apelido e o sujeito nomeado a um campo semântico: o nome fala muito de todos no processo de nomeação. **Motor** reconhece que Totô é algo mais familiar, do seu período de infância, mas entende que o apelido com o qual se identifica agora diz mais sobre quem ele é no contexto em que se encontra: residente em Jardim do Seridó, **Motor** assim ficou conhecido e assim se reconheceu.

Ademais, essa forma de nomeação traz diversos significados que as outras duas formas – a saber: Totô e seu prenome – não permitiam tanto: além de ser identificado e singularizado no meio em que se encontra, é uma maneira que encontrou para homenagear o seu pai.

P - O povo de casa botou era porque era A...
Motor - Era A., aí Totô dava certo com A.
P - Ah, aí pegaram... Quando você veio pra cá, você disse que era Totô, filho de Motor, aí fizeram...
Motor - Aí fizeram... aí... aí a coincidência, o nome do meu pai também é A.C.N., né?
[...]
Motor - É, porque eu gosto, né, do meu apelido... eu amo!
P - Você ama seu apelido?
Motor - Amo!

P - Você se identifica muito com ele?

Motor - Eu amo, amo tanto também porque era o apelido do meu pai, né? Aí eu... eu faço homenagem. Era o apelido e o nome dele é o meu, aí pronto, aí eu...

P - É uma forma de homenagear, né?

Motor - É... deu tudo certo!

Interessa-nos esclarecer que, mesmo com os registros civis semelhantes – ocorre, no registro do entrevistado, somente o acréscimo da seguinte construção de terceira classe: “Filho” –, a maneira como fala da coincidência desses nomes e do apelido é diferente. Esta nomeação é vista por **Motor** como uma forma de homenagear seu pai de modo que a memória que tem dele faz com que se acrescente mais uma motivação ao fator inicial de seu emprego. Ele não só ama o apelido por singularizar quem é como também por herdar uma construção tão especial de seu pai; afinal, o apelido reflete e refrata muito quem esses sujeitos são. Além de herdar seu nome – que, todavia, poderia coincidir com o de desconhecidos –, foi com apelido que conseguiu ter a certeza de que “deu tudo certo” em suas singularizações. Isso porque essa forma de nomeação, mesmo com construção igual, torna-se diferente em sua simbologia, tornando-se um elemento identitário de distintos sujeitos por surgir de uma relação dialógica entre o eu e o outro, constituindo um ato interessado, com autoria, consciência, personalidade (BAKHTIN, 2017).

O apelido com o qual se identifica hoje ganha tanta importância para **Motor** que, ao ser questionado sobre a relação que tem com ele, o entrevistado faz questão de pontuar que não gosta do apelido, e sim o *ama*, como percebemos no desenvolvimento de sua fala quando reformula seu raciocínio para reafirmar o sentimento pelo apelido: “É, porque eu gosto, né, do meu apelido... *eu amo!*” (grifo nosso). Porém, devemos lembrar também que, mesmo amando e se identificando mais, o jardinense não esquece o significado de suas outras nomeações: quando vai a Parelhas, entende que lá é mais reconhecido por Totô; quando solicitado em contextos formais, reconhece a necessidade de se reconhecer por seu prenome. Isso, por sua vez, pode ser justificado pelo fato de que vivemos em um mundo fluido, cuja heterogeneidade das relações permitem múltiplas identidades; logo, “comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado” (BAUMAN, 2005, p. 57), visto que sempre estamos lidando com distintos sujeitos, em diferentes espaços e tempos. Por isso, ainda que **Motor** cogitasse a

substituição de seu registro civil por seu apelido, se o contexto exigir formalidade, ele assumirá seu primeiro nome.

Motor - Aí pronto, aí ficou assim, aí eu acho bom porque planejo documento hoje em dia... hoje em dia aqui na empresa, aí botou... como é de gaiatice, botou 'Vucovuco do Motor', aí o nome do empresário é A.C.N.

P - Aí ninguém... aí não tem associação direta com Motor...

Motor - Tem não...

P - Aí a pessoa tem que vir em Jardim pra saber...

Motor - É, mas tem que dizer o Motor, né? Porque o Vucovuco é do Motor... aí vem com o nome do empresário, que A.C.

P - A. só veio porque precisou colocar, mas, se pudesse colocar Motor, você colocaria... como empresário?

Motor - Colocaria...

Dono da loja “Vucovuco³⁶ do **Motor**”, o jardinense ousou, considerando a informalidade, na nomeação trazendo um toque de humor juntamente ao seu apelido ao mesmo tempo que, no momento de assinar os papéis, assumiu uma postura mais formal. Há, portanto, a distinção perceptível nisso a partir do emprego de “gaiatice” para referenciar a brincadeira com seu apelido e de “nome de empresário” para apontar a postura de seriedade que deve assumir. **Motor** é um termo social, do seu cotidiano, mas o entrevistado compreende que não pode ser identificado sempre; no papel de empresário, quem surge é A.C.N. Contudo, observamos que, se fosse possível, ele mudaria a nomeação e assinaria, como empresário, também o nome **Motor**.

Ressaltamos, de antemão, que não se trata de sempre ter uma só identidade ao adotar um apelido e optar por usá-lo em todas as situações; na realidade, quando questionado sobre a opção por seu nome de registro ou o apelido, percebemos o desejo, presente na sua fala, de adotar seu apelido até em situações que exigem obrigatoriamente o registro civil. Percebemos que, para **Motor**, poder ser reconhecido, inclusive em situações extremamente formais, é dizer quem ele é em suas múltiplas identidades: de empresário a participante dos Negros do Rosário³⁷ da região, com a qual

³⁶ Regionalismo usado comumente no Seridó potiguar para referenciar lojas de móveis e eletroeletrônicos utilizados.

³⁷ Os Negros do Rosário são formados “por dois grupos de negros que se auto-identificam como os negros de Jardim e os negros de Boa Vista. Os grupos são definidos por seu pertencimento a uma localidade, Jardim do Seridó, cidade sede da irmandade, e Boa Vista, comunidade quilombola que solicitou a regularização de seu território e que pertence ao município vizinho de Jardim do Seridó, Parelhas (RN)” (SILVA, 2012, p. 13-14). Embora Motor tenha nascido em Parelhas, ele faz parte da Irmandade do Rosário que está situada em Jardim do Seridó. Além disso, ainda de acordo com Silva (2012, p. 13), “As irmandades de negros ficaram conhecidas no Brasil por realizarem festas, fazendo

se apresenta em várias regiões. Não há, pois, duas pessoas no contexto jardinense: **Motor** e A.C.N. Isso porque, conforme dito por ele, seu apelido é tão forte que alcançou o Brasil inteiro.

P - Então você já é muito conhecido até nos próprios Negros do Rosário...

Motor - É conhecido em todo canto. Negro do Rosário... Parelha o povo já me chama Motor também.

P - Parelhas já tá até chamando de Motor? Que era Totô e já tá...

Motor - É, é... era Totô e aí já tá Motor. Aí Motor, pronto!

P - Já pegou!

Motor - É, tá pegando

P - Até Natal já tá pegando Motor!

Motor - Já! Em Natal, todo mundo diz: 'Ei, Motor! É de Jardim, rapaz! Eu conheço Motor'.

[...]

P - Em todos os cantos?

Motor - Em todos os cantos. Na Pastoral... em todo, em todo... [...]

[...]

P - Então, tanto pode chamar como Totô, como Motor...

É, pode chamar os três que eu respondo todos três que é o nome, os dois apelidos, né?

P - Mas o que você se apresenta mais é Motor?

É, o que o pessoal conhece mais é Motor. Aí pronto, aí surgiu em todo Brasil, é Motor...

Observamos que, mesmo havendo essas três possibilidades de nomeações para o entrevistado, a forma **Motor** ganhou tanta força nas relações sociais que chegou, no final da entrevista, a comentar que, até em ambientes nos quais já havia nos falado que era mais reconhecido por outra forma – a saber: Totô, em Parelhas –, este nome estava perdendo lugar para seu atual apelido. De acordo com Volóchinov (2018, p. 106), “na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social”, e isso está perceptível quando **Motor** começa a ser conhecido por este apelido até “do outro lado do rio”. Essa mudança da construção inicial – Totô – mostra que, realmente, **Motor** começou em Jardim do Seridó, mas “surgiu em todo Brasil”.

Assim como **Motor** e **Dedé do Consórcio**, **Corró** teve um apelido anterior a sua forma de nomeação atual, porém, neste caso, com uma construção mais próxima entre esses nomes, visto que se modificou, por questões sonoras, o vocábulo Rorró para **Corró**, conforme identificado pelo jardinense: “Meu nome é R., aí o pessoal lá de casa

dessa tarefa uma de suas principais atividades”, o que pode ter incentivado Motor a afirmar que seu apelido “surgiu em todo o Brasil”, conforme observamos no fragmento do diálogo em análise.

chamava ‘Rorró’, aí foi... eu morava lá no Alto das Dunas, quando eu vim pra aqui pra cidade, ‘Rorró’, ‘Rorró’, aí começaram a chamar ‘**Corró**’, ‘**Corró**...’. Mesmo ocorrendo, de início, apenas alterações fonéticas, isso contribuiu para a sobreposição desse novo apelido em relação à primeira forma, diante, inclusive, da recorrência de sua fala no contexto jardinense. Dessa maneira, o apelido **Corró** passou a representar o sujeito nomeado no contexto jardinense a ponto de se tornarem poucos aqueles que, nessa região, lembram sua antiga marca, como ele mesmo nos conta: “Hoje em dia só é **Corró**, Rorró são pouquíssimas pessoas, os mais antigos... umas dezenzinhas...”. E essa forma mais recente de nomeá-lo fez com que o próprio sujeito passasse a assim também se identificar, considerando o espaço de sua fala.

P - Você se identifica mais como R. ou Corró? Tipo, quando você se apresenta, você fala qual?

Corró - Se for aqui em Jardim, que todo mundo me conhece... É, ‘quem tá falando no telefone?’, aí eu digo ‘Corró’. Eu não me identifico, não... só se for sair de Jardim ou chega outra pessoa aqui pra perguntar meu nome, aí eu digo ‘R., mas todo mundo me conhece aqui por Corró. Se você perguntar por R., só conhece por Corró’.

Percebemos, com o trecho em questão, que há a ênfase do espaço e da prática dos sujeitos que nele habitam como fator influente na adoção do apelido, tendo em vista que, por assim ser conhecido na região, o entrevistado também passa a se reconhecer compreendendo que, como sujeito jardinense, ele é **Corró**. Existe, portanto, a forte influencia do olhar do outro na representação desse jardinense, tendo em vista que aquele não está externo a este, e sim o constitui (BAKHTIN, 2011): “Se for aqui em Jardim, que todo mundo me conhece... [...] aí eu digo ‘**Corró**’”. E isso, por sua vez, confirma como a adoção de apelidos em Jardim do Seridó reflete uma demanda social da região, já que – considerando que se tornou uma forma de singularizar seus sujeitos – criou-se o hábito de nomeá-los, de modo que, como perceptível na fala de **Corró**, embora explicitado seu prenome, é essencial o esclarecimento do apelido em virtude de todo mundo o identificar assim. Por conseguinte, isso contribuiu para que haja o estranhamento das pessoas quando descobrem que o prenome em questão se refere a **Corró**.

Corró - Mas muita gente... ‘R. é você, Corró?’, aí eu digo: ‘É, é’.

P - Ainda tem a dúvida se R. é você?

Corró - ‘R. é seu nome?’, ‘É.’, ‘Hum, que estranho!’.

P - Ainda vem o estranhamento de quem tá perguntando? Porque ‘Corró’ tá tão... há tanto tempo...

Corró - É. Às vezes chega a pessoa aqui, aí ‘Corró... isso é você?’, aí eu digo ‘É’.

[O entrevistado aponta para o certificado que recebeu]

P - Do certificado? Tipo, ‘De quem é esse certificado?’...

Corró – ‘Seu nome é esse?’, aí eu digo ‘É’.

Há uma associação tão forte entre a construção **Corró** e o sujeito que representa em Jardim do Seridó que se torna possível, para os indivíduos da região com quem se relaciona e que desconhecem seu prenome, ser o apelido constituinte de seu nome civil, já que esta forma de nomeação não é somente uma parte da realidade dos jardinenses, ela reflete e refrata o olhar desses sujeitos no ato de se nomear (VOLÓCHINOV, 2018), dizendo muito sobre quem nomeia e quem é nomeado. A partir disso, o fato de causar estranhamento, em alguns casos, quando revelado o prenome – mesmo que sejam construções nominais mais padrões –, denuncia como o apelido tem se tornado mais simbólico e representativo do sujeito nomeado. Como apontado por **Corró** ao afirmar: “‘R. é seu nome?’, ‘É.’, ‘Hum, que estranho!’”, alguns jardinenses – estando entre eles o próprio sujeito nomeado – internalizam o apelido como a marca de alguém, de maneira que se torna mais aceitável este nome – ainda que a construção seja atípica, como temos com **Corró** e **Tilau** – do que o civil em razão da associação feita entre o sujeito nomeado e a nomeação.

Corró, sendo assim, não é só mais um nome próprio no espaço jardinense; ele ganha, na realidade, significações para os sujeitos desse ambiente por possibilitar que o entrevistado se sinta pertencente a Jardim do Seridó e seja singularizado nesse município – já que esse apelido surgiu também com a mudança espacial. Isso pode ser justificado em virtude de a capacidade referencial do nome resultar do seu sentido criado a partir do funcionamento que possui no acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002). Ou seja, ao começar a representar o entrevistado a fim de o singularizar naquele espaço, o apelido assume um valor social de modo tal que passa a falar sobre e com o sujeito nomeado e, por isso, em alguns casos – como ocorre com **Corró** –, não será necessariamente o que motivou a sua criação o principal fator para sua adoção, e sim o que essa adoção diz sobre os sujeitos da comunicação.

P - E você sabe a história desses apelidos? Do Nego Aldo, você...

Corró - Não, não sei... Vai chamando e a gente fica chamando e fica vendo quem chama uns e os outros e só conhece pelos apelidos mesmo.

P - Mesmo sem saber a história...

Corró - Sem saber por que tem esse apelido... a gente chama mesmo sem saber. Eu mesmo, se forem me chamar aqui pelo nome, poucas pessoas sabem. Tem gente que chega aqui na porta e diz 'Ei, quem é R.?', aí dizem 'Rapaz, tem esse nesse setor não', 'Ele é aqui do mercado', 'Não, tem esse R. não, tem todo mundo aqui... eu conheço todo mundo, mas não tem esse R.'

P - Aí quando vão apresentar, apresentam logo com o apelido... sem nem saber o nome?

Corró - É, apelido, é. Qualquer pessoa que chegar, em qualquer bairro de Jardim, você perguntando 'Quem é Corró?', todo mundo sabe.

Como percebemos na fala de **Corró** – ao questionarmos se seria possível nos listar alguns jardinenses da região que são reconhecidos por apelidos e nos dizer o motivo dessa nomeação –, há certa dificuldade em apontar o porquê de alguém receber determinado apelido, porém há uma forte tendência em propagá-lo: não se trata do que o nome diz semanticamente, mas de quem ele representa. Isso porque, em conformidade com Bakhtin (2017, p. 87), é importante o estabelecimento de “um vínculo essencial entre o conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa”, fazendo com que o ato de nomear não seja indiferente no processo de interação verbal, revelando visões sobre esses sujeitos. Logo, a perpetuação nas mais diversas interações sociais faz com que o apelido se (re)signifique para os sujeitos – tanto que nomeiam quanto que é nomeado – de forma a possibilitar que haja a concretização da representação deste no espaço onde se insere em razão de o apelido se tornar a sua marca. Assim, observamos que, em Jardim do Seridó, apelidar não é apenas dar o nome a alguém, é singularizar de modo que essa construção passe a ser ressignificada naquele meio, possuindo, pois, valor social para os jardinenses.

Com base nisso, **Corró**, ao comentar “a gente chama sem saber”, mostra que, na realidade, não necessariamente eles sabem o motivo, mas reconhecem muito bem de quem se trata: o que importa realmente é o que o apelido representa, não estando limitado à motivação inicial, e sim focando no que ele fala sobre o sujeito nomeado nas suas relações. E isso ocorre com o próprio entrevistado: o nome **Corró** representa um indivíduo jardinense ao passo que o singulariza, assim, todo mundo compreende quem é **Corró** – mesmo não tendo ciência do que motivou a criação desse nome; isso, todavia, não ocorreria se fosse representado por “R.”, tendo em vista que, em razão da constância de determinados nomes escolhidos como prenomes, ele seria mais um “R.” naquele espaço. Neste caso, com o intuito de evitar isso, há a necessidade de um

acréscimo de uma informação a esse prenome ou, até mesmo, de outra construção – como ocorreu com o surgimento de Rorró – para o singularizar dentre tantos.

Portanto, não é apenas o motivo da nomeação em si que faz com que o sujeito adote um apelido como seu – tanto que o que este nome diz sobre quem nomeia, quem é nomeado e quem o propaga pode variar muito por serem pessoas distintas com diversas óticas do mundo –, vai além: são as significações que ele possibilita nas diversas relações que estimula o sujeito a se reconhecer e a ser reconhecido assim. Diante disso, o apelido passa a ser valorado “somente no intercâmbio comunicativo social vivo, na enunciação real, que pode ser compreendida e avaliada não somente pelo falante mas também pelo seu auditório, seja este potencial ou realmente existente” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 196). Ao **Corró** assumir essa nomeação como sua, ainda que já tenha um apelido – Rorró –, compreende que, em Jardim do Seridó, essa se tornou a sua identidade; ou seja, há um sentimento de pertencimento a essa região porque assim o sente quando compreende seu papel social como o jardinese **Corró**. Isso fica claro quando o entrevistado supõe uma situação em que o procuram por seu prenome: “eu conheço todo mundo, mas não tem esse R.” e complementa: “Qualquer pessoa que chegar, em qualquer bairro de Jardim, você perguntando ‘Quem é **Corró**?’, todo mundo sabe.”

Além disso, precisamos esclarecer que, mesmo sendo a forma representativa desse sujeito naquele espaço, as situações de comunicação são fatores influentes na própria adoção da nomeação. Na entrevista em questão, o contexto escolar surge como um espaço formal que exige a representação do alunado pelos prenomes – isso se evidencia, por exemplo, na prática da chamada em que se confere a presença do aluno a partir da resposta ao chamamento de seu nome civil –, mesmo em uma região em que o hábito de apelidar seja presente, o que, por sua vez, também não impede que, nesse espaço, o apelido surja, como podemos perceber nos trechos a seguir.

P - E se perguntar R.?

Corró - Pouquíssimas pessoas sabem. Sabe quem estudou comigo, quem conviveu comigo desde criança, que nas escolas divulga o nome, não divulga o apelido.

[...]

P - Se painho chegasse aqui ‘R.’, você já estranhava?

Corró - Eu já estranhava Beethovem me chamar de R., porque ele nunca me chamou, nem quando a gente estudou, que a gente estudou o segundo grau todinho. [...]

Como já pontuado por **Joaninha** e presente também na fala de **Corró**, embora haja a divulgação do nome civil desses sujeitos no ambiente escolar, as pessoas começam a – depois de determinado período – chamá-los por seus apelidos de modo que haja a preferência por essa nomeação. Isso está perceptível quando **Corró** aponta que seu amigo de infância, mesmo sabendo seu prenome, não o nomeava assim: “ele nunca me chamou [de R.], nem quando a gente estudou, que a gente estudou o segundo grau todinho”. Essa opção frente a uma nomeação que geralmente se faz presente em situações formais confirma o valor social que o apelido tem para esses sujeitos: este nome representa quem a pessoa nomeada é naquele meio e nada mais coerente, sob a ótica desses sujeitos, do que reconhecê-la assim na instituição escolar – ainda que esta instituição preze o nome civil.

A partir disso, tamanha formalidade vai ficando restrita a situações que envolvam, por exemplo, a assinatura em documentações, como pontua **Corró** ao assumir que, nessas situações, identifica-se por seu prenome: “assim, quando é um negócio mais de documento, eu me identifico como R. mesmo...”. O entrevistado também ressalta que, a depender de quem o nomeia – mesmo sendo em raríssimos casos –, pode ser induzido a se assumir como R., embora esteja em Jardim do Seridó. No entanto, é importante esclarecermos que isso não é recorrente, de maneira que, como enfatiza **Corró**, “pouquíssimas pessoas chamam de R., bem pouquinha...”.

P - Aí você acabou se identificando, então?

Corró - Sou identificado por isso, ninguém sabe o meu nome mesmo não, poucas pessoas...

P - E aí se alguém chamar R., você mesmo estranha?

Corró - Às vezes eu olho quem é a pessoa que chama. Por exemplo, o pessoal... Nalva, minha esposa, chama de R., nunca me chamou pelo apelido, desde o namoro mesmo... Mas pouquíssimas pessoas chamam de R., bem pouquinha...

[...]

P - Então, se chegar uma pessoa aqui que te chama sempre por Corró e falar ‘R.’, você vai ficar...

Corró - Bem pouquinhas pessoas, assim... se for outra pessoa assim que não seja do meu convívio, aí eu sei que é porque ensinaram assim.

[...]

P - Chamam mais pelo nome... Por isso não causa tanto estranhamento quando você tá em casa? Mas aí se você tá aqui no meio da rua e alguém chama, você já fica...

Corró - Já olho quem é.

P - Já olha assim estranho...

Corró - Olho se é comigo mesmo ou se tem algum R. aqui.

P - Se tem um outro pra ter certeza. Então até o lugar que você tá já denuncia muito...

Corró - É... influencia.

A partir da fala de **Corró**, analisamos que, a depender do tempo e do espaço, bem como do sujeito com quem se relaciona, a própria nomeação com a qual se identifica pode sofrer interferência, tendo em vista que, consoante a Bakhtin (2018, p. 227), “o próprio cronotopo fornece um terreno importante para a exibição-representação dos acontecimentos. E isso se deve justamente a uma condensação espacial e à concretização dos sinais do tempo [...] em determinados trechos do espaço”. Desse modo, é justificável, mesmo persistindo a preferência por seu apelido, a existência de pessoas em seu convívio social – embora sejam poucas – que ainda optam por chamá-lo por seu prenome. Por isso, é necessário compreendermos a resposta desse sujeito a essas situações por ela poder se dar na forma de aceitação ou estranhamento do vocativo que se refere a seu prenome, uma vez que, considerando-se que a nomeação é subjetivada no ato de compreensão responsiva, o atendimento ou não a esse chamamento assume a forma de réplica responsiva (VOLÓCHINOV, 2018). Logo, é compreensível, quando escuta seu prenome como um possível vocativo, tanto o estranhamento no entrevistado quanto o atendimento ao chamamento, embora saiba que naquele município se torna **Corró**; por isso, há a cautela desse jardinense ao demarcar, em sua fala, que nem sempre ele atende ao prenome: “Às vezes eu olho quem é a pessoa que chama”. Observamos, inclusive, que, quando exemplifica situações de seu convívio, o entrevistado cita sua esposa, todavia, logo após, insere uma adversativa (marcada pelo conectivo “mas”), permitindo-nos inferir que realmente são situações vistas como exceção por ele.

Tendo em vista essa interpretação como sendo casos raros, compreendemos, então, que geralmente o chamamento por seu prenome tende a ocorrer em situações nas quais quem nomeia está fora do seu círculo pessoal, isto é, não faz parte de sua convivência. Para tanto, averiguamos isso na fala do entrevistado ao afirmar: “se for outra pessoa assim que não seja do meu convívio, aí eu sei que é porque ensinaram assim”. É importante, sobretudo, que atentemos à justificativa dada por ele: considerando que, em Jardim do Seridó, quase todas as pessoas o identificam por seu apelido – a ponto de, em diversos casos, não saberem seu prenome –, assumir que alguém vai aprender a chamá-lo por esta nomeação sinaliza que isso ocorrerá em um espaço outro que não esse município, salvo as exceções que pontuou, como sua esposa.

É possível, pois, ter essa interpretação ao averiguarmos, não só com a fala de **Corró** como de **Motor** e **Dedé do Consórcio**, que o apelido é uma prática do povo

jardinense, de modo a fazer parte da sua cultura. Partindo disso, esses sujeitos, como habitantes de Jardim do Seridó, são representados por seus apelidos, bem como perpetuam o ato de apelidar na região, de modo a se tornar um aspecto cultural de seus habitantes. Diante disso, mesmo havendo redução, atualmente, no surgimento de novas nomeações nesse espaço – conforme pontuou **Dedé do Consórcio** como um dos fatores para isso a própria diminuição no número de filhos –, o hábito de apelidar não acaba, mas se remodela às demandas sociais e, por isso, os diversos nomes próprios de cada sujeito vão também se adaptando a isso, podendo resultar, inclusive, no surgimento de um apelido frente a outro por influência do papel social que o sujeito nomeado desempenha em Jardim do Seridó, a ponto de o novo nome passar a significar mais para este indivíduo, como pudemos observar com os entrevistados desta categoria.

6.3 “SEMPRE EU FALO DO MEU NOME”: A BALANÇA ENTRE O NOME CIVIL E O APELIDO

Nesta última categoria, analisamos os entrevistados que se identificam tanto por seu nome civil quanto por seu(s) apelido(s) em Jardim do Seridó, sendo, na realidade, uma opção dos habitantes o chamarem por esta última forma de nomeação. Para tanto, esclarecemos, de antemão, que optamos por enquadrar Jaiminho nesta categoria – mesmo apresentando dois apelidos – por ele não só atender a todas suas nomeações como também se identificar assim, de modo a não haver, para ele, uma preferência para ser reconhecido no espaço jardinense; na realidade, a sociedade é que vai ter uma preferência. Assim como **Jaiminho**, **Neném** também atende a todas as suas nomeações, havendo, nesta categoria, um foco maior na influência que a sociedade apresenta na propagação de seus apelidos, contribuindo para que também se reconheçam por seu apelido, ainda que, inicialmente, prefiram perpetuar seu prenome.

Neném – É porque é tão interessante o nome... o nome é um nome usado, um nome tão bonito, muitas vezes, né? E as pessoas tiram a essência do nome e dão um apelido, que tem pessoas que nem gostam do próprio apelido.

P – Sim... que aí não se identificam, né?

Neném – É!

P – É como se o nome nesse caso, você se sentisse mais próxima dele do que o apelido?

Neném – Com certeza!

P – Mas e o seu nome? Você, pelo visto, desde o início...

Neném – Não... o meu é Neném e vai ser Neném sempre. Eu nem me preocupo.

P – Mas aí você tanto se identifica com o apelido quanto com o seu nome V.?

Neném – É!

P – Mas você gosta mais...

Neném – Eu amo os dois. Tenho problema com nenhum deles.

É interessante, no trecho em questão, atentarmos à primeira fala de **Neném** por ela apresentar, de certo modo, uma preferência pelo nome civil, a qual, por sua vez, vai ser retificada com seu último comentário. A entrevistada começa não compreendendo muito bem o motivo de as pessoas apelidarem, visto que “tem pessoas que nem gostam do próprio apelido” e o nome registrado, por sua vez, é “um nome tão bonito, *muitas vezes*” (grifo nosso), de modo que, para ela, apelidar seria tirar a essência desta nomeação. Contudo, precisamos ver como, na própria organização de suas falas, ela deixa transparecer que, na realidade, o apelido não tira a essência – como se fosse uma possível substituição para o nome civil –, e sim que aquela nomeação pode surgir como uma outra possibilidade de representação além desta.

De início, isso está perceptível com o uso de “muitas vezes” denunciando que nem sempre a pessoa terá um apreço pelo nome registrado no cartório – ou, nas palavras da jardinense, achará este “tão bonito”, como vimos com **Joaninha** –, como também nem sempre, de acordo com o que nos explicitou, o apelido, de início, vai ser um nome com que a pessoa se identifique. Porém, quando afirma que o *nome* dela é **Neném** e assim vai ser *sempre*, acrescentando que nem se preocupa quanto a isso – o que pode revelar aqui a questão de pessoas se preocuparem por terem certo desgosto quanto ao apelido por ser, em alguns casos, pejorativo –, percebemos que há aqui a internalização do seu reconhecimento em Jardim do Seridó por essa nomeação. Isso ocorre tendo em vista que, em consonância com Volóchinov (2018, p. 106), “na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social”, e o apelido que, inicialmente, parecia ser algo com que o sujeito não se identificava pode ganhar várias significações nas relações sociais de forma que, tanto para quem nomeia quanto é nomeado, ultrapasse sua motivação inicial, fazendo com que, inclusive, este indivíduo aceite seus diversos nomes – conforme ocorre com **Neném**, que *ama* os dois – ou até mesmo, como vimos nas categorias anteriores, reconheça-se mais pelo próprio apelido, contribuindo em ambos os casos para a propagação desta nomeação, a ponto de fazer com que o prenome se torne desconhecido.

P – E aí você... você se identifica mais como Neném ou como V.? Tipo, quando você vai pros cantos, você fala mais assim: ‘Eu sou Neném’, ‘Eu sou V.’...

Neném – Não, sempre eu falo do meu nome... que poucas pessoas sabem que eu sou Neném, que eu sou V., né? Então, por eu ser registrada com o nome de V., eu me identifico como V.C., só que até na loja que eu trabalho, se eu me identificar como V., as pessoas desligam o telefone, que acham que eu não existo, devido o apelido... todo mundo me conhece por Neném.

Quando questionada sobre como mais se identifica em Jardim do Seridó, a entrevistada, mesmo insistindo em falar seu prenome, reconhece que, no espaço jardinense, ela é representada por seu apelido e, por isso, chega a mencionar uma possível inexistência para os outros quando associada ao nome civil: “se eu me identificar como V., as pessoas desligam o telefone, que acham que eu não existo, devido o apelido... todo mundo me conhece por **Neném**”. Isso porque, nesse município, o hábito de apelidar é tão constante e tão forte para os jardinenses – tornando-se, inclusive, uma prática cultural – que eles são induzidos a, na sua subconsciência, ignorar a possibilidade de existência de uma outra forma de nomeação, que, ironicamente – já que foi este o nome que a tornou, no âmbito jurídico, uma cidadã –, é a de registro. Isso, por sua vez, contribui para a ocorrência do estranhamento dos sujeitos com quem **Neném** fala ao entrarem em contato com seu prenome, como nos pontua uma possível resposta à situação em que precisa mencionar este: “Tem pessoas que dizem: ‘**Neném**, eu não sabia que seu nome era V.’”.

Com base nisso, devemos considerar que o ato de apelidar surgiu como uma forma de singularização em um espaço propício a ter a ocorrência de nomes civis similares, de modo a dificultar o reconhecimento desses sujeitos. Diante dessa visão de ser apenas mais um entre tantos nomeados igualmente – como foi pontuado por **Tilau**: “Procure outro **Tilau** em Jardim... Agora L., tem muitos!” –, foi com o apelido que os habitantes de Jardim do Seridó passaram ser únicos também em sua forma de nomeação, confirmando a singularidade de cada sujeito. Apoiando-nos em Hall (2003, p. 43), “não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. [...] Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Então, assim como o próprio ato de apelidar pode sofrer mudanças – conforme vimos que, inclusive, teve um período em que era tendencioso nomear com base em animais –, o olhar dos sujeitos

sobre essas nomeações pode ser remodelado. Partindo disso, embora **Neném** inicialmente não tenha visto no apelido uma possível marca representativa de si, teve esse olhar modificado mediante a propagação desse nome a ponto de não só reconhecer que realmente ela é em Jardim do Seridó como também de atribuir uma nova significação para ele, de acordo com o que constatamos a seguir.

Neném – [...] Praticamente em Jardim do Seridó, todas as pessoas têm apelido, né? É, inclusive eu, a começar dos professores, que não me chamavam pelo nome, e sim pelo apelido.

P – Começou da época da escola?

Neném – Foi, da escola. Que meu apelido, na verdade, foi minha irmã que me deu. Eu era pequenininha, aí tinha uma tia que se chamava Neném, aí minha irmã começou a me chamar também de Neném e por Neném ficou até hoje. É bom que eu nunca vou envelhecer!

P – É bom que você já se identifica que vai ser sempre nova, né?

Neném – Com certeza!

P – Então esse apelido foi dado por sua irmã quando você era criança...

Neném – Foi!

Observamos que, quando sua irmã a nomeou, teve como motivação um fator que, sob o ponto de vista de **Neném**, pode ter sido associado ao próprio apelido da tia, constituindo o olhar do outro – no caso, sua irmã – sobre essa jardinense; no entanto, ao expressar: “É bom que eu nunca vou envelhecer!”, a entrevistada ressignifica e começa a ter uma interpretação outra para seu apelido. Dessa forma, não necessariamente ela vê na construção **Neném** um mesmo significado que os demais sujeitos podem atribuir, mas esse nome acaba sendo o termo representativo da jardinense no espaço em que se encontra, tendo em vista que, segundo Volóchinov (2018, p. 111), “uma vez que o signo é criado entre os indivíduos e no âmbito social, é necessário que o objeto também obtenha uma significação interindividual, pois apenas assim ele poderá adquirir uma forma sígnica”. Em outras palavras, o próprio apelido é ressignificado: a motivação de sua origem pode mudar para quem será nomeado ou nomeará, de forma que não necessariamente os habitantes chamarão **Neném** pelo mesmo motivo que sua irmã a nomeou, contudo, ainda assim, a entrevistada será vista dessa forma; não se trata do nome em si, e sim do que ele pode falar sobre e com os sujeitos nomeados.

E essa perpetuação de tal modo de se nomear nas mais diversas interações sociais não necessariamente fica restrita ao ambiente familiar. Como pudemos ver, embora tenha surgido nesse espaço – já que a sua adoção partiu da nomeação atribuída pela irmã –, a escola aparece novamente como um espaço jardinense propício para a

socialização do apelido, mesmo tendo, em sua constituição, a prioridade por identificar o alunado a partir de seu prenome ou nome civil completo – seja a partir da chamada, seja nas próprias relações (vistas como de maior respeito) entre alunado e demais funcionários da instituição escolar. Ao **Neném** afirmar: “a começar pelos professores, que não me chamavam pelo nome, e sim pelo apelido”, percebemos – assim como já pontuado por **Joaninha**, **Cigana** e **Corró** – que o apelido rompe com a ideia de formalidade dessa instituição, sendo visto, no caso da entrevistada, inclusive, como o primeiro espaço de socialização da construção **Neném**, haja vista que, embora sua irmã que tenha dado essa nomeação, reconhece que ela realmente começou a se fazer presente em suas relações sociais na época da escola: “P – Começou da época da escola? / **Neném** – Foi, da escola”, de modo a ultrapassar tanto o ambiente familiar quanto escolar, chegando a ser propagado nas mais diversas situações no município.

P – E aí foi pegando professor em sala de aula, amigo...

Neném – Meus tios, colegas de trabalho... e até os clientes me chamam de Neném. Se te perguntarem quem é V.C., as pessoas não sabem.

[...]

Neném – É, aí já sabe quem sou, mas... praticamente é Neném. Até os padres me chamam de Neném! Não me chama de V.

P – Até em um contexto que deveria ser algo mais formal, né?, eles chamam por Neném... Então é algo assim, Jardim, quase 100%, te conhece...

Neném – Me conhece por Neném.

Neném passou a ser tão reconhecida assim em Jardim do Seridó que *até* os clientes e os padres começaram a chamá-la dessa forma. Esclarecemos, antes de tudo, que, por estarmos tratando de situações diferentes de lugares de fala, optamos por comentar separadamente de cada uma, a começar pelo segundo caso. O catolicismo está bastante presente em Jardim do Seridó desde sua formação, haja vista que sua composição como território esteve ligada aos comandos da Igreja Católica (MELO, 2008), contribuindo para a prática do batistério como forma de registro de seu povo. Logo, ao Neném afirmar que *até* os padres a chamam por seu apelido, percebemos um rompimento com a formalidade do espaço, sobrepondo-se, até mesmo em um lugar cujo nome civil deveria prevalecer, a opção pelo apelido. Isso porque, retomando o que a entrevistada já pontuou, *todo mundo* a conhece por **Neném**, a ponto de V. – seu prenome – passar a ser também para os padres da região uma forma distante de nomeação com a qual não conseguem representar tão bem quem ela é como jardinense

como assim o fazem com seu apelido, o que contribui, por sua vez, para a ressignificação de Neném quanto a este nome como sendo uma forma de permitir a confirmação de sua jovialidade.

Esse tratamento dos jardinenses para com **Neném** a partir do apelido também será encontrado na sua interação com os clientes. Contudo, para a entrevistada, seria mais coerente no seu ambiente de trabalho ser reconhecida pelo pronome, uma vez que, ao afirmar “até os clientes me chamam de **Neném**”, denuncia que se espera uma outra postura – não seria habitual, desconsiderando que se trata de uma prática situada em Jardim do Seridó, esse tratamento entre cliente e funcionário. É por isso que, ao levar em conta o espaço em que habita, aceita ser reconhecida de tal forma também nesse ambiente. Essa aceitação, por sua vez, corresponde a uma resposta de **Neném** ao chamamento no momento do ato, de modo que não só o outro a identifique assim como ela mesma comece a atribuir um olhar seu para essa nomeação, assumindo ambos responsabilidade sobre o enunciado (BAKHTIN, 2017). Esse olhar ressignificado do apelido contribui para que, mesmo havendo a ocorrência de mais de uma pessoa com o mesmo apelido em um único espaço, não haja a perda da singularidade dos sujeitos atribuída por esta construção, como ocorre, em contrapartida, quando eles veem na coincidência de seu nome civil uma forma de ser um dentre tantos habitantes de determinada região, conforme constatado na fala de Tilau.

Neném – [...] Inclusive, no restaurante, eu tenho duas funcionárias que é Neném e eu sou Neném, são três Neném juntas.

P – Essas duas também são apelidos?!

Neném – Também são apelidos. É Maria, uma se chama Maria, e a outra é... se chama Clésia... e todas são Neném!

P – E chamam pelo mesmo apelido, mesmo...

Neném – É, mas aí tem que diferenciar. Neném de Miguel...

P – Aí vem o ‘Neném de alguém’?

Neném – ‘Neném irmã’ e ‘Neném prima’... só trata assim.

P – Interessante, né? Porque os três nomes são diferentes e aí chamam pelo mesmo apelido que é o Neném...

Neném – Com certeza!

P – E em vez de chamar Maria, em vez de chamar V., falam Neném e ainda fazem essa distinção de ‘Neném de’...

Neném – É porque, senão, atrapalha. Cada uma tá num trabalho diferente. Cada um com sua função. Aí tem que diferenciar quem tá fazendo o quê...

O fato de, no restaurante onde a entrevistada trabalha, haver três pessoas com o mesmo apelido – a saber: **Neném** –, cujos prenomes são totalmente diferentes, mas, ainda assim, preferirem chamá-las por seus apelidos, só demonstra como a prática do

reconhecimento mediante esta nomeação é tão valorada na região que a forma **Neném**, embora seja igual considerando-se apenas a palavra em si, fala mais sobre os sujeitos nomeados do que o próprio nome civil. Contudo, em conformidade com o que já foi apontado por **Dedé do Consórcio** – retomando sua fala, “Praticamente quase todos são Dedé, né? É Dedé ou Zé. [...] Tem que ter uma justificativa por que é Dedé, o acréscimo” –, a entrevistada mostra que, em razão da coincidência, é preciso ir além nesta nomeação: precisa-se de uma *justificativa*, a qual estará associada, no contexto em questão, a junção de **Neném** a algum aspecto familiar – seja o grau de parentesco que possui em relação a quem nomeou (como se tem com “Neném irmã” e “Neném prima”), seja a referência a algum parente (como se tem na identificação da entrevistada que é “**Neném** de Chico Félix”).

Todavia, é importante atentarmos para o fato de que quem criou a nomeação tem uma motivação outra de quem a está propagando, confirmando que o apelido não se restringe a um só olhar para os jardinenses e, por isso, ele vai além no papel de representação desses sujeitos: não é só uma forma de nomeação, trata-se, sobretudo, de dizer quem eles são como sujeitos daquele espaço. Ao **Neném** comentar da necessidade da distinção a partir desse acréscimo ao apelido: “É porque, senão, atrapalha. Cada uma tá num trabalho diferente. Cada um com sua função. Aí tem que diferenciar quem tá fazendo o quê...”, ela atribuiu um olhar outro para a formação do apelido: este nome surge com uma função no contexto do trabalho que não necessariamente se trata da mesma motivação de quem o criou ou, até mesmo, usa em outros espaços e tempos. Por isso, o apelido apresenta distintas interpretações ao passo que singulariza os sujeitos nomeados.

Não podemos restringir nosso olhar para o apelido em si, e sim compreender como o apelido influencia na construção identitária do sujeito jardinense. E fazer isso é entender que ele é importante não só para o indivíduo nomeado como também para quem nomeia de modo tal a se tornar uma prática presente em Jardim do Seridó. (Re)Nomear nesse município, pois, é tentar representar os seus sujeitos ao passo que os tornam singulares. Isso porque “qualquer elemento da realidade que [...] entra no horizonte social daquele grupo é recoberto de índices sociais de valor e, nessas condições, torna-se objeto do dizer daquele grupo” (FARACO, 2009, p. 55). Desse modo, mesmo sendo construções iguais, a adoção do apelido **Neném** para as três funcionárias possui valores extremamente distintos. Nada mais coerente, então, do que acrescentar, nesse caso, uma nova informação ao apelido em vez de optar por as chamar

pelo nome civil. Todavia, não podemos fazer disso uma regra, tendo em vista que, a depender do espaço e tempo em que os sujeitos estão inseridos, essa prática pode sofrer interferências, como será pontuado, logo após, por **Neném**.

P – [...] E aí você vê aqui em Jardim... você acha que esses apelidos... essa prática de apelidar ainda é muito presente ou que era mais antigamente?

Neném – Não, agora... ultimamente, eu acho assim... é menos, porque as pessoas vão dando nome aos filhos e as pessoas já vão chamando pelo nome... é... essa última geração tá mais com nome próprio mesmo do que com o apelido.

P – Antigamente era mais a ideia de você já nascer com aquele apelido?

Neném – É... o avô botava, o tio botava... era assim, era botado pelas pessoas de casa.

P – E aí que depois ia pra sociedade...

Neném – Aí agora é assim: cada um com seu nome. Todos já estão se adaptando a isso.

P – Entendi... Na sua família, hoje tem menos gente... o pessoal mais novo também é com menos apelido?

Neném – É... meus sobrinhos, eu tenho três sobrinhos, todos eles são nomes próprios... Diego, Larissa e Diogo e a gente chama eles de Larissa, Diogo, Diego.

P – Então nem em casa mais...

Neném – Não, a gente tá se adaptando aos nomes.

Ao ser questionada acerca da prática de apelidar atualmente em Jardim do Seridó, averiguamos que, a partir da análise do trecho em questão, há uma redução desse hábito, motivada, sob a perspectiva da entrevista, pela questão da organização familiar – inclusive, já pontuada por **Dedé do Consórcio** ao comentar como um possível fator para isso a própria diminuição no número de filhos. Para tanto, atentamos, sobretudo, a dois comentários feitos por **Neném**: “[a prática de apelidar] é menos, porque as pessoas vão dando nome aos filhos e as pessoas já vão chamando pelo nome...” e “Todos já estão se adaptando a isso”. Citar que tem apenas três sobrinhos já denuncia essa redução na composição familiar, o que facilita no momento de identificação por não haver mais tanta possibilidade de coincidência de ser dada uma mesma construção no nascimento, de modo que “as pessoas já vão chamando pelo nome [civil]”. Assim sendo, a cultura de apelidar nesse município vai se remodelando a partir da própria mudança da organização social (HALL, 2003).

A partir disso, bem como considerando que toda prática discursiva é situada e que estamos lidando com sujeitos com múltiplas identidades, não podemos limitar nosso olhar para o hábito de apelidar como sendo imutável; na realidade, nossa

percepção recai na compreensão dos valores dos apelidos para os sujeitos da interação verbal, identificando as implicâncias que possuem para estes, o que, por conseguinte, denuncia elementos da própria organização social do ambiente em que se inserem. Com base nisso, quando **Neném** afirma que as pessoas estão começando a se adaptar a chamarem também pelo prenome, não há a perda valorativa do que o apelido representa para os sujeitos nomeados, já que estes ainda se reconhecem por seu apelido e veem nele uma forma de serem singularizados no município. Indo além, a própria questão de apelidar na região já sofreu adaptações, tendo em vista que – convém lembrar – houve, inclusive, um período em que os jardinenses eram reconhecidos por nomes de animais, parecendo até um “zoológico”, de acordo com a analogia feita por **Jaiminho**, explicitada a seguir.

Jaiminho – Eu acho que é uma das cidades que mais tem apelido, principalmente de nome de animais... Se você... eu posso até lhe dar vários... vários...

P – Que hoje em dia o pessoal usa o apelido?

Jaiminho – Eu posso dizer agora... se você me der o Facebook, eu posso passar pra você...

P – Vai passando e você vai dizendo: ‘Ó, esse é fulano’...

Jaiminho – Exatamente. É um zoológico essa cidade, é um zoológico!

P – E esse nome de animais vem desde antigamente e ainda tá hoje em dia?

Jaiminho – É, hoje em dia.

[...]

Jaiminho – [...] Aqui tem até uma história que fizeram só com gente com nome de animais³⁸, não sei se você já leu...

P - Não, mas já me falaram, que é como se fosse uma narrativa de futebol... uma coisa assim, né?

Jaiminho – Tudo. É... é, a pessoa jogando no campo, aí o nome era só animal... no dia da feira, encontrou-se com preá... era tudo apelido de antigamente...

P - Entendi, era tudo de animal...

De início, **Jaiminho** retoma, em sua fala, o hábito jardinense de apelidar seus sujeitos, classificando o município como “uma das cidades que mais tem apelido”, e pontua que, entre as possíveis construções dessa nomeação, encontra-se o uso de nomes de animais, o que estimula a fazer uma brincadeira com a cidade ao associá-la a um zoológico: “É um zoológico essa cidade, é um zoológico!”. Esse olhar delimitado para uma forma específica de apelidar e a analogia feita entre a cidade e o zoológico denuncia como o apelido não fica limitado ao sujeito nomeado, dizendo muito sobre

³⁸ O entrevistado se refere ao poema “Os bichos do meu jardim”, já mencionado anteriormente, de autoria de Zé Araújo, o qual está presente no Anexo A.

quem são aqueles sujeitos em um tempo e espaço, visto que esses fatores “são também coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação*” (HALL, 2011, p. 70, grifo do autor). Logo, embora a fase de nomear com base em animais já não se faça mais tão presente em Jardim do Seridó – como pontua **Jaiminho** ao comentar: “era tudo apelido de antigamente” –, os sujeitos assim nomeados ainda podem ser e sentir identificados por seu apelido, de modo a possibilitar, desde o primeiro contato com este até sua perpetuação em momentos outros, que seja (re)significado para os sujeitos da interação. Indo além e não mais restringindo a apelidos de animais, isso também é perceptível com o entrevistado, cujas nomeações foram recebidas quando era jovem e até hoje ainda é reconhecido por elas, havendo atualmente, contudo, a preferência do corpo social pela construção **Jaiminho**.

Jaiminho – Quando eu era criança mesmo, se me chamasse por outro, talvez eu nem atendesse, era só Poioca mesmo. Era só Poioca.

P - Se chamasse de qualquer outra coisa, você nem...

Jaiminho – Não, eu era acostumado com Poioca mesmo!

[...]

P – Então todo mundo te conhece por Jaiminho ou Poioca...

Jaiminho – Mas hoje só mais Jaiminho, Poioca é mais do tempo de Beethovem³⁹.

P – Poioca é o mais antigo...

Jaiminho – É, hoje em dia é muito difícil ter alguém, só os mais antigos, acredito, da minha idade que falam

P – Aí Jaiminho que ficou por causa até da loja, né?

Jaiminho – Hoje é praticamente... 99%.

P – E aí se falar J., o pessoal ainda...

Jaiminho – Aí fica mais difícil de... de me encontrar.

P – Fica mais difícil de te encontrar?

Jaiminho – Jaiminho da lanchonete é mais fácil.

P – Então é melhor pra o pessoal saber de você se falar Jaiminho da lanchonete do que J.?

Jaiminho – Exatamente!

[...]

Jaiminho – Se você procurar J., aí tem vários na cidade.

Jaiminho deixa claro, em sua fala, que tem a possibilidade de o reconhecerem em Jardim do Seridó, além de por meio de seu prenome, a partir de dois apelidos: um com o qual se identificava mais quando criança – Poioca – e outro com o qual é mais designado atualmente – **Jaiminho**. Percebemos, de antemão, que, considerando um

³⁹ Beethovem, pai da pesquisadora, é um amigo de infância de Jaiminho. Portanto, ao usá-lo como referência temporal, deixa claro que o apelido Poioca era mais presente na época em que era criança, o que, por sua vez, não limita que jardinenses com quem possuía (e ainda possui) alguma relação nesse período ainda usem essa forma de nomeação, como pontua o entrevistado: “É, hoje em dia é muito difícil ter alguém, só os mais antigos, acredito, da minha idade que falam [Poioca]”.

contexto cuja nomeação era apenas por seu prenome ou seu primeiro apelido – por ainda não existir a forma atual –, o entrevistado chegou a cogitar a possibilidade de só atender a Poioca, ignorando o *outro* nome: J. Isso, por sua vez, mostra que, desde a infância, quando nomeada, a criança assume o apelido para si, vínculo esse que, em contrapartida, não necessariamente será perpetuado até a fase adulta, haja vista a possibilidade de surgir uma nova nomeação – como ocorre com **Jaiminho** e **Dedé do Consórcio** – ou diante das exigências de maior formalidade com que lida de maneira a tornar mais natural, em algumas situações, a recuperação de seu nome civil – conforme vimos quando **Motor** pontuou que, no cartório, por exemplo, assumiu esta construção para se identificar como empresário de sua loja.

Com base nisso, as posições que vai ocupando nas mais diversas interações com outros sujeitos podem contribuir para a adoção de uma de suas formas de nomeação, chegando, em alguns casos, a surgirem outras, que, em contrapartida, não substituirão para o sujeito nomeado as construções anteriores. De acordo com **Jaiminho**, atualmente ele é mais reconhecido assim, de modo que o uso do apelido Poioca é mais restrito às pessoas que o conheceram quando criança, sendo praticamente 99% dos jardinenses que o chamam por seu apelido mais recente. Deduzimos, então, que o percentual de 1% englobaria tanto quem o reconhece por Poioca quanto por seu prenome, o que contribui, por sua vez, para que haja o estranhamento da maioria dos habitantes de Jardim do Seridó quando se deparam com essas outras nomeações distantes, sobretudo seu prenome, visto que, como ele mesmo comenta, “tem vários [J.] na cidade”, recuperando a ideia de que o apelido é, pois, uma forma de singularizá-lo dentre tantos.

Ressaltamos, inclusive, que a dificuldade em o encontrar quando referenciado por seu prenome ocorre em virtude da internalização desse jardinense como sendo **Jaiminho**: mesmo seu apelido sendo o diminutivo de seu prenome (como nos relatou: “É o diminutivo do meu nome, J.”), é estranho – para o jardinense com quem convive – reconhecer que J. é uma possível nomeação para o representar por internalizarem que seu apelido realmente é o nome de **Jaiminho**, no caso, é sua marca. Apoiando-nos em Guimarães (2002, p. 41), isso ocorre porque “o sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida. O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito”. **Jaiminho**, como jardinense, atuante nesse espaço, é assim designado e, por isso, torna-se distante para os habitantes da região essa relação entre a pessoa e seu prenome.

E essa sua atuação em Jardim do Seridó contribui para que seu atual apelido já esteja em processo de ressignificação, o qual começa a se materializar com o acréscimo de uma nova informação à construção **Jaiminho**: “Jaiminho da lanchonete”. No decorrer de nossa entrevista, o jardinense estava comentando sobre seu apelido como sendo **Jaiminho**, mas, ao afirmar “Jaiminho da lanchonete é mais fácil [de encontrar]”, deixou transparecer que essa própria nomeação já está sendo sujeita a modificações, uma vez que se inseriu o seu local de trabalho, denunciando que o apelido pode sofrer alterações a partir das relações entre quem nomeia e quem é nomeado por estar sempre sujeito a (re)significações, o que poderia ser limitado para o nome civil, em razão de, o fato de este estar documentando, permite que as pessoas deduzam que já tem uma forma dada no mundo. Diante disso, a nova construção – **Jaiminho** da lanchonete –, além de singularizar esse indivíduo em Jardim do Seridó, já sinaliza sua atuação na região, falando ainda mais sobre ele, considerando-se que as identidades “não são as coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2011, p. 49, grifo do autor). Isso contribui para que haja o atendimento às diversas maneiras de nomeação a depender dos sujeitos e da situação de comunicação, em razão das múltiplas identidades que o indivíduo assume a partir disso, mas, em contrapartida, esclarecemos que esse atendimento não se torna justificativa para o pensamento de que todas elas possuem mesma simbologia.

P – E aí vocês... por Poioca, você ainda tem algum apreço por ele?

Jaiminho – Pra mim, tanto faz. Eu atendo todos.

P – Então, Poioca, Jaiminho, J., todos os nomes podem ser?

Jaiminho – É, pode.

Embora atenda a todas suas nomeações – a saber: J., Poioca e **Jaiminho** – e mostre que não há preferência, percebemos que, ao aceitar que seja seu apelido a forma de reconhecimento em Jardim do Seridó, deixa claro que este último nome é mais representativo de si naquele ambiente: não é só o olhar do outro que nomeia que traz consigo valores, a aceitação desse apelido confirma também sua identificação com ele – para este jardinense, a forma **Jaiminho** se tornou sua identidade. Isso porque “viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva” (BAKHTIN, 2017, p. 87). E se o entrevistado assim aceita sua nomeação e responde a ela, compreende que há importância de e simbologia em tal construção representativa de si, sobretudo no

município onde reside, assim como, se reconhece que, em determinado período, só se via como Poioca, entende que tal apelido carrega consigo uma identidade do seu eu, principalmente, criança; além disso, se considera a necessidade de ser reconhecido por seu prenome em situações de formalidade, percebe nele a concretização do papel de cidadão brasileiro. Logo, não é o fato de todos os nomes terem a capacidade de serem representativos de si que vão ter a mesma simbologia e, por conseguinte, importância.

Por isso, a própria questão de apelidar está sujeita a alterações em conformidade com os valores da época. Alguns sujeitos de nossa pesquisa constataram que houve uma diminuição, inclusive, dessa prática quando comparada a um tempo passado. Enquanto **Dedé do Consórcio** e **Neném** apontaram como motivação para isso a questão da redução do número de filhos, **Jaiminho** nos apresentará um outro possível fator que, a seu ver, é bem influente nessa diminuição: a prática do Bullying.

Jaiminho – Tem até outro nome hoje [para a prática de apelidar]... que é... o Bullying... aí mesmo assim, ainda cola, e se a pessoa se importar, é pior.

P - Por que aí é que fazem?

Jaiminho – É pior. É melhor aceitar...

[...]

Jaiminho – Mas hoje continua do mesmo jeito [o hábito de apelidar]...

Vamos dizer que diminuiu um pouco.

P – Um pouquinho, mas...

Jaiminho – Por causa do... do... virou até crime, parece...

P – Por causa do Bullying...

Jaiminho – Criança em escola que ainda não tem a... a... formada

P – A mentalidade formada...

Jaiminho – A mentalidade formada

P – Por que antigamente o apelido era usado muito pra tirar onda?

Jaiminho – Exatamente... Tinham uns apelidos que...

P – Aqueles piores, em tons mais pesados?

Jaiminho – Uns apelidos pesados!

P - Mas aí, por exemplo, o seu, pelo que eu entendi não tinha...

Jaiminho – Porque eu não sei nem o que é... sei não... Pororoca... o Rio Negro, né? Aquele fenômeno no rio... Poioca, eu nunca ouvi nem falar o que é. Se colocar o dicionário, eu num sei... acho que não tem...

Jaiminho supõe que o Bullying é uma forma de diminuição, no espaço escolar, da prática de apelidar por considerar apenas os apelidos pejorativos, quando reduz essa forma de nomeação a construções que têm sentido negativo em relação ao sujeito nomeado. Contudo, comenta também que, mesmo sendo visto – quando associado a um caso de Bullying – até como um possível crime, “ainda cola, e se a pessoa se importar, é pior”. Analisando sua fala, percebemos que ele deixa claro que há uma linha tênue entre

a prática de apelidar que surge como uma prática hereditária no espaço jardinense e uma nova problemática social, encontrada, sobretudo, em escolas. Sendo assim, talvez as situações ocorridas com **Joaninha** e **Cigana**, por exemplo, tivessem uma nova roupagem quando situadas nessa problemática, mas que também poderiam continuar sendo representativas de si por ganhar seu apelido uma outra marca para elas.

Partindo disso, o apelido pode até nascer com um tom pejorativo, mas não será sua significação inicial a única possível para tal nomeação; é importante, antes de tudo, problematizar a relação valorativa existente entre o apelido e a identificação do sujeito para, só assim, conseguir compreender a importância que esse nome tem para ele. Embora, no espaço jardinense, possam surgir nomeações jocosas a fim de desmerecer, de certo modo, o sujeito nomeado – isto é, possam criar “uns apelidos pesados”, como comenta **Jaiminho** revelando a violência que pode habitar essa forma de nomeação –, precisamos considerar a cultura do lugar em que esses nomes surgem impere que, usualmente, cresça como possível ofensa, visto que o ato de apelidar se tornou cultural em Jardim do Seridó por ser uma maneira de singularizar seus habitantes ao dialogar com eles. Desse modo, o nome enriquece culturalmente e aumenta a dialogicidade em torno dos sentidos que uma pessoa representa, não estando limitada apenas ao olhar inicial de sua nomeação.

Inclusive, como vimos com nossos entrevistados, poucos se lembram da motivação inicial de seus apelidos, em virtude de compreenderem que seus apelidos podem estar sujeitos a novas interpretações ou que, até mesmo, podem surgir novas construções a partir da própria interferência desses indivíduos no espaço jardinense, uma vez que o apelido se torna um vetor dialógico para a identidade das pessoa. Por isso, limitar-se à tentativa de descobrir o porquê de receber esse apelido pode fazer com que o indivíduo não consiga ir além do que o nome fala de si, de modo a ficar restrito ao plano linguístico o qual faz parte do mundo da cultura. Como pudemos analisar com nossos entrevistados, ao serem questionados acerca do porquê do apelido, poucos souberam nos falar sobre o que o motivou – conforme temos ilustrado aqui com **Jaiminho** ao comentar sobre uma possível motivação para a construção Poioca: “Porque eu não sei nem o que é... sei não... Pororoca... o Rio Negro, né? Aquele fenômeno no rio... Poioca, eu nunca ouvi nem falar o que é. Se colocar o dicionário, eu num sei... acho que não tem...”–; contudo, quando questionados os sujeitos de nossa pesquisa sobre a relação que tinham com essa forma de nomeação, observamos vários valores em suas falas, de modo que vimos a concretização do que seria realmente o

apelido como sua marca social. Portanto, “é impossível pensar o que faz um nome próprio de pessoa sem pensar no processo pelo qual se dá um nome a alguém. Ou seja, tanto o que um nome designa, quanto o que ele refere e como [refere], está ligado a como um nome é dado a alguém” (GUIMARÃES, 2002, p. 92) e a como este responde a seu nome, no caso, o apelido.

7. PRA ENCURTAR A CONVERSA: APRESENTANDO AS (IN)CONCLUSÕES

Cascudo (2009), em uma de suas crônicas do livro “Viajando o sertão”, comentou: “Quando um sertanejo diz ‘filosomia’, em vez de ‘fisionomia’, nós achamos uma graça imensa”; mal sabem estes que veem graça nisso como há muita simbologia nesse falar sertanejo. Com uma organização diferente dos grandes centros de poder, o povo do e no Seridó potiguar – em meio à seca periódica que acometia a produtividade de seu solo, de modo a resultar em uma economia pastoril – precisou penetrar terra adentro com seu gado à procura de melhor qualidade de vida, de modo a, por conseguinte, ocupar todo o sertão. Esse distanciamento possibilitou não só que as famílias que ali habitavam estabelecessem vínculos e laços, gerando seus descendentes, como também estimulou a criação de uma cultura única; o cangaço e a religiosidade passam, pois, a serem vistos como forma de tentar sobreviver às limitações da região.

Surgem, a partir disso, homenagens a cangaceiros ou a personagens bíblicas feitas por esse povo sertanejo e materializadas, em alguns casos, na própria nomeação de filhos. Assim, começou a haver a presença de prenomes populares na região, o que, com a pouca variedade de sobrenomes – em razão do laço criado entre as famílias daquele espaço –, fez com que se aumentasse a recorrência de nomes de registro semelhantes ou iguais. Como, então, identificar esses sujeitos em situações nas quais uma nomeação poderia se referir a mais de um indivíduo? O apelido passou a ser uma forma de singularizá-los no solo sertanejo, fazendo com que a prática de apelidar começasse a ser considerada, em alguns casos, como hábitos de determinada região. E com Jardim do Seridó isso não foi diferente.

Neste município, o ato de apelidar se tornou tão constante que foi preciso reformular a lista telefônica da região, pois o reconhecimento pelo prenome de alguns jardinenses se tornou algo distante da realidade desses habitantes. Partindo disso, desenvolvemos esta pesquisa na tentativa de responder alguns questionamentos, entre os quais se encontra: “Qual a relação valorativa desenvolvida entre a criação do apelido e sua adoção?”. Ora, em uma região em que é necessário reformular um gênero que prioriza o nome civil por prevalecer, entre as relações sociais de seus habitantes, a adoção do apelido, verificamos que este tem importância para a construção identitária desse sujeito. Isso, por sua vez, fica visível a partir da análise dos dados construídos nesta pesquisa.

Analisando as falas de cada entrevistado, percebemos que o apelido não ganha importância pelo motivo da nomeação em si, tanto que nem todos os sujeitos de nossa pesquisa souberam nos comentar sobre a motivação; na realidade, é a relação que estabelecem com esse nome que os fazem se sentir pertencentes à região: o apelido passa a ser sua marca social, de modo tal que, mesmo assumindo – em alguns casos, como vimos com Jaiminho – que “tanto faz” sua forma de nomeação, no espaço jardinense, esses habitantes são reconhecidos e se reconhecem, inclusive em determinadas situações formais, por seu apelido. Isso, por sua vez, não faz com que o apelido desmereça o nome civil; na realidade, os sujeitos ainda se reconhecem por esta forma de nomeação, porém, ao serem indagados sobre como se apresentam em Jardim do Seridó, percebemos que, quase sempre, assumem-se por seu apelido.

A preferência por esta forma de nomeação, por sua vez, pode ser justificada tendo em vista que ela (re)nasce na interação, de modo a não surgir, para a pessoa nomeada, como algo já dado no mundo – os sujeitos veem no apelido uma construção mutável, possível de (re)significação –, enquanto o nome civil – ainda que inconscientemente – assumirá um valor de “obrigação” estabelecida pela lei e, por isso, torna-se mais distante de ser alterado ao olhar social, não falando tanto sobre quem é aquele indivíduo em Jardim do Seridó: na realidade, considerando o contexto do nascimento, “dar nome a uma pessoa se faz [...] do lugar da paternidade” (GUIMARÃES, 2002, p. 36). Diante disso, ser mais um entre tantos Josés e Marias não traz para os jardinenses a mesma ideia de representatividade que tem quando apelidados, visto que, como pontuou Tilau, existem muitos com seu prenome, mas Tilau, só há ele.

Além disso, para nossa questão de pesquisa “Como o olhar do outro pode interferir no reconhecimento do eu?”, chegamos à conclusão de que o apelido irá influenciar na construção identitária desses sujeitos não só a partir de uma relação eu e o outro, mas também se dá na relação eu comigo mesmo (BAKHTIN, 2017), fazendo com que seu apelido passe a representar este sujeito mais do que seu nome de batismo. Isso porque, no caso dos sujeitos da nossa pesquisa, eles não necessariamente vão se vincular fortemente com o que lhe foi dado antes de serem concebidos – e quando isso ocorre, como é o caso de Neném, há, ainda assim, em sua fala, um reconhecimento de que, em Jardim do Seridó, ela é representada por seu apelido, de modo que os habitantes da região consideram uma possível inexistência dessa pessoa quando associada ao nome civil –, mas há uma forte relação entre eles e a nomeação que foi criada após o seu

nascimento, no caso, seu apelido. Isso revela um vínculo de identidade e pertencimento muito grande com o contexto desses sujeitos nomeados em tal região.

Associado a isso, obtivemos a resposta para o seguinte questionamento: “Como o espaço e o tempo podem influenciar no emprego das diversas nomeações?”, uma vez que não podemos nos esquecer de que esses jardinenses precisam assumir, a depender das relações sociais das quais fazem parte, distintas identidades reforçadas pela escolha do nome próprio – seja o registrado no cartório, seja o atribuído posteriormente em forma de apelido –, influenciadas por determinado tempo e espaço. No entanto, ao afirmarem ser o apelido o modo de se nomear mais significativo que fala com e sobre o sujeito nomeado, sobretudo no município em questão, havendo, inclusive, em alguns casos, a preferência explícita por esse tipo de representação, eles não só admitem uma forma linguística, como a internalizam e ressignificam, de maneira a torná-la parte de si, de sua história, reforçando, inclusive, que o olhar do outro também é influente na sua percepção de mundo.

Na realidade, não podemos desconsiderar as outras formas de nomeação que também perpassam a vida desse sujeito, haja vista as suas relações com o meio não serem sempre as mesmas. A opção pelo apelido denuncia os valores que essa nomeação adquire em um contexto sociocomunicativo, uma vez que, ao se reconhecer sob determinado apelido, o sujeito considera a posição-sujeito que ocupa, o que não desmerece a existência de um outro nome para si, mostrando até as preferências que possui quanto àquela forma de nomeação – e conseqüentemente denunciando o valor que possui para si. Diante disso, a ação de atribuir uma nomeação específica – em especial, o apelido – a um indivíduo não está desvinculada de práticas discursivas, sendo fator influente para a própria construção identitária dos sujeitos.

Por fim, como resposta à questão “Como o apelido influencia na construção identitária do sujeito jardinense?”, concluímos que há a preferência por uma forma de nomeação que não é a originária dada à pessoa, mas que, diante das relações durante sua vida com outros sujeitos, ganhou maior significação. Esse sujeito pode até nascer com uma identidade específica, porém, ao longo de sua existência, ela será (re)formada diante do processo de assimilação com variados discursos. Em razão disso, necessita-se considerar os valores presentes nas diversas formas de nomeação, influenciada pela pluralidade do corpo social, bem como interpretar o sujeito como um ser social, inserido em suas próprias vivências e nos discursos que o motivam. Essa pertinência, por sua vez, contribui, inclusive, para o reconhecimento pessoal do ser como pertencente a tal

região, haja vista sua atuação no espaço onde se encontra, visto que é a partir de suas interações sociais que o sujeito não só se faz presente na, como também se sente pertencente à região (BAUMAN, 2005).

O apelido, pois, influencia na construção identitária do jardinense ao passo que se torna sua *marca*, singularizando-o naquele espaço, de modo tal que ele se perceba assim a partir não só do olhar do outro como também do seu. Não se trata do que motivou o nome em si, mas do que o nome fala sobre os sujeitos como seres (atuantes na e) da região e as diversas significações que ele possibilita, sobretudo, para quem é nomeado. O ato de apelidar (e ser apelidado) em Jardim do Seridó reafirma seu ser-tão: ao passo que o apelido dialoga com e singulariza ainda mais seus sertanejos, atribuem-se valores à cultura da região que reforçam sua importância.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de Antropônimos do português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 55, p. 62-82, 2011.
- ASSARÉ, Patativa do. Cante lá que eu canto cá. In: CARVALHO, Gilmar de (Org.). *Antologia poética*. 7 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008. p. 141.
- AZEVEDO, Hérmán dos Santos. *Catálogo Telefônico O Seridó*. 5. ed. Jardim do Seridó-RN. 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Dispõe sobre os direitos da personalidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Fundamentos da investigação qualitativa em educação: uma introdução. In: _____. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto, 1994. p. 13-80.
- CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Hipocorísticos, apelidos e crítica social: linguagem e estilo em Machado de Assis. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 208-220, 2013.
- CASADO ALVES, Maria da Penha. O cronotopo da sala de aula e os gêneros discursivos. *Revista Signótica*, v. 24, p. 304-322, 2012.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o sertão*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

- CASTRO, Vinícius Massad. *A nomeação lúdica: um estudo enunciativo da apelação e dos apelidos de pessoa*. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. FFLCH: São Paulo, 1992.
- DORIA, Francisco Antonio. Os Judeus de Itapicuru. *Gerações*, Brasil, v. 12, p. 26-27, 2004.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editora, 2009.
- FARIA, Marília Varella Bezerra de. *A construção poética das identidades da cidade de Natal: um olhar bakhtiniano*. 2007. 190f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção Freitas. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, 2002.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Martin W. Bauer e George Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 64-89.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: companhia das letras, 1989.
- GOÍIS, Diego Marinho de. *Jardim do Seridó: a construção dos espaços públicos na Veneza Seridoense nas primeiras décadas do século XX*. 2012. 162f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARRIS, Mark. Uma história de nomes: a alcunha, o primeiro nome e o apelido no Pará, norte do Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, p. 1-18, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de Jardim do Seridó. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jardim-do-serido/panorama>>. Acesso em: 7 set. 2019.

JOBIM E SOUZA, Solange. Mikhail Bakhtin e as ciências humanas: sobre o ato de pesquisar. In: FREITAS, Matia Teresa de Assunção (Org.). *Escola, tecnologias digitais e cinema*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 35-44.

KLEIMAN, Angela Bustos. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertença e controle social. O uso de apelidos entre os Deltas. *Revista de Antropología Experimental*, Espanha, n. 4, p. 4-10, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 147-178.

MELO, Evaneide Maria de. *A paisagem em foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó/RN*. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Famílias seridoenses*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MENEZES, OTHONIEL. Fogo na canjica. In: _____. *Othoniel Menezes: Obra Reunida*. Natal (RN): Una, 2011. p. 281-288.

MENSATO, Joice. “*Meu nome agora é Zé Pequeno*”: apelidos e posições-sujeito. 2012. 84f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 239-248, 1993.

- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da Aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-24.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____ (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-44.
- MORAES, Fernanda Azevedo de. RENOMEANDO-SE: nome e autoria em experiências femininas. IN: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (Orgs.). *Gênero e ciências: mulheres em novos campos*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2016. P. 147-166
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. A Linguística Aplicada, o Círculo de Bakhtin e o ato de conhecer: afinidades eletivas são possíveis? In: RODRIGUES, Rosângela Hammes; PEREIRA, Rodrigo Acosta (Orgs.). *Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 47-66.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Compreendendo e interpretando práticas discursivas: (re)visitando orientações bakhtinianas. In: OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de; CASADO ALVES, Maria da Penha; SILVA, Marluce Pereira da (Orgs.). *Linguagem e práticas sociais: ensaios e pesquisas*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008. p. 11-24.
- PEREIRA, Fernanda Flores Amorim Pereira. *Uma descrição do uso dos apelidos em Cláudio*. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.
- PIOVEZANI, Carlos. Identidades e metamorfoses na denominação dos jogadores de futebol no Brasil. *Esporte e Sociedade: Identidades e metamorfoses*, Niterói, n. 19, p. 1-17, mar. 2012.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-168.
- RIBEIRO, Darcy. O Brasil sertanejo. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 306-328.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Fazer linguística aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da

(Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 251-276.

SILVA, Bruno Goulart Machado. “*Nego veio é um sofrer*”: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Elementos sobre as propostas de Voloshinov no âmbito da concepção dialógica de linguagem. In: RODRIGUES, Rosangela Hammes; PEREIRA, Rodrigo Acosta (Orgs.). *Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 141-162.

SOBRAL, Adail. O ato “responsível”, ou ato ético, em Bakhtin, e a centralidade do agente. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, n. 11/1, p. 219-235, jul. 2008.

STRAUSS, Anselm Leonard. Linguagem e Identidade. In: _____. *Espelhos e Máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 35-48.

VIEGAS, Susana de Matos. Pessoa e individuação: o poder dos nomes entre os Tupinambá de Olivença (sul da Bahia, Brasil). *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, p. 71-94, 2008.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaievich. *A construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaievich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada realizada com os sujeitos de nossa pesquisa

1. Eu queria saber se tem como você me nomear alguma pessoa ou, então, algumas pessoas que você acha que aqui em Jardim são mais conhecidas pelos apelidos do que pelos nomes de registro. Você saberia me dizer uns 5, mais ou menos?
2. Você sabe qual o nome de registro de alguma dessas pessoas?
3. E sobre seu apelido, você sabe me dizer a história dele? Como ele surgiu?
4. Como você se sente em relação a como te chamam? Você se identifica com seu apelido?
5. Já teve alguma situação em que te chamaram por seu nome de registro e alguém não te reconheceu? Como foi isso?
6. Como você faz em situações em que é preciso usar o nome de registro, como em cartório e banco?
7. Essa prática de apelidar ainda é comum em Jardim do Seridó?

**APÊNDICE B - Divisão dos contatos de jardinenses presentes na lista telefônica
“O Seridó” a partir da possível motivação para criação de seu apelido**

Possível relação entre o apelido e sua criação	Apelido	Nome de registro
Retomada de algum aspecto da organização familiar	Alcindo de Nequinho	<i>Sem registro</i>
	Alzira de Chico de Neco	Alzira Brito
	Ana de Bola	Ana dos Santos
	Ana Maria de Babado	Ana M. Oliveira
	Antônio Imaculada	Antônio da Silva
	Aparecida de Clóvis	Maria Aparecida
	Benedito Raquel	Benedito F. Santos
	Bernadete de Gelázio	<i>Sem registro</i>
	Célia de Belchior	Célia dos S. Morais
	Celso Afonso	Celso Sérvulo Medeiros
	Cícero de Pacífico	Cícero José de Araújo
	Conceição de Gordinho	<i>Sem registro</i>
	Dilza de Gileno	M ^a Dilza da S. Paiva
	Diva de Armédido	Diva Almeida da Silva
	Djalma de Luzia	Djalma M. Nóbrega
	Edinalva de Valdemir	Edinalva Santos
	Edísio de Moacyr	Edísio Caldas
	Edivan de Batista	<i>Sem registro</i>
	Edmilson de Anastácio	<i>Sem registro</i>
	Ednah de Zé Silva	Ednah Costa Silva
	Elda “Sobrinha de Gorette”	<i>Sem registro</i>
	Eliane de Lalá Peba	Eliane Maria
	Elizaldo de Zú	Elizaldo A. dos Santos
	Elvira de Bega	Elvira Correia
	Enifran de Enilson	Enifran Luciano
	Enildo de Expedito	Enildo Araújo
	Eunice de Paulo	Eunice Azevedo Silva
	Eustáquio de Terezinha	<i>Sem registro</i>
	Fátima de Morais	Maria de F. Azevedo

Fátima de Rosinaldo	Maria de F. Silva
Fernando de Galego	Fernando Dantas
Flávio de Venâncio	Flávio José
Francineide de Rita Roque	<i>Sem registro</i>
Francisca de Torre	Fca. M. de Azevedo
Francisco de Ivana	Francisco de Assis
Geíza de Lola	Geíza Maria de Medeiros
Geonah de Andrezim	<i>Sem registro</i>
Geraldo de Cadocha	Geraldo Adones
Geruza de Gilvan	Geruza G. da Silva
Gilmar de Gerino	Gilmar A. da Silva
Givaldo de Jaime	Givaldo Medeiros
Glauco de Eulâmpio	Glauco Medeiros
Gorete de Chico Belizário	<i>Sem registro</i>
Graça de Dona Santinha	<i>Sem registro</i>
Graça de Miguelinho	Maria Azevedo
Inácia de Manoel Aprígio	<i>Sem registro</i>
Inácio Paulino	Inácio do Nascimento
Jaci de Zé Sampaio	Jaci S. Oliveira
Jader de Basto Alves	Jader M. Azevedo
Jaime Gregório	Jaime Manoel
Jaime Honório	Jaime Martiniano
Jean de Zé Boinho	<i>Sem registro</i>
Joaci Matias	Joaci Medeiros de Araújo
Joana D'arc de Roquete	Joana Santos
João de Joca	João de Azevedo Filho
João de Nita	<i>Sem registro</i>
João de Otávio	João Batista dos Santos
Joelma de Jósimo	<i>Sem registro</i>
Jotilde de Othilda	Jotilde A. Morais
Juaci de Ida	Juaci Araujo de Medeiros
Juarez de Ozilda	Juarez Costa Medeiros
Judith de Cícero	<i>Sem registro</i>

	Alexandre	
	Julietta de Geraldo	<i>Sem registro</i>
	Cabelinho	
	Jussara de Cícero Pacífico	<i>Sem registro</i>
	Lêda de Ivanildo	Lêda Maria Azevedo
	Lídia de Robervan	Lídia Cristina Ramos
	Lourde de Jaime	Maria de L. Cavalcante
	Luizete de Elói	Luizete de Medeiros
	Luzia de Esmerino	Luzia Dantas
	Luzia Procópio	Luzia T. do Nascimento
	Manoel de Bebiá	Manoel Dionízio
	Manoel de Clemente	Manoel Juvenal
	Márcio de Hominho	Márcio Martins
	Marcos de Zeca	Marcos José da Silva
	Maria de Té	Maria Auxiliadora Cunha
	Maria de Tonha	Maria de L. Oliveira
	Maria de Valdomiro	<i>Sem registro</i>
	Maria José de Galinho	Maria José
	Maria José de Zé Lói	<i>Sem registro</i>
	Mário de Marluce	Mário Fernandes
	Marizete Macêdo	Marizete D. Moura
	Marlene de Zé Gordo	Marlene Silva
	Marluce de Zé de Chagas	<i>Sem registro</i>
	Marlúcio de Zé de Chagas	<i>Sem registro</i>
	Martinho de Ferreirinha	Martinho
	Miguel Matias	Miguel Medeiros Araújo
	Nelsinho de Clodomiro	<i>Sem registro</i>
	Neuza de Seu Raimundo	<i>Sem registro</i>
	Paulo de Zé de Basto	Paulo de Brito
	Pedro Leandro	Pedro José de Medeiros
	Raimunda de Carlos	<i>Sem registro</i>
	Macena	
	Raquel de Dona Cota	Raquel Santos

	<p>Rita de Antão Rita de Joca Liar Rosália de Bega Rose de Ronaldo Rosineide de Joquinha Ruy de Dedé de Teotônio Salette de Jaime Salette de Toinho Sérgio de Puruca Severino de Alfredo Silvandro de Puruca Tonny de Alzira Vanete de Venâncio Vânia de Sérgio de Golinha Veríssima de Chico Malagueta Verônica de Batista</p>	<p>Rita Diniz do Nascimento Rita Brito Nascimento Rosalia M^a A. Azevedo Rose Marie Castro <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i> M^a da Salette Medeiros Maria S. de Azevedo Sérgio R. Azevedo <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i> Tonny Ubirajara Vanete Fernandes <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i></p>
<p>Associação com elementos da profissão</p>	<p>Alcindo da Padaria Alécio da Água Sta. Cruz Alencar Capoteiro Armédio da Oficina César Taxista Dalton Eletricista Delano da Banda Aryaxé Derivan Caminhoneiro Ezequiel da Abelha Fátima do 2º Cartório Francisca Costureira Francisco da Caern Genialda Manicure Geovani Taxista Geralda Professora</p>	<p><i>Sem registro</i> Alécio Alves José de Alencar José Armédio Franklin César Dalton Félix Aragão Teodomiro Delano Derivan Freitas Ezequiel Roberto Maria Fátima <i>Sem registro</i> Francisco M. Araújo Genialda Caetano Geovani de A. Morais Geralda Maria</p>

	<p>Gilmar Mecânico Gilvan do Leite Graça da Caixa Econômica Helena Costureira Jacinta do Hospital Jackson do Cartório Jaime do Campo Joacir Barbeiro João do Clube Josean Moto-Taxi Joseane do Boticário Marcomiedson Mecânico Marluce da Farmácia Mozart do Café Icla Mozart Vereador Neilza Professora Otávio Promoções Pedro do Campo Radir da Caern Rufino Taxista Salette do Hospital Sandra Cabeleireira Sebastião da Cohab Sérgio Sat Simião da Emater Socorro Cabelereira Solano do BB Ubanira do Hospital Valdeci da Besta Walmick da Cosern</p>	<p>Gilmar M. de Araújo Gilvan Medeiros Maria das Graças Helena Santos Jacinta Clemente Jackson Silva Jaime Nascimento Joacir O. do Nascimento João Galdino da Silva Josean S. Dantas Joseane S. Araújo <i>Sem registro</i> Marluce Lucena Mozart Costa Mozart Santos Neilza Neves Otávio Batista Pedro Nascimento Radir Azevedo da Cunha <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i> Alexsandra Pereira Sebastião B. Sena Sérgio Simião L. da Costa Francisca. S. Santos Francisco Solano Batista <i>Sem registro</i> Valdeci F. de Araújo <i>Sem registro</i></p>
Adaptação em alguma construção do nome de	Annadi Aragão	Anna Annadi Manoel Aragão Neto

registro	Arino	Severino Farias O. Filho
	Bebeu	José Abel de Medeiros
	Birozão	Severino Dantas da Cunha
	Carmita	Maria do Carmo N. Silva
	Chaguinha	Fca. Das Chagas M. Brito
	Chico Assis	Francisco Assis Medeiros
	Chico Martins	Francisco Melo Martins
	Chico Menino	Francisco C. Oliveira
	Chico Sabino	Francisco Sabino de Brito
	Chiquinha	Francisca Silva de Goes
	Cidinha	<i>Sem registro</i>
	Costa	Francisco de Assis Costa
	Dedé Valério	José Valério Filho
	Dôra Costa	Maria das Dores Costa
	Geraldão	Geraldo Alves da Fonseca
	Juca Baltazar	Joaquim Baltazar Filho
	Leó	Leonardo Soares Azevedo
	Lulu	Maria Lourdes Ramos
	Maneca	Manoel Cunha Figueiredo
	Maricota	Maria da C. Oliveira
	Miltão	Milton Medeiros Araújo
	Neco Moisés	Manoel M. de Medeiros
	Nequinho	Manoel S. de Medeiros
	Simar	Elcimar José Dantas
	Zé Ailson	José Ailson Dantas
	Zé Borges	José Borges da Fonseca
	Zé da Noite	José da Noite de Medeiros
	Zé Dantas	José Dantas de Medeiros
	Zé Leite	José Leite dos Santos
	Zé Meira	José de Oliveira Meira
	Zé Nilton	Josenilton Silva de Góis
	Zé Pedro	José Azevedo
	Zé Wilson	José Wilson da Silva

	Zequinha Balduino Zezinha Zizinha	José B. Batista Maria José da Silva Gizeuda F. de Medeiros
Referência a um local relacionado à pessoa	Cleide de Cruzeta Francisco dos Currais Novos Manoel do Goití Paulo Gaúcho	Cleide D. Medeiros <i>Sem registro</i> Manoel Fausto Paulo Araújo da Silva
Característica física	Galega Galego Lourinha Pequena Pequeno Pretinho Têca das Tranças	Maria Édmia Medeiros José Gilvandro M. Souza Tarcísia Nóbrega Azevedo Alice Pereira Vilar Nicodemos José Azevedo Omides Ferreira Tereza F. de Medeiros
Motivação não identificada	Airto Biô Chumbinho Cigana Cito Coló Dodeira Doidelo Dona Novinha General Geraldo Babão Geraldo Chambá Gobira Malila Manoel Balé Naval Neném	José Vieira de Luna Geraldo de A. Medeiros Moacir Meira E.M.C.P. Manoel Miguel Azevedo Francisca Dantas Cirne José Pedro de Azevedo Ivandi Garcia Virgulino Ana Dantas de Medeiros Elaine Cristina A. da Silva Geraldo Antônio Geraldo A. de Oliveira Antonio Salusto A. Filho Maria Nascimento de Azevedo Manoel R. Costa Cleso José da Silva Fca. Cunha de Medeiros

	<p>Piano Cadete Pirado Prefeito de Barro Silveira Soroca Tico Til Tiquinho Titica Tozinho Tranca Rua Turco Xuxu Zé Garofa Zequinha Dulino</p>	<p>Cipriano José Medeiros Clemir Guedes da Costa Osvanildo M. Ferreira Severino Bezerra Cortêz Josivaldo Araujo Oliveira Francisco Carlos José Ferreira da Cunha Luiz Eduardo Francisca Chagas A. Lima Antônio Gregório A. Filho Francimário N. de Oliveira Geraldo José de Lima Paulino Costa de Azevêdo José Francisco da Silva José Araújo</p>
<p>Adaptação em alguma construção do nome de registro e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar</p>	<p>Adal de Tereza Assis de Juvêncio Basto Alves Beto de Bernadete Chico de Carlos Rufino Chico de Dona Brasília Chicó de Natércia Chico de Terto Chico de Zé Matias Chico Jeremias Chiquinho de Antonino Chiquinho de Chagas Cida de Patrício Daluz de Titi Dedé de Manoel Chicotin Dedé de Teotônio Dedé de Zé de Basto Dedeca de Chaga da Fuba</p>	<p>Adalvaci Francisco Assis Oliveira Sebastião José de Azevedo <i>Sem registro</i> Francisco Cunha <i>Sem registro</i> Francisco Morais Francisco Assis de Araújo Francisco Assis Francisco A. Medeiros Francisco <i>Sem registro</i> <i>Sem registro</i> Maria da Luz de Medeiros José Alves José Pedro Cunha José Brito Filho José Araújo</p>

	Dodôra de Lalá Costa	Maria Auxiliadora
	Fatinha de Pessoa	<i>Sem registro</i>
	Guiga de Zé de Noel	Gleudson Santos
	Juninho de Maneca	Manoel Cunha
	Júnior de Jaime Honório	<i>Sem registro</i>
	Júnior de Mariinha	José Inácio
	Júnior de Morvanildo	Morvanildo
	Lela de Joca	Hildegundes de Azevedo
	Lourdinha de Juca Ramos	<i>Sem registro</i>
	Lourdinha de Zé Gregório	<i>Sem registro</i>
	Luluça de Gerino	Gerilúcia de F. Souza
	Mariinha de Dona Cota	Maria Medeiros
	Mariinha de Neco de	<i>Sem registro</i>
	Orestes	
	Mazinha de Toinho da	<i>Sem registro</i>
	Oficina	
	Meu Chico	Francisco dos S. de Araújo
	Neco de Dona Milagres	Manoel
	Neco de Zé de Rita	Manoel J. Azevedo
	Neidinha de Medeirinhos	<i>Sem registro</i>
	Neta de Edísio	Maria Daluz M. C. Caldas
	Neta de Maria Euzébia	Raimunda
	Nicinho de Rozendo	Ionilson Santiago
	Nina de Dió	Elisangela A. da Silva
	Nino de Ferreirinha	Hormino Ferreira
	Paulinho de Eunice	<i>Sem registro</i>
	Pedrinho de Pedro do	<i>Sem registro</i>
	Campo	
	Ramos de Seu Raimundo	<i>Sem registro</i>
	Sobrinho de Joquinha	Felizardo
	Terezinha de Dedeca	Tereza Medeiros
	Terezinha de Delé	Tereza da Cunha
	Terezinha de Manoel	<i>Sem registro</i>

	<p>Chico</p> <p>Vavá de Gerino</p> <p>Vilar de Paizinha</p> <p>Vitória de Terezinha</p> <p>Zé de Gato</p> <p>Zé de João de Cristóvão</p> <p>Zé de Kika</p> <p>Zé de Tertó</p> <p>Zé Nilton de Chicó</p> <p>Zé Nilton de Zé Fulor</p> <p>Zeca de Nequinho</p> <p>Zeca de Severino</p> <p>Raimundo</p> <p>Zezinho de Maricota</p> <p>Zezinho de Zé Paulino</p> <p>Zico de Ari</p>	<p>Gilvani Alves da Silva</p> <p>Francisco Vilar</p> <p>Maria das Vitórias</p> <p>José Josias de Araújo</p> <p>João Maria</p> <p>José Tiago de Medeiros</p> <p>José Severino de Azevedo</p> <p>José N. Azevedo</p> <p>Josenildo</p> <p>José A. de Medeiros</p> <p><i>Sem registro</i></p> <p>José Rodrigues</p> <p>José A. P. Silva</p> <p>Arinilson A. de Azevedo</p>
<p>Adaptação em alguma construção do nome de registro e associação com elementos da profissão</p>	<p>Adelson Cambista</p> <p>Ari Motos</p> <p>Bastinho do Caminhão</p> <p>Bira do Ibama</p> <p>Chaga da Fuba</p> <p>Chico do Touro</p> <p>Chiquinho Cabeleireiro</p> <p>Dedé do Consórcio</p> <p>Dió da Caern</p> <p>Dôra Dentista</p> <p>Edinho da Eletrônica</p> <p>Leto do Bar</p> <p>Manoelzinho da Cosern</p> <p>Morais do Bar</p> <p>Noca do Café</p> <p>Pedrao Professor</p> <p>Ronaldo Professor</p>	<p>Aderson Azevedo</p> <p>Arivani</p> <p>Sebastião</p> <p>Ubirajara Dias Viegas</p> <p>Fco. das C. Nascimento</p> <p>Fco. A. Dantas</p> <p>Francisco</p> <p>J.J.N.</p> <p>Diomedes da Silva</p> <p>Maria das Dores</p> <p>Vicente Edson</p> <p>Wellington José Azevedo</p> <p>Manoel</p> <p>Manoel M. de Azevedo</p> <p>Francisco de Assis</p> <p>Pedro A. da Cunha</p> <p>Ronald Moreira</p>

	<p>Toinha Professora Toinho das Camas Vitória Cabeleireira Zé Ricardo Professor</p>	<p>Antônia Wanderley <i>Sem registro</i> Maria V. de Araújo <i>Sem registro</i></p>
<p>Característica física e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar</p>	<p>Buita de Zé Bujão Galego de M^a de Fátima Novinho de Moacir</p>	<p>Joana da C. Lucena José Azevedo Sebastião Neto</p>
<p>Característica física e associação com elementos da profissão</p>	<p>Galega do Bar Galego da Padaria Galego do Açude Neguinho da Novo Lar Papudinho da Oficina</p>	<p><i>Sem registro</i> Geraldo Antônio Ribeiro <i>Sem registro</i> Gilberto Cunha</p>
<p>Motivação não identificada da primeira construção do apelido e identificação da retomada de algum aspecto da organização familiar</p>	<p>Bibí de Dorgival Bilo de Ronaldo Chaguinho de Dona Gercina Dadá de Galego Déi de Chico Martins Nenen de Elias Nenen de Mamede Paizinha de Vilar Ti de Anastácio Tutu de Antonino</p>	<p><i>Sem registro</i> Elviro A. Castro Neto <i>Sem registro</i> Edilma S. Simões Francisco Clésio Maria das Dores Cirne Mamede Filho <i>Sem registro</i> Ednilson A. Nascimento Sebastião M. Araújo</p>
<p>Motivação não identificada da primeira construção do apelido e associação com elementos da profissão</p>	<p>Biró Pedreiro Corrinha do Bar O Canal Deca do Mercadinho Didi Relojoeiro Mininho da Sorveteria Nenen Mecânico Nita Costureira Titi do Mercadinho</p>	<p>Severino A. de Azevedo <i>Sem registro</i> Valdemiro <i>Sem registro</i> José Edim. Jamilson Pereira <i>Sem registro</i> Adailson Medeiros</p>

ANEXO A – Poema “Os bichos do meu Jardim”, de Zé Araújo

OS BICHOS DO MEU JARDIM

I

É COSTUME NAS CIDADES
PRINCIPALMENTE DO INTERIOR
A GENTE BOTAR APELÍDIOS
DO FERREIRO AO DOUTOR
BASTA SÓ QUE A RAPAZIADA
SAIBA DE ALGUMA PREZEPADA
PRA BATIZAR O FEITOR

II

MANOEL SE TORNA NENECO
TODO JOSÉ É ZEZIM
QUALQUER GALEGO É MELADO
CABRA PEQUENO É MUCUIM
O GORDO É TAMBOR DE PISTA
O MAGRO É VARA DE VIRAR TRIPA
TODO MENINO É BICHIM

III

VOU LHES CONTAR UMA HISTÓRIA
QUE FOI VIVIDA POR MIM
FOI NOS ANOS DE NOVENTA
BATEU-ME UMA SAUDADE SEM FIM
COMPRI UMA ROUPA BONITA
E FUI FAZER UMA VISITA
AOS BICHOS DO MEU JARDIM

IV

QUANDO CHEGUEI NA RODOVIÁRIA
PICA-PAU ESTAVA SÓ
FUI PASSANDO EM FRENTE A BANDA
ESTAVAM BODE E ZÉ SOCÓ
RINDO QUE FRANZIAM A TESTA
RELEMBRANDO DE UMA FESTA
QUE TOCARAM EM CAICÓ

V

ESCUTEI UMAS PISADAS
QUE ESTAVAM VINDO DO SUL
ERA JÚNIOR DE BICHO VELHO
COM UM SACO DE UMBÚ
ME FEZ UM CONVITE PIRRAÇA
PRA IR TOMAR CACHAÇA
EM LEÃO DE ANTONIO PIRÚ

VI

QUANDO ENTREI NO BOTECO
QUE PARECIA UMA ZORRA
GARROTE FALAVA ALTO
ERA UMA ZOADA DA PORRA
ME CONTARAM DA CONFUSÃO
DE ZÉ CARNEIRO E CANÇÃO
LÁ NA BAIXA DA CACHORRA

VII

SENTEI-ME PERTO DA MESA
DE ZÉ PINTO E ASSIS CARCARÁ
AINDA TOMEI DUAS MEIOTAS
O TIRA-GOSTO ERA CAJÁ
FOI QUANDO O ZÉ PIOLHO
SE ENGASGOU COM O MOLHO
Ô BICHO QUENTE DE LASCAR

VIII

JIA E GALINHA TORRADA
TOMAVAM UMA COM LAMBÚ
ZÉ DE GATO RECLAMANDO
QUE O TIRA-GOSTO TAVA CRÚ
CHEGOU ENTÃO ZÉ BODIM
PERGUNTANDO POR LOBIM
POR GORILA E GABIRÚ

IX

NO CEMITÉRIO FUI CEDIM
FALEI COM O COVEIRO ZÉ
PASSEI NO TÚMULO DE GALINHO
DOM RATÃO QUE ERA ARTISTA DE FÉ
NA COVA DE LALÁ PEBA PASSEI LÁ
SEBASTIANA TEJO E PREÁ
BURREGO E SEBASTIÃO CABORÉ

X

ATRAVESSEI O RIO COBRA
E FUI JOGAR UMA PELADA
NO CAMPO DO BERRA BODE
ONDE JÁ ESTAVA A RAPAZIADA
SE NÃO HOUE ALTERAÇÃO
EIS AQUI A ESCALAÇÃO
DO TIME DA BICHARADA

XI

O GOLEIRO ERA COELHO
NA ZAGA TINHA GAVIÃO
POR ELE NÃO PASSAVA NADA
ERA IGUAL A UM PAREDÃO
MAS O JUIZ APITAVA TUDO
ERA UM TAL DE ZÉ BICUDO
Ô JUIZINHO LADRÃO

XII

TINHA ATÉ UM TREINADOR
QUE ERA JOÃO JACARÉ
TARTARUGA E TICO PEBA
DOIS CABRAS QUE EU TENHO FÉ
JARARACA E FORMIGUINHA
RATO E GRILO QUANDO VINHAM
ERA UM TERROR COM A BOLA NO PÉ

XIII

GAMBÁ FICOU NA RESERVA
ENQUANTO EU NÃO CANSAVA
PINGUIM TAMBÉM FICOU NO BANCO
JOGANDO CONVERSA FIADA
QUANDO UM JOGADOR CAÍA
TEJINHO PEGAVA A MALA E CORRIA
VER SE NÃO TINHA QUEBRADO NADA

XIV

QUANDO O JOGO TERMINOU
LEMBREI-ME DE MACAQUINHO
QUE HOJE MORA EM SÃO PAULO
MAS JÁ JOGOU NAQUELE CAMPINHO
MANDEI ENTÃO UM RECADO
PRA VIR TIRAR UM RETRATO
MANDEI CHAMAR ZÉ BOINHO

XV

FUI COMPRAR UM ENVELOPE
PRA MANDAR O RETRATO LINDO
LEMBREI-ME DE CHICO ZEBRA
MAS PRA CARNAÚBA ELE JÁ TINHA IDO
FUI LÁ EM TIL, MAS NÃO TINHA.
SÓ FUI ENCONTRAR EM GOLINHA
QUE ELE ABRE NO DOMINGO

XVI

GATO DE MARIA LOBO
ME PERGUNTOU POR MOCÓ
QUE ANDAVA COM TATU
ELES FORAM PRA UM FORRÓ
VI DOIS CABRAS DANDO PINOTE
ZÉ DO TOURO E ANTONIO CASSOTE
QUERENDO PEGAR CORRÓ

XVII

JÁ ESTAVA ESCURECENDO
PEDI A MOTO A BURRÃO
PRA IR À CASA DE ZÉ DO GALO
PEDIR-LHE UM FAVORZÃO
QUE ELE FOSSE ME ACORDAR
POIS PRECISAVA VIAJAR
DE VOLTA PRO MEU TORRÃO

XVIII

ESSA HISTÓRIA É INVENTADA
NUNCA SE PASSOU EM JARDIM
MAS OS NOMES SÃO VERDADEIROS
PODE ACREDITAR EM MIM
VENHA E SINTA-SE A VONTADE
VISITE NOSSA CIDADE
E CONHEÇA O POVO DAQUI

ZÉ ARAÚJO

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

a) (Para Maiores de 18 anos)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: A construção identitária dos sujeitos por meio de apelidos em Jardim do Seridó, que tem como pesquisador responsável Bianca Poline Dantas de Medeiros, sob a orientação da Profa. Dra. Marília Varella Bezerra de Faria. Vale ressaltar que sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga prejuízo algum ou penalidade.

Esta pesquisa pretende compreender a importância do apelido na constituição da individualidade do ser, chegando-se a isso mediante a verificação da associação entre o nome de origem familiar, o meio em que os sujeitos estão inseridos e a escolha do apelido, bem como a investigação da relação existente entre o apelido e o reconhecimento do ser.

O motivo que nos leva a fazer este estudo se justifica pela escassez de pesquisas articuladas aos saberes populares e regionais, que ressaltassem a identidade do sujeito pelo apelido, reforçando a necessidade de uma produção científica que discorra mais profundamente acerca desse objeto e dessa região interiorana.

Caso decida participar, você será submetido aos seguintes procedimentos: entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, abordando questões sociais e biográficas que estejam diretamente relacionadas à pesquisa, as quais serão realizadas por meio de gravação de voz em horários em que o estabelecimento no qual trabalha esteja com pouco (caso você não se incomode e concorde de ser feito nesse momento) ou nenhum movimento.

Diante disso, os riscos envolvidos com sua participação estão diretamente relacionados à exposição de informações pessoais disponibilizadas durante a entrevista, possibilitando uma maior exposição da sua figura. Todavia, esses riscos serão minimizados mediante as seguintes providências: feita a transcrição da entrevista, antes de se iniciar a análise, será disponibilizada a você essa transcrição, de forma que confirme ou discorde de algo coletado, podendo pedir, inclusive, a retirada da parte da entrevista que acredite comprometer sua imagem. Além disso, vale ressaltar que os

dados coletados serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo exposição de informações em nenhum outro espaço. Esses dados, por sua vez, serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Como benefícios da pesquisa, você poderá ter maior conhecimento de uma prática social e cultural que perpassa a região onde mora, bem como poderá entender melhor o motivo de o seu apelido ser tão relevante para o ambiente em que se insere e suas relações sociais.

Além disso, você ficará com uma cópia deste Termo e, durante todo o período da pesquisa, poderá tirar suas dúvidas, assim que forem surgindo, ligando para Bianca Poline Dantas de Medeiros, via e-mail: biancapdmedeiros@gmail.com ou via telefone: (84) 99905-2936. Ademais, reforçando, você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto ou sofrer algum dano comprovadamente decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido/indenizado.

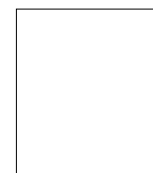
Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa, você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa – instituição que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes das mesmas – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos telefones (84) 3215-3135 / (84) 9.9193.6266, através do e-mail cepufrn@reitoria.ufrn.br.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “A construção identitária dos sujeitos por meio de apelidos em Jardim do Seridó” e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal (RN), ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Impressão
datiloscópica do
participante

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo “A construção identitária dos sujeitos por meio de apelidos em Jardim do Seridó”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal (RN), ____ de _____ de _____.

Bianca Poline Dantas de Medeiros
Pesquisadora responsável pela pesquisa

ANEXO C – Documento rubricado com o apelido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

a) (Para Maiores de 18 anos)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: A construção identitária dos sujeitos por meio de apelidos em Jardim do Seridó, que tem como pesquisador responsável Bianca Poline Dantas de Medeiros, sob a orientação da Profa. Dra. Marília Varella Bezerra de Faria. Vale ressaltar que sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga prejuízo algum ou penalidade.

Esta pesquisa pretende compreender a importância do apelido na constituição da individualidade do ser, chegando-se a isso mediante a verificação da associação entre o nome de origem familiar, o meio em que os sujeitos estão inseridos e a escolha do apelido, bem como a investigação da relação existente entre o apelido e o reconhecimento do ser.

O motivo que nos leva a fazer este estudo se justifica pela escassez de pesquisas articuladas aos saberes populares e regionais, que ressaltassem a identidade do sujeito pelo apelido, reforçando a necessidade de uma produção científica que discorra mais profundamente acerca desse objeto e dessa região interiorana.

Caso decida participar, você será submetido aos seguintes procedimentos: entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, abordando questões sociais e biográficas que estejam diretamente relacionadas à pesquisa, as quais serão realizadas por meio de gravação de voz em horários em que o estabelecimento no qual trabalha esteja com pouco (caso você não se incomode e concorde de ser feito nesse momento) ou nenhum movimento.

Diante disso, os riscos envolvidos com sua participação estão diretamente relacionados à exposição de informações pessoais disponibilizadas durante a entrevista, possibilitando uma maior exposição da sua figura. Todavia, esses riscos serão minimizados mediante as seguintes providências: feita a transcrição da entrevista, antes de se iniciar a análise, será disponibilizada a você essa transcrição, de forma que confirme ou discorde de algo coletado, podendo pedir, inclusive, a retirada da parte da entrevista que acredite comprometer sua imagem. Além disso, vale ressaltar que os dados coletados serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo exposição de informações em nenhum outro espaço. Esses dados, por sua vez, serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Como benefícios da pesquisa, você poderá ter maior conhecimento de uma prática social e cultural que perpassa a região onde mora, bem como poderá entender melhor o motivo de o seu apelido ser tão relevante para o ambiente em que se insere e suas relações sociais.

Além disso, você ficará com uma cópia deste Termo e, durante todo o período da pesquisa, poderá tirar suas dúvidas, assim que forem surgindo, ligando para Bianca Poline Dantas de Medeiros, via e-mail: biancapdmedeiros@gmail.com ou via telefone: (84) 99905-2936. Ademais, reforçando,

KILAU (rubrica do Participante/Responsável legal) Bianca (rubrica do Pesquisador)